

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPEL**  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA – IFISP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS



Dissertação de Mestrado

**O CIBERATIVISMO (IN)TOLERANTE E (ANT)AGONÍSTICO EM GRUPOS  
DE FACEBOOK:**

UM OLHAR INTERDISCIPLINAR SOBRE O DEBATE LIBERAL E  
CONSERVADOR QUANTO AO PROGRAMA “ESCOLA SEM PARTIDO”

**Murilo Paiotti Dias**

Pelotas, 2018

**O CIBERATIVISMO (IN)TOLERANTE E (ANT)AGONÍSTICO EM GRUPOS  
DE *FACEBOOK*:**

UM OLHAR INTERDISCIPLINAR SOBRE O DEBATE LIBERAL E  
CONSERVADOR QUANTO AO PROGRAMA “ESCOLA SEM PARTIDO”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS, do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política – IFISP, da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Léo Peixoto Rodrigues

Pelotas, 2018

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

D541c Dias, Murilo Paiotti

O ciberativismo (in)tolerante e (ant)agonístico em grupos de Facebook : um olhar interdisciplinar sobre o debate liberal e conservador quanto ao programa "Escola Sem Partido" / Murilo Paiotti Dias ; Léo Peixoto Rodrigues, orientador. — Pelotas, 2018.

146 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Sociologia digital. 2. Agonismo. 3. Intolerância. 4. Direita. 5. Escola Sem Partido. I. Rodrigues, Léo Peixoto, orient. II. Título.

CDD : 303.483

Elaborada por Kênia Moreira Bernini CRB: 10/920

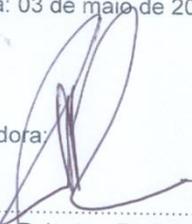
Murilo Paiotti Dias

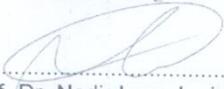
O CIBERATIVISMO (IN)TOLERANTE E (ANT)AGONÍSTICO EM GRUPOS DE FACEBOOK:  
UM OLHAR INTERDISCIPLINAR SOBRE O DEBATE LIBERAL E CONSERVADOR  
QUANTO AO PROGRAMA "ESCOLA SEM PARTIDO"

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em  
Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal  
de Pelotas.

Data da Defesa: 03 de maio de 2018.

Banca examinadora:

  
.....  
Prof. Dr. Leo Peixoto Rodrigues (Orientador). Doutor em Sociologia pela  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

  
.....  
Prof. Dr. Nadir Lara Junior. Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo

  
.....  
Prof. Dr. Daniel de Mendonça. Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal  
do Rio Grande do Sul.

  
.....  
Prof. Dr. Fernando de Figueiredo Balieiro. Doutor em Sociologia pela Universidade  
Federal de São Carlos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, Marcelo de Paula Dias e Nelma Aparecida Paiotti Dias, que, mesmo de longe, ajudaram-me com muito apoio e carinho nesses seis anos que passei em Pelotas – RS.

Agradeço aos professores do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política por terem me inserido no conhecimento sociológico e, de forma geral, em Ciências Sociais. Também agradeço à CAPES por ter me proporcionado uma bolsa de Mestrado que auxiliou para que tais estudos fossem realizados.

Agradeço à Sociedade Científica Sigmund Freud por ter me dado a chance de estudar com psicanalistas e psicólogos temas que me proporcionaram o embasamento do que hoje entendo por Psicanálise.

Agradeço à minha família. Ao meu irmão, tios(as) e primos(as), pessoas que me fizeram sentir seis anos de saudades. Agradeço meus avós Alberto Paiotti e Marcília Dias, que se foram enquanto eu não estava em minha cidade natal. Serão mais alguns anos de saudades.

Agradeço ao meu Prof. Orientador, Dr. Léo Peixoto Rodrigues, por ter sido o colega profissional e amigo que me auxiliou e acompanhou tanto na academia como em minha vida pessoal.

Agradeço aos amigos e colegas de mestrado Julio Marinho, Tales Fonseca, Eduardo Ribeiro, Helena Peres e Carolina Monteiro, por terem sido as pessoas próximas que passaram simultaneamente pelo mesmo processo acadêmico que o meu, e que, portanto, puderam me compreender melhor do que meus demais amigos nos assuntos concernentes ao Mestrado.

Agradeço, por fim, aos meus amigos.

## RESUMO

DIAS, Murilo Paiotti. **O ciberativismo (in)tolerante e (ant)agonístico em grupos de Facebook: um olhar interdisciplinar sobre o debate liberal e conservador quanto ao programa “Escola Sem Partido”**. 2018. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pelotas.

A presente Dissertação propõe pensar, refletir e analisar o *modus operandi* do ciberativismo de direita em grupos liberais e conservadores internos ao *Facebook*, mais especificamente na relação desses com a questão do programa “Escola Sem Partido”. Para tanto, desenvolveu-se aqui aspectos teóricos que perpassam áreas como as da Sociologia, Ciência e Filosofia Política, Psicanálise, Teoria do Discurso. Como metodologia de investigação adotou-se centralmente a Análise do Discurso francesa e elementos netnográficos. Foram analisadas as postagens dos seis (6) maiores grupos *online* nacionais, conservadores e liberais, consideradas mais relevantes para o trabalho para reconhecer se tal ciberativismo pode ser pensado como democrático e agonístico ou intolerante e antagonístico.

**Palavras-chave:** Sociologia digital. Agonismo. Intolerância. Direita. “Escola Sem Partido”.

## ABSTRACT

DIAS, Murilo Paiotti. **O ciberativismo (in)tolerante e (ant)agonístico em grupos de Facebook: um olhar interdisciplinar sobre o debate liberal e conservador quanto ao programa “Escola Sem Partido”**. 2018. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pelotas.

This thesis proposes to think, reflect and analyze a right wing cyberativism of liberals and conservative groups on *Facebook*, specifically the relations of those groups with the “Escola Sem Partido” program. So, it has developed a theoretical background that pass through areas like Sociology, Political Science and Philosophy, Psychoanalysis, Discours Theory. The methodology adopted for this work was embased fundamentally embased in french Discours Analysis and netnographics elements. So, it has analyzed posts of the six (6) larger nationals groups online, conservatives and liberals, which were considered more relevants for this work to recognize if that cyberativism can be considered as democratic and agonistic, or intolerante and antagonistic.

**Keywords:** Digital sociology. Agonism. Intolerance. Right wing. “Escola Sem Partido”.

## **Lista de quadros**

Quadro nº 1 – Nome fictício dos grupos e número de membros .....	97
Quadro nº 2 – Corpo discursivo democrático/tolerante (unidade de análise) .....	102
Quadro nº 3 – Corpo discursivo antagônico/intolerante (unidade de análise) .....	102

## Lista de siglas

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa e Educação

CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude

ENIAC – *Electronic Numerical Integrator and Computer*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

GCA – Grupo Conservador A

GCB – Grupo Conservador B

GCC – Grupo Conservador C

GLA – Grupo Liberal A

GLB – Grupo Liberal B

GLC – Grupo Liberal C

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MBL – Movimento Brasil Livre.

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PEC – Proposta de Emenda à Constituição.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

PR – Partido da República

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

TRF-4 – Tribunal Federal da 4ª Região

UnB – Universidade de Brasília

## Lista de figuras

Figura 1 - Máquina de Turing.....	20
Figura 2 – Eniac.....	21
Figura 3 - Steve Jobs, Steve Wozniak e a <i>Blue Box</i> .....	22
Figura 4 - Exemplo de interconectividade entre mídia televisiva e mídia pós-massiva.....	28
Figura 5 - <i>Netizens</i> utilizando o hipertexto na construção de uma inteligência coletiva.....	31
Figura 6 - Adaptação hipertextual do conteúdo de um jornal no ciberespaço.....	33
Figura 7 - Cena de repressão policial registrada por um internauta.....	39
Figura 8 - Consulta pública realizada pelo Senado acerca do Projeto de Lei 193/2016.....	41
Figura 9 - Disputa entre um <i>netizen</i> liberal e um partido que se classifica como liberal.....	42
Figura 10 - Imagem de uma manifestação impulsionada pelo movimento Passe Livre, em junho de 2013.....	43
Figura 11 - Foto da manifestação em São Paulo promovida pelo MBL em março de 2015.....	44
Figura 12 - <i>Netizen</i> de grupo conservador demonstrando pouca confiança e credibilidade em mídia de esquerda que procura difamar seu candidato à Presidência da República.....	46
Figura 13 - Debate ideológico entre dois <i>netizens</i> .....	48
Figura 14 - Foto da “capa” do grupo Conservador C.....	64
Figura 15 - Demandas de um reacionário estranho ao amor.....	65
Figura 16 - Alunos ovacionando Jair Messias Bolsonaro.....	69
Figura 17 - Professor a favor do Programa Escola Sem Partido.....	70
Figura 18 - Exemplo de comunidade virtual que possui suas próprias regras para discussão política.....	85
Figura 19 - Consulta pública feita pelo Senado Feral sobre a proposta que visa tornar inafiançáveis crimes de discriminação ou preconceito de procedência regional ou identidade cultural.....	88
Figura 20 - Comentários publicados em um grupo conversador nacionalista.....	92
Figura 21 - Exemplo de elementos de um <i>post</i> .....	98
Figura 22 - Imagens que acusam doutrinação autoritária no ensino brasileiro.....	103
Figura 23 - Professor discursa em escola pública do Ensino Médio.....	104
Figura 24 - Deputado Estadual Marcel Van Hatten afirma ofensa pessoal e se retira de entrevista.....	107
Figura 25 - Explicação vaga do projeto “Escola Sem Partido”.....	109
Figura 26 - Coordenadas para uma militância pró “Escola Sem Partido”, pelo próprio “Escola Sem Partido”.....	111
Figura 27 - A “lavagem cerebral” da “extrema-esquerda”.....	112
Figura 28 - A “extrema direita” jihadista em uma mídia pós-massiva.....	113

Figura 29 - Cidadão revoltado com as fachas “Estudantes contra o golpe” e “Fora Temer” .....	114
Figura 30 - Entrevista com Miguel Nagib realizada por Danilo Gentili.....	116
Figura 31 - Um <i>netizen</i> intolerante invadido.....	118
Figura 32 - Van Hattem panfleta.....	120
Figura 33 - Mais problemas de doutrinação.....	121
Figura 34 - Militância em sala de aula.....	123
Figura 35 - A política comunista na escola.....	125
Figura 36 - Enquete sobre “Escola Sem Partido” .....	126
Figura 37 - Leandro Karnal entre os liberais.....	127
Figura 38 - É possível separar o problema da solução.....	128
Figura 39 – Um petista tem mais é que... ..	129
Figura 40 - Para a tristeza dos obtusos.....	130

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>1. DESENVOLVIMENTO DO CIBERESPAÇO EM ÁGORAS VIRTUAIS DE NETIZENS</b> .....	19
1.1 INTRODUÇÃO.....	19
1.2 ESBOÇO DE UMA TRAJETÓRIA INFORMÁTICA E DIGITAL.....	19
1.2.1 A GRANDE MÍDIA E AS MÍDIAS DIGITAIS PÓS-MASSIVAS ONLINE.....	22
1.3 A IMPORTÂNCIA DA INSTÂNCIA CIBERESPACIAL E HIPERDOCUMENTAL PARA A PESQUISA SOCIAL.....	28
1.4 OS <i>NETIZENS</i> .....	34
1.5 ASPECTOS DO CIBERATIVISMO.....	37
1.6 CONSIDERAÇÕES.....	49
<b>2. O LIBERALISMO, O CONSERVADORISMO E O PROGRAMA “ESCOLA SEM PARTIDO”</b> .....	50
2.1 INTRODUÇÃO.....	50
2.2 ASPECTOS DO LIBERALISMO.....	50
2.3 ASPECTOS DO LIBERALISMO CLÁSSICO.....	52
2.4 ASPECTOS DA RECEPÇÃO SOCIOLÓGICA DO LIBERALISMO.....	57
2.5 ASPECTOS DO NEOLIBERALISMO.....	58
2.6 A PRÉ-DISPOSIÇÃO CONSERVADORA.....	60
2.7 O CONSERVADORISMO COMO IDEOLOGIA POSICIONAL.....	62
2.8 O PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO COMO MEDIDA IDEOLÓGICA REACIONÁRIA.....	68
2.9 CONSIDERAÇÕES.....	72
<b>3. DISCURSO, CONFLITO E INTOLERÂNCIA EM CANAIS AGONÍSTICOS/ANTAGONÍSTICOS DE CIBERATIVISMO</b> .....	74
3.1 INTRODUÇÃO.....	74
3.2 ASPECTOS SOBRE A TEORIA DO DISCURSO.....	75
3.3 CONTRIBUIÇÕES E PREMISSAS PSICANALÍTICAS ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS.....	78
3.4 O “PLURALISMO AGONÍSTICO” DE CHANTAL MOUFFE E UM DIÁLOGO DA AUTORA COM A PSICANÁLISE.....	81
3.5 CANAIS AGONÍSTICOS <i>ONLINE</i> .....	84
3.6 INTOLERÂNCIA EM CANAIS ANTAGONÍSTICOS <i>ONLINE</i> .....	87
3.7 CONSIDERAÇÕES.....	94
<b>4. DIMENSÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA: ANÁLISE DOS <i>POSTS</i> DOS GRUPOS DE <i>FACEBOOK</i> LIBERAIS E CONSERVADORES</b> .....	95
4.1 INTRODUÇÃO.....	95
4.2 O EMPÍRICO DA PESQUISA: CIBERESPAÇO, <i>FACEBOOK</i> , GRUPOS LIBERAIS E CONSERVADORES.....	95

4.3 METODOLOGIAS QUALITATIVAS UTILIZADAS.....	98
4.3.1 NETNOGRAFIA.....	99
4.3.2 ANÁLISE DO DISCURSO.....	100
4.4 CONSIDERAÇÕES.....	130
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>132</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>138</b>

## INTRODUÇÃO

Esta Dissertação busca conhecer aspectos da política nacional contemporânea e do avigoreamento de ativismos ideológicos da direita liberal e conservadora. Ela versa sobre o ciberativismo político (um ativismo *online*) em rede de cidadãos que se identificam com identidades coletivas e discursivas de direita. Portanto, a Dissertação tem como dimensão empírica para a obtenção de dados e conhecimento de seu objeto, a *Internet*, o ciberespaço, considerando as novas mídias infocomunicacionais, como as redes sociais *online*. Estas têm se tornado um espaço digital útil ao exercício de tais militâncias, como, para citar o exemplo estudado aqui, grupos liberais e conservadores internos à rede social *Facebook*.

Escândalos recentes da política nacional foram significativos para uma impopularidade dos partidos políticos que se autodenominam de esquerda, atingindo principalmente o PT (Partido dos Trabalhadores). São exemplos de tais escândalos: as descobertas da chamada operação “Lava Jato”, que revelou o desvio de recursos do cofre da *Petrobras*; e as “pedaladas fiscais” (operações orçamentárias, não previstas em lei, realizadas pelo Tesouro da União) que serviram, no governo de Dilma Rousseff, para “maquiar” dívidas públicas e apresentar melhores indicadores ao mercado financeiro. Tais operações orçamentárias foram o motivo “Jurídico” no processo de *Impeachment* sofrido pela presidente, iniciado em dezembro de 2015 e finalizado em agosto de 2016. As consequências, em função dos escândalos citados, acarretaram a derrota do PT nas votações das prefeituras de três cidades (capitais) de Estados, que o partido mantinha até então, durante as eleições municipais de 2016, mantendo-se apenas na capital do Acre, Rio Branco. Também houve um decréscimo no número de prefeituras, em todo o país, governadas pelo PT, que, antes de tais eleições, era de 638. Após as eleições este número decresceu para 254, portanto um percentual de 39,81%.

As manifestações ocorridas no dia 13/3/2016 (em nível nacional) podem ser interpretadas como sinais de uma “guinada” liberal conservadora de parte considerável da população brasileira. Isso se deve pelas manifestações terem sido palco, em sua maior parte, de protestos de oposição ao governo de Dilma Rousseff. O próprio juiz federal, Sergio Moro, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF - 4), que tem conduzido o processo legal de casos da operação “Lava Jato” e tem levado à prisão políticos que formavam parte da ala aliada à antiga base do governo petista (estabelecida anterior ao

*Impeachment*), sugeriu o apoio da opinião pública para seguir com os processos jurídicos da operação “Lava Jato”.

Uma das medidas mais polêmicas do ativismo de uma possível guinada à direita na política brasileira é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 193/2016, referente à “Escola Sem Partido”. No *site* da “Escola Sem Partido” é definido que: “A **EscolasemPartido.org** é uma iniciativa conjunta com estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”<sup>1</sup>. O historiador Fernando Penna (2016) disse, em entrevista para a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), que: “[O movimento ‘Escola Sem Partido’] ganha força justamente neste contexto das ofensivas conservadoras”. Em uma entrevista à *Folha de São Paulo*, quando perguntado ao cientista político norte-americano Barry Ames (2016) se ele acreditava que com a atual desmoralização da esquerda brasileira haveria espaço no cenário político nacional para uma “direita ideológica”, Ames disse que sim, pois “as condições políticas e econômicas no Brasil favorecem a formação de uma ‘direita ideológica’”.

A PEC 193/2016, referente à “Escola Sem Partido”, é de autoria do senador e pastor evangélico Magno Malta, do Partido da República (PR). O senador insiste em uma justificativa para a PEC com base na opinião de que os jovens são incapazes de formarem-se politicamente. O projeto “Escola Sem Partido” acusa uma prática doutrinária de ideologia de esquerda nas escolas de ensino básico a superior, e, por isso, propõe proibir que professores militem politicamente em salas de aula, desconsiderando o problema da neutralidade e da isenção nas ciências humanas.

Tem-se assim, como problema de pesquisa, se há coerência por parte de um ciberativismo de direita em rede, interno aos seis (6) maiores grupos nacionais liberais e conservadores de *Facebook*, na forma de demandar um projeto que se diz contra modelos autoritários e à favor de um pluralismo de ideias e posicionamento políticos cabíveis no modelo democrático. Ou seja, tal ciberativismo é tolerante com adversários políticos?

A militância *online* liberal e conservadora, nos grupos de *Facebook*, apoia – segundo uma hipótese desta Dissertação – em grande parte, a iniciativa do projeto “Escola Sem Partido” e a PEC 193/2016. Parte considerável dessa militância se expressa intolerante com demandas discursivas adversárias, principalmente a parcela conservadora. Se uma análise do corpo discursivo interno aos grupos e referente ao

---

<sup>1</sup> *Link* de acesso ao *site*: <<http://www.escolasempartido.org/quem-somos>>.

projeto “Escola Sem Partido” concluir que há uma parcela alta de intolerâncias e antagonismos que não condizem às demandas do projeto, será possível concluir uma ilegitimidade de tal militância que aparece no recorte empírico desta pesquisa. Outras hipóteses de pesquisa são as de que a guinada à direita não apoia integralmente um programa como o “Escola Sem Partido” e que os ciberativistas liberais são menos à favor do programa que os conservadores, e, também, mais tolerantes e democráticos em suas demandas discursivas.

Assim, objetiva-se, em primeiro lugar, realizar uma análise dos discursos das três (3) postagens mais repercutidas em cada um dos seis maiores grupos de *Facebook* nacionais liberais e conservadores para concluir se o *modus operandi* do ciberativismo em questão mostra-se tolerante e democrático como supostamente são as pretensões do programa “Escola Sem Partido”.

Também será importante, para esta Dissertação, tratar da relevância da *Internet* como meio de militância política, em especial a liberal e conservadora dos brasileiros. Assim, o corpo discursivo – e a pluralidade discursiva deste – interno aos grupos e referente à questão e o debate do programa “Escola Sem Partido”, será analisado na forma de hiperdocumentos – como “comentários”, “curtidas” ou conteúdos nucleares das postagens – para interpretá-lo politicamente e psicanaliticamente se tolerante e democrático em sua maioria, ou não. Os dados a serem analisados serão explorados na forma de vídeos, *hyperlinks*, imagens e hipertexto.

Esta pesquisa parte de três pressupostos básicos: a) há no cenário político brasileiro uma guinada à direita que ganha influência principalmente com a crise nos partidos políticos brasileiros mais à esquerda do espectro político, manifestando-se em uma militância virtual na *Internet*; b) o corpo discursivo recortado, na forma de registro *online* dos grupos de *Facebook*, é relevante para compreender parte característica da dimensão que tal guinada tem; c) a perspectiva de que discursos democráticos agonísticos, entre adversários políticos, não objetivam uma humilhação intolerante que segregue outra identidade coletiva e discursiva agônica através da qual outros cidadãos estão engajados para participarem do processo democrático.

Ao se introduzir o recorte empírico a ser trabalhado na pesquisa, é preciso salientar antes a importância das comunidades *online* (em rede) para o ativismo e o exercício cidadão (PESSONI; GISSOLDI, 2015). O recorte empírico que propõe esta Dissertação, portanto, dar-se-á no âmbito virtual específico que compreende o que foi apontado aqui como a “guinada à direita” – seja em debates ou em votações de consulta pública *online*,

como as em *sites* oficiais do Governo. O *Facebook* é a rede social escolhida para se trabalhar os grupos liberais e conservadores. Isto se deve pelo fato de ser a rede social mais utilizada pelos brasileiros. Segundo um levantamento de dados, da própria rede social, realizado no último trimestre de 2014, 45% da população brasileira (92 milhões de brasileiros) acessa o *Facebook* mensalmente (*FACEBOOK*, 2015). Assim, a coleta de dados será realizada a partir dessa rede social e dos usuários que a utilizam para exercerem debates sócio-políticos.

Adverte-se aqui que não será possível abordar as postagens de todos os grupos liberais e conservadores de *Facebook*, pois seria inviável para o procedimento metodológico de ordem qualitativa. Uma pesquisa prévia, através do “mecanismo de busca” disponibilizado pela própria rede social, foi feita para que se encontrassem os seis maiores grupos liberais e conservadores.

Os grupos foram privilegiados como páginas para serem abordadas no *Facebook*, pois o número de grupos liberais e conservadores é menor que o de páginas de instituições, partidos, personalidades públicas – o que facilita a praticidade da pesquisa qualitativa. Outro motivo, é o de que a interação, o vínculo, que os usuários da rede tem nos grupos é mais próxima de uma lógica “todos-todos” (LÉVY, 1999), pois, nos grupos, a comunicação entre os usuários ocorre em menor proporção e maior “reciprocidade comunicacional” – o que torna rica a pesquisa qualitativa ao considerar o discurso dos *netizens* mais do que o de instituições, embora isso não signifique que um estudo das instituições seja menos importante.

As três postagens de cada um dos seis maiores grupos liberais e conservadores, que tiverem mais destaque no número de curtidas ou no rico envolvimento político dos usuários, serão as que fornecerão o corpo discursivo a ser analisado aqui. Devido à ética da pesquisa netnográfica, a metodologia pretende realizar uma camuflagem média dos dados encontrados nos grupos, para disfarçar o que pudesse comprometer os membros e administradores do mesmo, como os dados pessoais dos usuários.

Os nomes verdadeiros dos grupos não serão informados, e os grupos serão nomeados ficticiamente através dos termos “liberal” ou “conservador”. Para diferenciá-los entre si, serão, também, ordenados em ordem alfabética e de número de membros, assim o “Liberal A”, por exemplo, será o grupo liberal com maior número de usuários, já o “Conservador A”, será o grupo conservador com maior número de membros. Há três grupos de identidade discursiva liberal e três de identidade discursiva conservadora.

Esta Dissertação está dividida em quatro capítulos. Três teóricos e um empírico, embora haja, ao longo dos capítulos teóricos, algumas reflexões (analíticas) às quais jugou-se importantes antecipá-las, posto que já se tinha elementos para fazê-lo.

O primeiro capítulo trabalha o desenvolvimento da informática e da *Internet*, e a importância que tal processo teve em esferas sócio-políticas. Assim, será feita uma consideração das primeiras experiências informáticas originadas da primeira metade do século XX, até as origens da *NET 2.0*. O primeiro capítulo também traz contribuições da sociologia e filosofia digital, como aquelas presentes em autores como Manuel Castells, Richard Miskolci e Pierre Lévy; para compreender o potencial que há na chamada Era da Informação.

O segundo capítulo desta Dissertação faz uma abordagem geral do que seria a ideologia liberal e a ideologia conservadora. O objetivo de tal capítulo é oferecer uma compreensão mais aguçada do que significaria uma identidade discursiva liberal ou conservadora, por mais que toda identidade discursiva seja aberta. Assim, autores que permeiam as áreas da filosofia, como John Locke, Edmund Burke, Roger Scruton, economia, como Murray Rothbard e Ludwig von Mises, sociologia, como José Guilherme Merquior e Max Weber, e teoria política, como João Pereira Coutinho e Norberto Bobbio, serão importantes (e contemplados, mesmo que por vezes brevemente) para a construção desse saber relacionado a tais ideologias.

O Terceiro capítulo propõe utilizar-se das contribuições da Teoria do Discurso, do agonismo de Chantal Mouffe, da psicanálise freudiana e do lacanismo político para desenvolver categorias teóricas que ajudem a pensar o que significa, no processo de democracia agonística, um ativismo que seja tolerante e democrático em contraposição com um ativismo que seja intolerante e antagônico.

O quarto capítulo, por fim, utiliza-se da netnografia, ainda que de forma ampla, da Análise do Discurso francesa, de categorias teóricas construídas a partir das contribuições dos três outros capítulos e de categorias empíricas pensadas tanto a partir de uma experiência ativa de campo no acompanhamento da dinâmica dos grupos estudados, para poder concluir se o ativismo dos grupos liberais ou dos grupos conservadores está, em primeiro lugar, sendo exercido de forma tolerante e democrática, e, em segundo lugar, se há uma clara divergência entre liberais e conservadores com relação ao apoio, ou não, ao projeto “Escola Sem Partido”.

O desenvolvimento desta Dissertação pretende contribuir com o debate em relação ao projeto “Escola Sem Partido” e ao *modus operandi* do ativismo de grupos que representam a guinada à direita contemporânea.

# 1. DESENVOLVIMENTO DO CIBERESPAÇO EM ÁGORAS VIRTUAIS DE *NETIZENS*

## 1.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por finalidade apresentar, num primeiro momento e de forma sucinta, o desenvolvimento da *Internet*, como um espaço virtual (ciberespaço) em rede, que supera um modelo clássico de mídia de massa e inaugura um contexto de relações sócio-políticas em redes pós-massivas e de autocomunicação de massa que influenciam e são influenciadas pelo cotidiano *off-line*. Espaço esse, o qual vem abarcando indivíduos de todo o mundo, inclusive do Brasil, de forma cada vez mais crescente, principalmente através de novas interfaces digitais, como as redes sociais – o *Facebook* e o *WhatsApp*, por exemplo –, e também por meio de novas formas de agrupamento de usuários em diferentes contextos de relações interpessoais.

Num segundo momento, são apresentados – a partir do desenvolvimento esboçado das tecnologias infocomunicacionais e das formas de interação social dadas no ciberespaço, que diferem muito dos modos mais tradicionais de comunicação, como o telefone, o rádio, o telégrafo etc. – alguns aspectos da cidadania que começaram a se organizar no âmbito de uma arena digital da sociedade civil. Os novos cidadãos do ciberespaço passaram a ser reconhecidos como “cibercidadãos”, ou, como aponta a literatura de língua inglesa, *netizens* – combinação neologista das palavras *citizen* (cidadão) com *net* (rede).

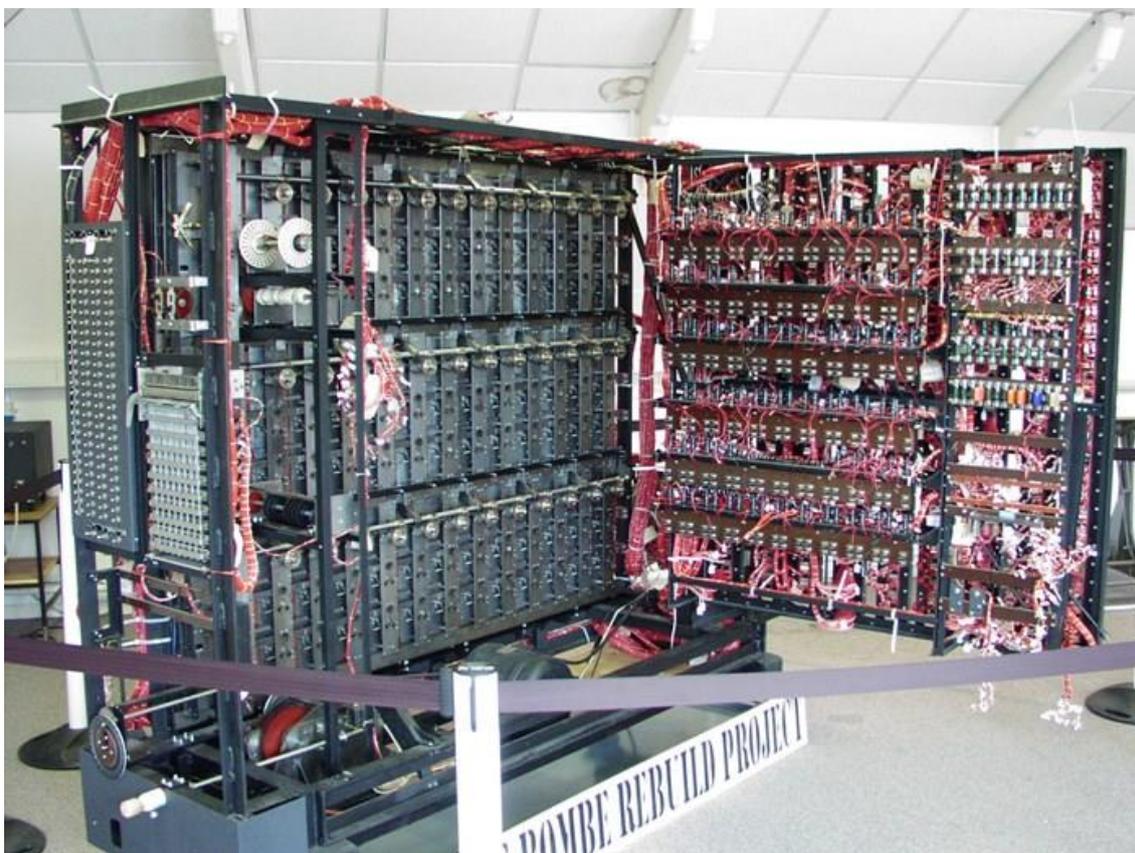
Este capítulo é importante, no conjunto da dissertação, na medida em que procura problematizar a maneira como o ciberespaço vem se transformando num *locus* de conflitos democráticos e intolerantes entre os *netizens*, sobretudo em torno de temas mais polêmicos, como religião e política. Tais conflitos têm chamado a atenção de inúmeros pesquisadores sociais – antropólogos, sociólogos, cientistas políticos, entre outros – os quais reconhecem o âmbito cada vez mais crescente da tecnologia infocomunicacional na vida das pessoas e nos contextos sociopolíticos em que os cidadãos vivem e influenciam.

## 1.2 ESBOÇO DE UMA TRAJETÓRIA INFORMÁTICA E DIGITAL

Os primeiros computadores surgiram na Inglaterra e nos Estados Unidos, nos anos 1940, no contexto da Segunda Guerra. Tratavam-se de calculadoras programáveis que serviam para armazenar programas (*softwares*), e que se restringiam apenas ao uso

militar. É importante destacar, nesse sentido, que todo o desenvolvimento computacional e informático não seria possível sem a “Máquina de Turing”, o grande ponto de partida da história da informática. Esta máquina foi um invento do matemático Alan Turing, no início da década de 1940, para desvendar a cifra de outra máquina criptográfica, denominada “Enigma”, utilizada pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial (MACHIAVELO; REIS, 2012).

Figura 1 - Máquina de Turing



Fonte: imagem extraída do *website* TecMundo.<sup>2</sup>

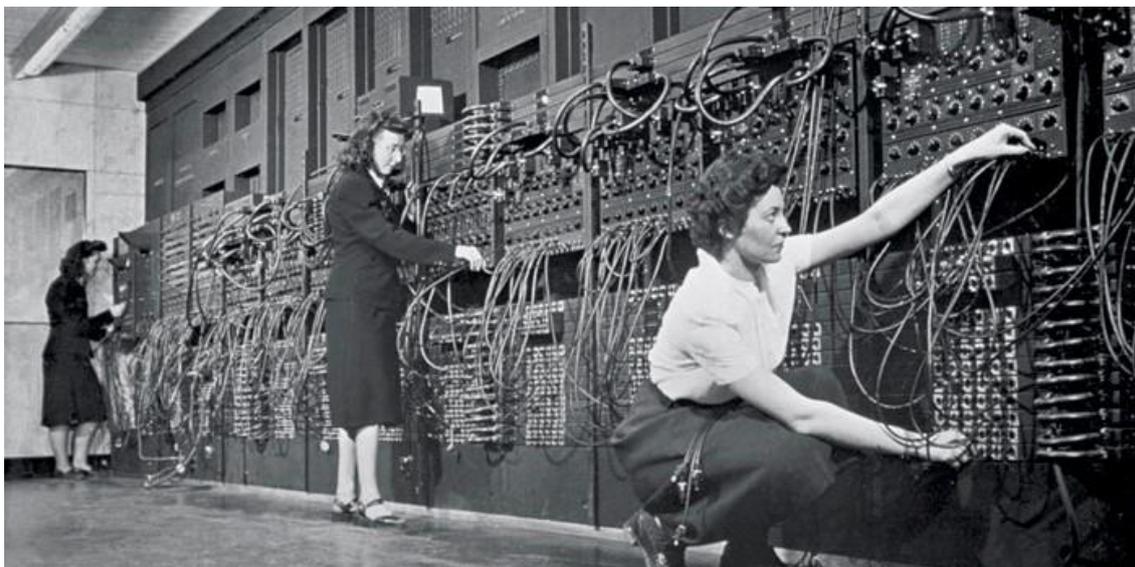
O Eniac (sigla em inglês para *Electronic Numerical Integrator and Computer*<sup>3</sup>), o primeiro computador digital, iniciou seu desenvolvimento em 1943 e passou a funcionar a partir de 1946. Essa máquina pesava toneladas e era grande o suficiente para encher o andar de um prédio grande. Seu painel foi inspirado nos padrões telefônicos e para que

<sup>2</sup> Link de acesso à página do website TecMundo com a figura 3: <https://www.tecmundo.com.br/tecnologia/19161-cientistas-que-mudaram-o-mundo-alan-turing.htm>.

<sup>3</sup> Em português: Computador Integrador Numérico Eletrônico.

puдesse ser programado, era necessário que os circuitos fossem conectados diretamente, através de cabos eletrnicos. Não havia tela, a qual só viria a ser inventada nos anos de 1970 (LÉVY, 2010). O Eniac era um computador com funções restritamente numéricas e matemáticas.

Figura 2 - Eniac



Fonte: imagem extraída do *website IQ*.<sup>4</sup>

Os primeiros acessos civis ao computador s viriam a acontecer cerca de 15 anos depois, na década de 1960. Logo após a segunda metade do século XX, a informática passou a ser utilizada para cálculos estatísticos e científicos, por universidades, órgãos estatais e grandes empresas (LÉVY, 2011). Por sua vez, os microprocessadores, produzidos na década de 1970, tiveram um papel fundamental para a evolução da informática. Eles acarretaram uma disparada de processos econmicos e sociais muito mais relevantes do que os percebidos nas décadas anteriores. Esta década, com efeito, foi importante para o desenvolvimento da robótica, da automação industrial e dos setores terciários (LÉVY, 2011).

Ainda na década de 1970, novas possibilidades técnicas foram exploradas por um movimento social de “contracultura” surgido na Califórnia, mais especificamente, no Vale do Silício (*Silicon Valley*, em inglês), que viria a inventar o computador pessoal (os *PCs*). Invento esse que só se desenvolveu através de uma série de etapas, sendo realizado

---

<sup>4</sup> Link de acesso  página do *website IQ* com a figura 1: <https://iq.intel.com/pt/how-female-eniac-programmers-pioneered-the-software-industry-3/>.

de forma independente, ou seja, por jovens que estavam à margem de instituições como o Estado e as grandes indústrias e seus fabricantes da área da informática. Tais jovens tornaram o computador um meio de massa, com uma linguagem acessível para que seus usuários pudessem ter as experiências de criação, comunicação e simulação (LÉVY, 2010).

### 1.2.1 A GRANDE MÍDIA E AS MÍDIAS DIGITAIS PÓS-MASSIVAS *ONLINE*

O estatuto da práxis objetiva da comunicação possibilita que esta adquira as formas: intrapessoal (de alguém consigo mesmo), interpessoal (de duas pessoas), grupal (entre uma pessoa e um grupo, ou vice-versa) e de massa. As duas últimas formas citadas são as que interessam ao capítulo, pois é através delas que serão pensadas as plataformas e comunidades virtuais possibilitadas pela *Internet*.

Como já mencionado, foi um grupo de jovens universitários californianos que estabeleceram as bases da informática e revolucionaram paradigmas da sociedade. O Vale do Silício foi o *locus* de um meio ativo que reunia indústrias eletrônicas e instituições científicas e universitárias interessadas na *intelligentsia* que ali se reunia. Steve Jobs, o fundador da *Apple*, e Steve Wozniak, co-fundador da empresa, fizeram parte de todo esse caldo intelectual-tecnológico. Juntos, os dois jovens chegaram a desenvolver, na década de 1970, o que ficou conhecido como *Blue Box*, um programa de auxílio à pirataria que fazia com que ligações telefônicas passassem a ser gratuitas. Tal programa só seria encerrado décadas mais tarde, após o interesse que a máfia passou a ter no invento dos dois jovens (LÉVY, 2010).

Figura 3 - Steve Jobs, Steve Wozniak e a *Blue Box*



Fonte: imagem extraída do *website Tech Glimpse*.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.techglimpse.ph/2012/10/remembering-steve-jobs10-things-you-might-not-know-bout-steve-jobs.html>.

O desenvolvimento do computador pessoal (*personal computer*), nos anos 70, possibilitou o manejo informático de textos, jogos e músicas por parte de uma fração populacional pequena e privilegiada de países desenvolvidos. Na década de 1980, a informática começou a fundir-se com as telecomunicações, editoração, cinema e televisão. Eram os primeiros passos de uma hibridização entre o sistema tecnológico da mídia de massa – que não deve ser confundido com uma cultura de massa – com as mídias pós-massivas<sup>6</sup> (CASTELLS, 2015).

Hohlfeldt (2015) chama a atenção para uma passagem inicial importante nas teorias da comunicação. O autor aponta que Harold D. Lasswell, pioneiro nos estudos de comunicação de massa, montou seu modelo teórico sob a perspectiva de três instâncias de um processo comunicacional, são elas: emissor, mensagem e receptor. O modelo de Lasswell reduz a comunicação entre tais instâncias a um processo simplesmente informativo, pois o autor pensa que o receptor, ou seja, a audiência, não possui potencial interpretativo e crítico com a informação recebida através do emissor. Anos depois, Raymond Nixon e Wilbur Schramm revisam o modelo de Lasswell e fazem um contraponto a este a partir de uma perspectiva que acrescenta a relação entre os objetivos do emissor e as condições de recepção da mensagem por parte do receptor, em uma chave sistêmica que conta com uma noção de retroalimentação.

A grande mídia, representada principalmente pelo rádio e pelo sistema televisivo, é uma variável importante, embora não independente, para a modelagem do comportamento humano e da linguagem societal de comunicação. A mídia de massa possui apenas “alguns emissores centralizados para uma audiência de milhões de receptores” (CASTELLS, 2016, p. 416). A audiência da grande mídia é criativa<sup>7</sup> (e não impotente) e capaz de modificar os significados das mensagens providas dos emissores mais centralizados. Sobre a comunicação de massa, escreve Hohlfeldt (2015, p. 62):

A comunicação de massa pressupõe a urbanização massiva, fenômenos que ocorre em especial ao longo do século XIX, graças à segunda Revolução Industrial, dificultando ou mesmo impedindo que as pessoas possam comunicar diretamente entre si ou atingir a todo e qualquer tipo de informação de maneira pessoal, passando a depender de *intermediários* para tal. Esses intermediários tanto implicam pessoas que desenvolvam ações de buscar a informação, tratá-la e veiculá-la – os *jornalistas* – quanto de tecnologias

<sup>6</sup> “As mídias de massa são mídias de informação. As novas mídias de função pós-massiva são mídias de comunicação, de diálogo, de conversação” (LEMOS, 2009, p. 2).

<sup>7</sup> Castells (2015, p. 186) define a audiência criativa como “a fonte da cultura da remixagem que caracteriza o mundo de autocomunicação de massa”.

através das quais se distribuem essas informações. Todo esse conjunto constitui um complexo que recebe a denominação genérica de *meios de comunicação de massa* ou *media*

As mídias pós-massivas, decorrentes dos avanços informáticos, se diferenciam das mídias de massa por representarem um processo real de comunicação, que só existe a partir da interação entre o emissor e a interpretação que o receptor faz da mensagem, ao invés de um processo de comunicação predominantemente homogêneo e unidirecional, próprio das mídias de massa (CASTELLS, 2015). Nas mídias pós-massivas, o processo de comunicação não ocorre em mão única, como no caso das grandes mídias. Assim, o sociólogo espanhol Manuel Castells aponta que por vivermos em um ambiente de mídia, no qual o paradigma atual tem a informação como matéria prima, e cuja maior parte dos nossos estímulos simbólicos provém dos meios de comunicação, é “importante para os diferentes tipos de efeitos sociais que haja o desenvolvimento de comunicação multimodal do tipo da *Internet*, em vez de um sistema multimídia centralmente distribuído” (CASTELLS, 2016, p. 457).

Nos anos 1990, um movimento sociocultural composto por jovens profissionais das grandes metrópoles e de *campi* americanos ganhou dimensão mundial ao fazer com que os microcomputadores se juntassem massivamente em uma rede. Esta rede, conhecida como *Internet*, cresceu de forma exponencial e formou a infraestrutura digital do ciberespaço<sup>8</sup>. Era o início de um mercado da informação, do conhecimento e de novas formas de interatividade, transação e organização, que passaram a existir no mundo virtual e resultaram em um processo comunicacional emancipador em relação aos meios de comunicação de massa (LÉVY 2011).

A comercialização da *Internet* iniciou-se em 1995, nos Estados Unidos, e em 1997, no Brasil. No início de 1995, o ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, adotou como objetivo melhorar o sistema nacional de comunicação para fazer

---

<sup>8</sup> Aqui não se irá problematizar a reflexão trazida por Richard Miskolci (2016), que é crítico da noção de ciberespaço por esta propor uma oposição real/virtual. Miskolci aponta tal oposição como falsa. Para o sociólogo, tal concepção, que é mais apurada na filosofia inicialmente por Pierre Lévy (2011), mas também é trabalhada por sociólogos importantes, como, por exemplo, Castells (2016), que enxerga o mundo virtual como um espaço de fluxos que dominam e moldam uma sociedade em rede, é errônea por não focar no caráter real e autoinflunciador no contínuo *on-offline* dos âmbitos real e virtual. Miskolci é influenciado pela leitura de Hine (2009), este pensa a *Internet* como um fenômeno cultural que serve de interesse para abordagens sociológicas e antropológicas. Tal percepção substitui a ideia de ciberespaço pelos “valores, códigos culturais, assim como características técnico-comunicacionais que criam e delimitam as redes nas quais nos inserimos” (MISKOLCI, 2016, p. 284). Assim, para Miskolci (2016, p. 277): “na sociedade digital passamos a viver em um contínuo *on-offline*, no qual – conectados em rede por meio de plataformas – consumimos, mas também criamos e compartilhamos conteúdos”.

parte de uma “supervia global emergente” (CASTELLS, 2016, p. 447). Pessoas de alto nível de escolaridade e renda no Brasil, mais comumente da região do Centro-Sul, eram as mais conectadas no início desse universo virtual (MISKOLCI, 2012). Entre 1998 e 2000,

os países industrializados, com cerca de 15% da população do planeta, representavam 88% dos usuários da *Internet*. Embora só 2,4% da população mundial tivessem acesso à *Internet*, a porcentagem era de 28% na Finlândia (a sociedade mais voltada para a *Internet* no mundo na virada do século), 26,3% nos Estados Unidos e 6,9% nos países da OCDE [Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico], excluindo-se os Estados Unidos. (...) No mundo inteiro, 30% dos usuários da *Internet* tinham diploma universitário, e a proporção aumentava para 55% na Rússia, 67% no México e 90% na China. Na América Latina, 90% dos usuários da *Internet* provinham de grupos de renda mais alta. Na China, só 7% dos usuários da *Internet* eram mulheres. A idade era um dos principais fatores de discriminação. A média etária dos usuários da *Internet* nos EUA era de 36 anos, e no Reino Unido e na China estava abaixo de 30. Na Rússia, só 15% dos usuários da *Internet* tinham mais de 45 anos de idade. Nos Estados Unidos, os lares com renda de US\$75.000 ou mais tinham 20 vezes mais chances de ter acesso à *Internet* do que os dos níveis de mais baixa renda. O índice de uso por pessoas com diploma universitário era de 61,6%, ao passo que o índice para os que tinham educação de nível fundamental ou menos era de 6,6%. Mais homens tinham acesso à *Internet* do que mulheres, sendo a diferença de 3%. A probabilidade de acesso à *Internet* dos negros e dos hispânicos era de um terço da dos asiáticos, e de dois quintos da dos brancos. (...) A desigualdade espacial no acesso à *Internet* é um dos paradoxos mais impressionantes da era da informação, em razão da característica supostamente independente do espaço da tecnologia (CASTELLS, 2016, p. 432)

Cerca de duas décadas depois – conforme mostram informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), embasado em dados obtidos através do Suplemento de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 54,4% da população brasileira já acessava a *Internet* ao menos uma vez a cada três meses, o que equivale a 95,4 milhões de pessoas (acima de dez anos de idade). Em uma década, de 2004 a 2014, a quantidade de brasileiros com microcomputadores em casa subiu de 12,2% para 42,1%, um aumento percentual de 29,9% (SARAIVA, 2016). Em 2009, o número de usuários da *Internet* em todo o mundo chegou a 22% do total da população mundial (o que representa mais de 1,5 bilhão de pessoas conectadas à rede) (KOZINETS, 2014). Assim, a *Internet* é cada vez mais “habitada” tanto por brasileiros quanto por pessoas e cidadãos do mundo inteiro. Como destacam as palavras de Van Dijck (2016, p. 18):

Em dezembro de 2011, 1200 milhões de usuários do mundo – 82% da população mundial conectada à *Internet* maior de 15 anos – ingressou em uma

mídia social, enquanto que em 2007 havia tão somente 6%. Isso supõe que em menos de uma década surgiu uma nova infraestrutura *online* para a interação social e criatividade, que penetrou nos recônditos da cultura contemporânea (VAN DIJCK, 2016, p. 18).

As transformações do uso da *Internet* nas últimas décadas não se restringiram apenas ao aumento massivo no número de usuários da *World Wide Web*. Houve ainda a criação da *Web 2.0*, termo inventado por O'Reilly. Segundo Primo (2007, p. 1):

A *Web 2.0* é a segunda geração de serviços online e caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo. A *Web 2.0* refere-se não apenas a uma combinação de técnicas informáticas (serviços Web, linguagem Ajax, Web syndication, etc.), mas também a um determinado período tecnológico, a um conjunto de novas estratégias mercadológicas e a processos de comunicação mediados pelo computador.

A segunda geração da *Web* aperfeiçoou as formas de trabalho coletivo, construção de conhecimento e produção e circulação de informações. Segundo Silva (2009), com o advento da *Web 2.0*, a rede digital tornou-se uma plataforma aberta, não mais uma vitrine de conteúdo informacional, pois os usuários, como os *netizens*, passaram a ter uma participação ativa na produção de conteúdo *online*.

O novo sujeito da comunicação, presente de forma central na *Internet* – uma rede multidirecional compartilhada –, aparece como a figura do emissor/receptor de mensagens. Tal centralidade ganha ainda mais sentido depois dos adventos da *Web 2.0*. A comunicação grupal pós-massiva se faz presente em diferentes comunidades virtuais e seus nichos – como é o caso, por exemplo, dos grupos nacionais liberais e conservadores internos ao *Facebook*. É comum que internautas que participam de comunidades virtuais continuamente produzam e recebam mensagens, pois na rede multidirecional da *Internet*, todos os receptores são potenciais produtores e vice-versa – ainda que, por exemplo, a maior parte dos *netizens* de grupos nacionais liberais e conservadores não esteja engajada na contingência dos debates internos aos grupos (CASTELLS, 2015).

O social está cada vez mais presente na dimensão virtual do mundo. As plataformas virtuais influenciam as relações sociais, tanto em nível individual, como em nível grupal (VAN DIJCK, 2016). A *Internet* tornou-se muito relevante à sociologia nas últimas décadas, especialmente no que diz respeito ao entendimento das atividades e interações sociais.

Para Castells (2016, p. 431-2), “A *Internet*, em suas diversas encarnações e manifestações evolutivas, já é o meio de comunicação interativo universal via computador da Era da Informação.” Esse novo meio de informação, segundo o autor, possui como características principais a “capacidade de inclusão e abrangência de todas as expressões culturais” e, também, a possibilidade de expor a “diversidade de interesses, valores e imaginações, inclusive a expressão de conflitos sociais” (CASTELLS, 2016, p. 456-7). Castells (2015) enxerga o novo sistema de comunicação digital como um meio de autocomunicação de massa em rede. Tal sistema é embasado em “redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa, na *Internet*” (CASTELLS, 2017, p. 190). Assim, é muito mais inclusivo e versátil do que a tradicional mídia de massa, pois permite com que seus usuários existam em um texto de comunicação compartilhado, multimodal e interativo.

É importante destacar, que não se deve pensar a relação entre mídias de função massiva e pós-massiva em um dualismo simplório, mas antes como uma reconfiguração sistêmica. Tanto na *Internet*, como na *TV*, há funções massivas e pós-massivas, o que explica o hibridismo que há internamente aos *posts* de “páginas categóricas” e grupos do *Facebook* (LEMOS, 2010). A Figura 4, a seguir, apresenta um claro exemplo da interconectividade entre as mídias televisivas e as pós-massivas configuradas em um grupo de *Facebook*:

Figura 4 - Exemplo de interconectividade entre mídia televisiva e mídia pós-massiva<sup>9</sup>



Fonte: Imagem extraída da página de *Facebook* do grupo “Liberal A”.

Tal interconectividade causa crises e impactos na configuração de novas relações sociais. Pela primeira vez na história, qualquer indivíduo pode produzir e publicar informação em tempo real, adicionando e colaborando em rede com outros (LEMOS, 2010). Na maioria das vezes, as mídias de função pós-massiva insistem em fluxos bi-direcionais (todos-todos), não unidirecionais (um-todos). Outra peculiaridade, é que elas não agem por *hits*<sup>10</sup>, como os *mass media*, mas por nichos (LEMOS, 2010). Tais nichos combinam a transmissão restrita (*narrowcasting*) com a transmissão ampla (*broadcasting*) (CASTELLS, 2015).

### 1.3 A IMPORTÂNCIA DA INSTÂNCIA CIBERESPACIAL E HIPERDOCUMENTAL PARA A PESQUISA SOCIAL

<sup>9</sup> Publicação interna ao grupo “Liberal A”, que faz referência a um vídeo pertencente ao programa *The Noite*, apresentado pelo comediante Danilo Gentili e exibido pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

<sup>10</sup> Para Lemos (2010), *hits* são conteúdos que formam um sucesso de massa que resulta em mais verbas publicitárias e maior lucro.

O filósofo Pierre Lévy (2011) destaca que “Ciberespaço” é um termo cunhado na obra literária *Neuromancer*, escrita em 1991, por William Gibson. No campo das ciências humanas e sociais, tal noção pode ser entendida como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (LÉVY, 2011, p. 94). Assim, o ciberespaço trata-se de um ambiente de comunicação que compreende um conjunto vasto e incomensurável de interações humanas realizadas nas mais diferentes esferas da vida social: a arte, a política, a educação, a religião. O ciberespaço é aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias destes, o que constrói uma inovadora e fantástica ferramenta de conhecimento, através tanto da ação individual, quanto da ação coletiva articulada cotidianamente (JUNGBLUT, 2004). Tem-se, agora, “um mundo permanentemente em rede em cada dimensão da experiência humana” (CASTELLS, 2017, p. 201) e que alterou profundamente os processos tanto da comunicação pública, como da comunicação privada (VAN DIJK, 2016) ao conectar “no centro de um mesmo tecido eletrônico o cinema, a radiotelevisão, o jornalismo, a edição, a música, as telecomunicações e a informática” (LÉVY, 2010, p. 103).

O ciberespaço é um modelo informático digital hipertextual, plástico, dinâmico e apreendido através do conhecimento por simulação. O modelo hipertextual do ciberespaço é lido de forma interativa, e não de forma linear como um texto clássico (LÉVY, 2011, 2010). No interior do ciberespaço, há comunidades virtuais – como grupos de *Facebook* – nas quais são partilhadas as mais diversas experiências da vida social. Cada comunidade possui características próprias que vinculam todos os seus membros. Grupos de *Facebook*, como instâncias do ciberespaço, encorajam uma contínua troca comunitária e recíproca de informações. No mundo virtual, as pessoas reúnem-se em comunidades virtuais de acordo com seus interesses comuns, o que faz desse espaço um fenômeno mais do que técnico, mas principalmente social. Sobre o termo “comunidades virtuais”, diz Lévy (2011, p. 132):

Uma comunidade virtual não é irreal, imaginária ou ilusória, trata-se simplesmente de um coletivo mais ou menos permanente que se organiza por meio do novo correio electrónico mundial. (...) as chamadas ‘comunidades virtuais’ cumprem de fato uma verdadeira atualização (no sentido em que põem em contato efetivo) grupos humanos que eram somente potenciais antes do advento do ciberespaço.

A instância da digitalização é o fator que Lévy (2011) considera fundamental para que o ciberespaço seja a principal tecnologia de comunicação e suporte de memória partilhada socialmente no século XXI. É a instância da digitalização que possibilita um

caráter hipertextual plástico e fluido, em tempo real, desse espaço repleto de comunidades virtuais. A reserva digital de virtualidades informacionais do mundo virtual *online* do ciberespaço se atualiza nas interações sociais que percorrem coletivamente tal espaço tornando-o um meio de comunicação e um espaço de encontro entre os que participam de tal mundo.

A codificação digital, afirma Lévy (2010), como tendência principal do ciberespaço e um princípio de interface, atinge todas as técnicas de processamento de informações e de formas de comunicação. Magnabosco (2009) considera que os sentidos nas comunicações presentes no ciberespaço são construídos sempre em um contexto local, transitório e datado, no qual os usuários da *Internet* hierarquizam e selecionam conteúdos textuais e imagens que configuram o fundo sobre o qual o texto interno aos *posts* é salientado.

Para Lévy (2011), os hiperdocumentos possuem um fluxo informacional em tempo real registrado, aberto e acessível *online*. Os usuários de redes sociais, como o *Facebook*, contribuem na construção de um fluxo ininterrupto de hiperdocumentos que são acessados pelos próprios usuários de tais redes. Essa configuração não-linear e não-sequencial afeta a maneira como as pessoas escrevem, minimizando as fronteiras entre o leitor e o escritor, os quais passam a fazer parte de um mesmo processo no ciberespaço. Isso possibilita uma maior facilidade de distribuição da inteligência coletiva<sup>11</sup> e da cognição, justamente, por transpor a escrita de uma dimensão individual, para uma dimensão mais coletiva e colaborativa (MARCUSCHI; PERNAMBUCO, 2001). Assim, Lévy (2010, p. 40) destaca que

O hipertexto ou a multimídia interativa adequam-se particularmente aos usos educativos. (...) Quanto mais ativamente uma pessoa participar da aquisição de um conhecimento, mais ela irá integrar e reter aquilo que aprender. Ora, a multimídia interativa, graças à sua dimensão reticular e não linear, favorece uma atitude exploratória, ou mesmo lúdica, face ao material a ser assimilado. É, portanto, um instrumento bem adaptado a uma pedagogia ativa.

---

<sup>11</sup> Para Lévy (2011), a inteligência coletiva é um saber mais bem compartilhado entre os usuários do ciberespaço justamente por este ser um ambiente propício tanto para a propagação de conteúdos de destaque para contextos sócio-político quanto para a propagação do que Lévy denominou, em contraste ao termo “inteligência coletiva”, por “bobagem coletiva”. Este último termo faz referência a conteúdos como rumores e conformismo em rede. A veracidade das notícias e informações propagadas na Internet são importantes para a aprendizagem e avaliação que os *netizens* podem fazer das situações, assim, a "procura da verdade" é, para Patrocínio (2002), um exercício que os cibercidadãos precisam estar sempre colocando em prática para desenvolverem suas ações políticas de modo a evitar que se prejudique a credibilidade de uma dada militância.

Figura 5 - *Netizens* utilizando o hipertexto na construção de uma inteligência coletiva



Fonte: imagem extraída do grupo “Liberal B”

Magnabosco (2009) aponta que a transformação da escrita em uma atividade coletiva e colaborativa é resultado da afluência entre a *Internet*, a mídia e o uso de tecnologias de realidade virtual e digital que tornaram possível o compartilhamento de dados de fonte aberta e descentralizada. Tais fatores de interoperacionalidade possibilitam aos usuários da *Internet* “a capacidade interior de recombinar e atribuir sentido dentro de nossas mentes a todos os componentes do hipertexto que estão distribuídos em diferentes esferas de expressão cultural” (CASTELLS, 2003, p. 166).

Segundo Cavalcante (2005), para uma perspectiva sócio-pragmática e funcionalista da língua, os textos virtuais, digitalizados em diferentes instâncias da tecnologia infocomunicacional das redes sociais, como os textos que compõem grupos conservadores e liberais no *Facebook*, apresentam-se como uma unidade de sentido que se estabelece na relação entre autores e leitores. Os hipertextos são esses textos que se modelam, se constroem e reconstroem a partir dos elementos das mensagens que são frutos de atores da comunicação (MAGNABOSCO, 2009). Assim, as mídias sociais,

compostas como hipertextos, não são produtos acabados, mas objetos dinâmicos que são utilizados pelos seus usuários como forma de atender às suas necessidades e objetivos (VAN DIJK, 2016).

Cabe destacar, que o termo "hipertexto", cunhado por Theodor Holm Nelson, surge nos anos 1960, embora a ideia já estivesse em germe no artigo “*As We May Think*”, do físico e matemático Vannevar Bush, escrito em 1945 (LÉVY, 2010). Com esse termo, Nelson procurava expor um modelo textual informático não linear, que compreende um diálogo incessante e múltiplo. Lévy aponta que Nelson buscava “o sonho de uma imensa rede acessível em tempo real contendo todos os tesouros literários e científicos do mundo, uma espécie de Biblioteca de Alexandria de nossos dias” (LÉVY, 2010, p. 17). O hipertexto trata-se de um processo eletrônico de um novo espaço de escritura e leitura que é multilinearizado, multisequencializado e indeterminado, o que torna o leitor do documento hipertextual um coautor de um texto sempre muito fragmentado, que adquire características de uma hiperímídia, cuja tecnologia amplifica as relações com o(s) usuário(s) coautor(es) do hipertexto (MAGNABOSCO, 2009). Lévy (2010, p. 20) define o hipertexto da seguinte forma:

Tecnicamente, um hipertexto é um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos ou partes de gráficos, sequências sonoras, documentos complexos que podem eles mesmos ser hipertextos. Os itens de informação não são ligados linearmente, como em uma corda com nós, mas cada um deles, ou a maioria, estende suas conexões em estrela, de modo reticular. Navegar em um hipertexto significa, portanto, desenhar um percurso em uma rede que pode ser tão complicada quanto possível. Porque cada nó pode, por sua vez, conter uma rede inteira.

Segundo Cavalcante (2005), o hipertexto é constituído de nós. A conexão entre esses nós é estabelecida através de *links*, isto é, por meio de blocos informacionais. Magnabosco (2009) pensa o hipertexto como um constructo que se desenvolve como representação das redes de sentidos estabelecidas nas leituras dos textos pelos leitores coautores. Para Lévy (2010, p. 109), “a nova escrita hipertextual ou multimídia certamente estará mais próxima da montagem de um espetáculo do que da redação clássica, na qual o autor apenas se preocupava com a coerência de um texto linear e estático”.

É próprio do hipertexto, como uma nova rede veloz original de interfaces, a retomada e transformação de outras interfaces mais antigas da escrita. Assim, jornais e revistas, instâncias que compõem as mídias de massa, estão presentes *online* no ciberespaço, mas sob a configuração hipertextual e submetidos ao processo pós-massivo

da comunicação, como já foi afirmado. A adaptação de um conteúdo jornalístico tradicional para a forma de um hipertexto virtual pode ser observada na Figura 6:

Figura 6 - Adaptação hipertextual do conteúdo de um jornal no ciberespaço



Fonte: imagem extraída do grupo “Liberal B”

Pierre Lévy (2010) estabelece seis princípios para pensar e caracterizar abstratamente o hipertexto como uma espécie de programa que organiza o conhecimento, dados e a própria comunicação. São eles: 1) o princípio de metamorfose, referente à desestabilidade que há na contingência da construção e renegociação interna à rede hipertextual; 2) o princípio de heterogeneidade, referente à heterogeneidade dos formatos de documentos (vídeos, imagens, áudios, palavras) e dos sentidos lógicos e afetivos atribuídos a eles que há nos nós e conexões internos às redes hipertextuais; 3) o princípio de multiplicidade e de encaixe das escalas, referente ao modo organizacional fractal do

hipertexto, no qual qualquer nó pode ser composto por toda uma rede; 4) o princípio de exterioridade, referente ao exterior indeterminado fundamental para a construção e reconstrução permanente do hipertexto; 5) o princípio de topologia, que se refere ao ciberespaço como ambiente heterogêneo, por ser composto por nichos que aproximam-se entre si (como é o caso dos grupos nacionais liberais e conservadores, de *Facebook*, que são compostos por *netizens* que muitas das vezes estão presentes ativamente nos debates de mais de um desses grupos); e, por último, 6) o princípio de mobilidade dos centros, referente aos múltiplos centros (e à ausência de um único centro no ciberespaço) que desenham virtualmente e hipertextualmente “a paisagem do sentido” (LÉVY, 2010, p. 26).

#### 1.4 OS NETIZENS

Na Grécia Antiga, o conceito de cidadania estava ligado à vivência na polis. A origem etimológica de palavras como "cidadão", "cidadania", "civildade", "civil" e "civismo", encontra-se no termo latino *civitas*, que significa "condição de cidadão" e "direito de cidade". Assim, o termo cidadania é associado ao exercício do poder, dos direitos e dos mecanismos de representação. A partir do advento do Estado-nação, a cidadania passou a ser indissociada das identidades nacionais (PATROCÍNIO, 2008).

É através da compreensão platônica da *pólis*, ligada à noção de governança, e da compreensão romana de *civitas*, referente à noção de religião e de acatamento e partilha das diferentes instituições, que o liberalismo e as democracias parlamentares são influenciados para reformularem a noção de cidadania mantendo as características comuns de participação e exercício do poder por parte do cidadão (PATROCÍNIO, 2008).

Para Schnapper (1998), a sociedade moderna concebe o indivíduo de forma abstrata, desconsiderando suas determinações concretas, qualificações e questões identitárias para que, assim, todos os seres humanos sejam igualmente cidadãos e a cidadania passe a ser tanto um princípio de legitimidade política quanto a base dos vínculos sociais de um projeto político universal de inclusão. Esta é, para Schnapper, a "utopia criadora". Sobre esta, afirma o autor:

O princípio proclamado da igualdade civil e política e, até certo ponto, aplicado na vida política, no sentido restrito do termo, o que se traduz na fórmula 'um homem, um voto', continua a estar na base da legitimidade da ordem política e social (SCHNAPPER, 1998, p. 94).

A vida dos cidadãos, porém, não se baseia somente à dimensão política; também é envolvida pelas relações interpessoais. Nas democracias liberais e parlamentares, a cidadania torna-se sinônimo de participação sócio-política ativa da vida pública. Assim, a vida pública é mais do que o exercício do direito de voto (PATROCÍNIO, 2008), e a “participação política é fundamental para a construção de uma cidadania plena e de uma cultura política democrática” (GROSSELLI; MEZZARROBA, 2011, p. 7128). Alguns sociólogos, como Castells (2017), afirmam que, devido à autonomia e consciência dos *netizens*, há um empoderamento do cidadão frente às questões e crises políticas presentes na maior parte do mundo, inclusive no Brasil.

Patrocínio (2008), por sua vez, enxerga a globalização como uma completa mudança da condição humana em um contexto de multiculturalidade que se apresenta através de uma sociedade tecnológica que incita a questionar as concepções de pessoa, cidadão e cultura. Assim, o autor vê como necessária uma percepção ontológica da cidadania que abranja toda a condição da natureza humana articulada com a personalidade. Tal percepção possibilita pensar a identidade em uma “chave” não essencializada, na qual os sentidos de pertença constroem-se em cada cidadão. O único apelo de uma interpretação ontológica da cidadania, para Patrocínio, é o de pressuposição da questão dos direitos e deveres perante o Estado e os outros cidadãos que devem ser respeitados entre si.

Patrocínio (2008) pensa a cidadania como uma condição do homem na sociedade, na qual o respeito interpessoal entre os cidadãos expõe a capacidade de um exercício de alteridade positivo e responsável com relação aos outros cidadãos. As *netiquette*, segundo Patrocínio, são regras de convivência em contextos *online* das redes digitais que garantem, ou não, o equilíbrio das paixões entre sujeitos políticos com interesses diferentes e (ou) opostos.

A sociedade civil, contemporaneamente, tem aumentado seu poder político, em um viés democrático, por conta da revolução da informação que, segundo autor, seria o suficiente para catalisar a difusão da democracia no mundo por aprimorar as coligações cidadãs globais em um mundo cada vez mais conectado através das redes digitais. Tal conectividade aprimoraria uma maior consciência dos cidadãos sobre tudo o que se passa no mundo, os envolvendo nas decisões sócio-políticas. Patrocínio (2008) ressalta ainda que o acesso à informação é uma condição crucial para o conhecimento e a participação cidadã, o que torna a *Internet* uma instância importante nas ações cidadãs de protestos de

grandes dimensões, relacionadas a causas importantes para os cidadãos que as aderiram.

Assim, Marcondes (2007, p. 4) afirma que há

uma tendência de discurso que considera que a rede pode expandir o campo de interação e que (...) é possível que isso gere uma renovação da democracia participativa, embora tais disposições demonstrem que nada disso acontecerá sem um comprometimento ativo dos cidadãos. Para a existência de uma esfera pública, muito além do corpo físico, são indispensáveis as ações, o verbo, as interações, as trocas de ideias e experiências. O ciberespaço é permeado por práticas sociais. Nele a materialidade e as relações humanas codificam-se na linguagem. A relevância do físico está nas interações e na sociabilidade, não na presença corpórea.

O termo *netizen* (cibercidadão), conforme explica Patrocínio (2008), designa o cidadão da sociedade tecnológica digital. O neologismo foi utilizado pela primeira vez por Michael Hauben, em 1992. Em 1995, em parceria com sua esposa, Ronda Hauben, o autor lançou o livro “*Netizens: On the impact and History of Usenet and the Internet*”. Apesar de Hauben<sup>12</sup> ter considerado que os *netizens* são apenas os usuários da *Internet* que se engajam comunicativamente para acrescentar aspectos de trabalho cooperativo através de debates construtivos, sem pensar no lucro ou ganho individual, o autor reconhece que esta é uma definição pessoal que ele estabeleceu academicamente para um termo que emerge das comunidades *online*.

Patrocínio (2008) observa que há diferenças nas concepções do termo “*netizen*”. Poster, por exemplo, pensa o cibercidadão simplesmente como um sujeito político que se constitui – em um tempo não integral – no ciberespaço para construir um novo tipo de relação política que associa a ação política com a *Internet*, de forma a vencer – através das tecnologias infocomunicacionais que possibilitam o surgimento de comunidades virtuais no ciberespaço – as fronteiras criadas a partir do advento do Estado-nação. Tal definição é mais cabível para a perspectiva apresentada aqui. Assim, nas comunidades virtuais – como grupos liberais e conservadores presentes no *Facebook* – os *netizens* podem trocar conhecimento, idealizar ações políticas, praticar a retórica e, até mesmo, “guerrearem” entre si (PATROCÍNIO, 2008).

Sobre as comunidades virtuais e sua utilidade para os *netizens*, afirma Castells (2016, p. 443):

São comunidades, porém não são comunidades físicas, e não seguem os mesmos modelos de comunicação e interação das comunidades físicas. Porém não são “irreais”, funcionam em outro plano da realidade. São redes sociais interpessoais, em sua maioria baseadas em laços fracos, diversificadíssimas e especializadíssimas, também capazes de gerar reciprocidade e apoio por

<sup>12</sup> (1996, apud PATROCÍNIO, 2008).

intermédio da dinâmica da interação sustentada. (...) Combinam a rápida disseminação da comunicação de massa com a penetração da comunicação pessoal, e permitem afiliações múltiplas em comunidades parciais. (...) Reforçam a tendência de ‘privatização da sociabilidade’ — isto é, a reconstrução das redes sociais ao redor do indivíduo, o desenvolvimento de comunidades pessoais, tanto fisicamente quanto *online*. Os vínculos cibernéticos oferecem a oportunidade de vínculos sociais para pessoas que, caso contrário, viveriam vidas sociais mais limitadas, pois seus vínculos estão cada vez mais espacialmente dispersos.

## 1.5 ASPECTOS DO CIBERATIVISMO

Segundo Castells (2017, p. 199), “É essencial enfatizar o papel basilar da comunicação na formação e na prática dos movimentos sociais”. A *Internet* revolucionou a forma de relação entre as pessoas por possibilitar maior acesso para elas estabelecerem contato umas com as outras através de grupos, instituições, movimentos. Nesse sentido, Amaral e Ferreira (2015) salientam que a *Internet* é uma fonte de democratização, pelo fato de uma grande massa produzir, responder e escolher o conteúdo que interessa. Ainda que os novos meios técnicos infocomunicacionais tenham ajudado a ampliar a informação, isso não significa, necessariamente, uma maior comunicação entre as pessoas. Com efeito, tratar as novas mídias, dentre elas a rede social *Facebook*, como a solução de todos os males e problemas é algo duvidoso (AMARAL; FERREIRA, 2015). “Há que se considerar a oposição entre a velocidade da informação e o vagar da comunicação, entre o desempenho técnico e as dificuldades da intercompreensão entre indivíduos e coletividades reais” (ALMEIDA, 2008, p. 15). Tais dificuldades podem ser fruto da própria divergência de interesses políticos dos *netizens*. O raciocínio trazido por Amaral e Ferreira e por Almeida é adequado para pensar instâncias do ciberespaço ocupadas por *netizens* que não se colocam abertos à experiência de se comunicarem com *netizens* de identidades discursivas diferentes e, até mesmo, antagônicas.

Os *netizens*, como sujeitos comunicativos que fazem parte de uma audiência criativa, integram-se formando redes que produzem significado compartilhado. É o caso do esforço que *netizens* de grupos liberais e conservadores empenham para exporem suas demandas políticas. Assim, os *netizens* de tais grupos têm as tecnologias de autocomunicação de massa como um meio em potencial para afirmarem um exercício cidadão (CASTELLS, 2015).

A *Internet*, conforme aponta Castells (2015, p. 355), se configura em ágoras públicas que servem de “espaço de interação significativa da sociedade, onde ideia e valores são formados, transmitidos, apoiados e resistidos; espaço que, em última

instância, se torna um campo de treinamento para ação e reação”. Assim, o autor reconhece que as redes sociais – organizadas como *websites* que destacam-se pelas relações interpessoais que promovem (entre pessoas ou grupo de pessoas) (VAN DIJK, 2016) – materializam uma estrutura social nova que transforma a paisagem social e organizacional das redes através de lógicas de comunicação horizontalizadas, nas quais o sentido atribuído às mensagens digitalizadas, presentes no hipertexto, remete aos filamentos de uma rede, ou seja, “é negociado nas fronteiras, na superfície, ao acaso dos encontros” (LÉVY, 2010, p. 183). Com efeito, Castells (2015) averigua tal estrutura horizontalizada como algo historicamente novo, visto que as instituições mais tradicionais, como o Estado, tiveram de lidar, na maior parte da história, com mídias que possuíam uma lógica comunicacional “de cima para baixo”. Em uma linha de raciocínio semelhante, Amaral e Ferreira (2015) concordam que, através de um viés que não o da mídia tradicional, a *Internet* ajuda a configurar estratégias, debates e, até mesmo, a expor as próprias repressões sofridas por militâncias de movimentos sociais que demandam politicamente por seus direitos de cidadania. A Figura 7 pode ser tomada como exemplo disso:

Figura 7 - Cena de repressão policial registrada por um internauta<sup>13</sup>

compartilhou o vídeo de 13 de agosto de 2016

Eu havia dito que vivemos uma situação pior do que a ditadura 64-85 e tem gente q tem dificuldade de aceitar. Se no regime militar tínhamos partidos de fachada que não representavam o povo, os de hoje tão pouco nos representam.



72.568 visualizações

11 de agosto de 2016 Curtir Página

A Lei da Mordça - "Escola Sem Partido" - Não Passará!  
Escolas fechadas, sucateadas - Não mais!  
Por uma Educação Livre e Libertadora!

#NãoTemArrego #ForaPM #ForaAlckmin #SecundaristasEmLuta  
#AtoNacionalPelaEducação #DiadoEstudante #abaixamordça #EscolasLivres  
#Liberdade #AbaixaRepressão #OcupaBR #OcupaTudo  
#MalEducado #NãoFechemMinhaEscola #JornalistasLivres #BrasilDeFato

Curtir Comentar

3

Soldados baixando o cacete em baderneiros.  
Curtir · Responder · 13 de agosto de 2016 às 11:33

Ta foda erik  
Curtir · Responder · 13 de agosto de 2016 às 13:56

São crianças. kkkkkk  
Curtir · Responder · 13 de agosto de 2016 às 14:42

Realmente um absurdo. Mas daí a dizer que a repressão policial é maior hj do que durante o regime militar é uma hipérbole falsa e desnecessária.  
Curtir · Responder · 15 de agosto de 2016 às 02:42

Fonte: Imagem extraída da página de *Facebook* do grupo “Liberal D”.

Com relação às coerções policiais sofridas por movimentos sociais em rede engajados em um ativismo reflexivo *online* e *off-line*, Castells (2017, p. 196) afirma que

a repressão, com diferentes níveis de violência, dependendo do contexto institucional e da intensidade do desafio apresentado pelo movimento, é uma experiência recorrente em todo o processo de ação coletiva. Já que o objetivo

<sup>13</sup> A imagem se refere a um vídeo extraído do grupo “Liberal D”, presente no *Facebook*. As imagens do vídeo mostram um estudante secundarista sendo repreendido pela Polícia Militar por conta de uma ocupação escolar estudantil que acontecia no Estado de São Paulo. Os compartilhadores do vídeo demandam a não aprovação da PEC 193/2016, apelidada por eles como “Lei da Mordça”.

de todos os movimentos é manifestar-se em nome da sociedade como um todo, é fundamental eles sustentarem sua legitimidade pela justaposição de seu caráter pacífico à violência do sistema. De fato, em todos os casos, as imagens da violência policial ampliaram a simpatia dos cidadãos pelo movimento, assim como o reativaram

Os usuários da *Internet* não são meros consumidores passivos de informações. Eles se comunicam, se expressam e engajam em alianças e afiliações sociais. A leitura de Castells (2017) é que as redes sociais, como *Facebook*, *Twitter* e *YouTube*, além de conectarem todas as dimensões das vidas das pessoas, passaram a ser as principais plataformas para diversas espécies de interações sociais contemporâneas, sejam elas de cunho econômico, como no caso do *e-commerce* e do *marketing*, de entretenimento, ou mesmo de cunho político, como no ativismo sociopolítico de *netizens* de grupos nacionais liberais e conservadores. Os usuários das redes sociais “produzem conteúdo, estabelecem vínculos e conectam práticas” (CASTELLS, 2017, p. 201). Cerca de um bilhão de pessoas no mundo participam de comunidades *online* regularmente em suas vidas sociais (KOZINETTS, 2014). Assim, afirma Castells (2017, p. 199):

Os movimentos sociais em rede de nossa época são amplamente fundamentados na *Internet*, que é um componente necessário, embora não suficiente, da ação coletiva. As redes sociais digitais baseadas na *Internet* e nas plataformas sem fio são ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir. Mas o papel da *Internet* ultrapassa a instrumentalidade: ela cria condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se. Ela protege o movimento da repressão de seus espaços físicos liberados, mantendo a comunicação entre as pessoas do movimento e com a sociedade em geral na longa marcha pela mudança social exigida para superar a dominação institucionalizada

Grande parte da vida social e da subjetividade dos grupos se organiza em torno das redes propiciadas pelos equipamentos coletivos da comunicação, percepção e do pensamento. Embora, sozinha, a tecnologia não determine nada, assim como qualquer mídia não pode servir de causa social (CASTELLS, 2017), ela define o ambiente e as restrições da sociedade e auxilia a estruturar as atividades cognitivas de grupos, como os grupos nacionais liberais e conservadores presentes no *Facebook*. São esses os motivos que fazem da tecnologia uma condição do devir do grande hipertexto (LÉVY, 2010).

No Oriente, como no Ocidente, o que fica visível é que todo o desenvolvimento [tecnológico] depende, em grande parte, para a sua universalização e aplicabilidade, melhor, para sua concretização e legitimação, de um eficiente sistema de comunicação, sem o que acaba por sucumbir e desaparecer. Ou seja, de certo modo, retornamos àquele conceito grego sobre a função da

comunicação: a transformação do universo em uma imensa comunidade (HOHLFELDT, 2015, p. 97 – 98)

A transformação do universo em uma comunidade imensa pode trazer consequências políticas importantes, já que “ver e ouvir protestos em algum outro lugar, mesmo que em contextos distantes e culturas diferentes, inspira a mobilização, porque desencadeia a esperança da possibilidade de mudança” (CASTELLS, 2017, p. 194).

*Netizens* compõem as instâncias de grupos que formam ágoras públicas no ciberespaço e se unem para desempenhar uma força cidadã representada socialmente nas comunidades virtuais a partir dos hiperdocumentos que eles, os cibercidadãos, servem de coautores para os fins políticos que buscam (JUNGBLUT, 2004). Eis duas figuras (8 e 9) que elucidam o aspecto que tomam disputas (hiperdocumentadas) entre *netizens* que defendem seus respectivos interesses políticos:

Figura 8 - Consulta pública realizada pelo Senado acerca do Projeto de Lei 193/2016

**CONSULTA PÚBLICA** COMO FUNCIONA

**PLS 193/2016**  
 PROJETO DE LEI DO SENADO nº 193 de 2016  
 Autoria Senador Magno Malta

<b>Ementa</b>	Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido".
<b>Explicação da Ementa</b>	Inclui entre as diretrizes e bases da educação o "Programa Escola sem Partido".

[Ler texto completo](#)   [Ver tramitação](#)

É possível opinar enquanto a matéria tramita no Senado

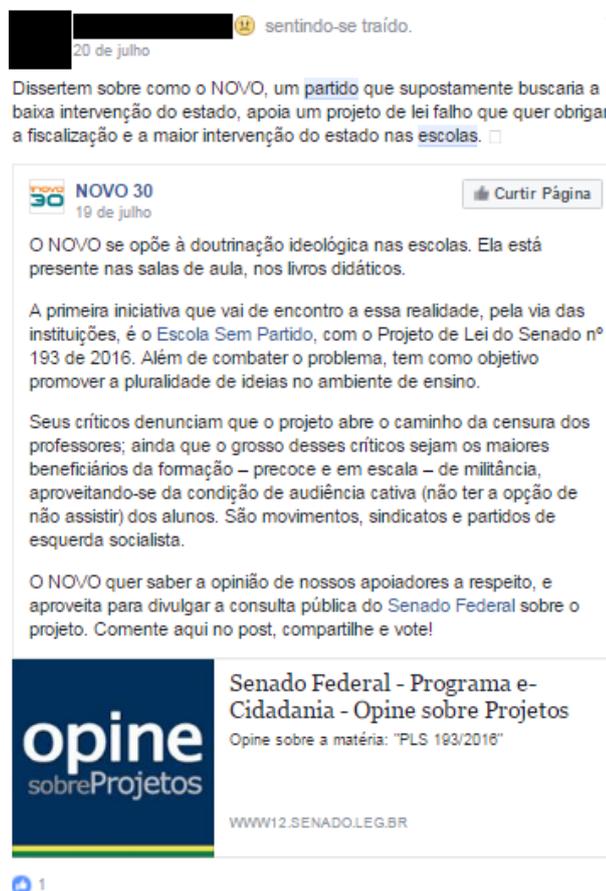
**VOCÊ APOIA ESSA PROPOSIÇÃO?**

SIM
NÃO

192.582   203.700

Fonte: *website* do Senado Federal

Figura 9 - Disputa entre um *netizen* liberal e um partido que se classifica como liberal



Fonte: imagem extraída da página de *Facebook* do grupo “Liberal A”.

Oliveira e Haddad (2001) argumentam que é justamente esse exercício político *online* que permite pensar algumas instâncias do ciberespaço – como grupos que formam ágoras públicas por realizarem debates sócio-políticos – a partir da ideia de que são esferas mais informais da sociedade civil. Por sua vez, Campbell<sup>14</sup> demonstra que até o século XVIII, a sociedade civil era pensada como a arena do cidadão politicamente ativo. Nesses termos, contemporaneamente, é possível pensar tais comunidades virtuais como instâncias do ciberespaço que servem de arenas virtuais para os *netizens* politicamente ativos em suas articulações de práticas discursivas que têm efeito no mundo *off-line* e são influenciadas por este.

<sup>14</sup> *Apud* Amaral e Ferreira (2015).

Castells (2017), ao se referir ao movimento Passe Livre no Brasil – que aconteceu em junho de 2013 em algumas cidades do país, como São Paulo e Porto Alegre –, enfatiza o potencial da autocomunicação de massa, presente na plataforma tecnológica da cultura da autonomia propiciada pela *Internet*, para o exercício cívico. Sobre as manifestações de junho de 2013 em diversas cidades do Brasil, o autor destaca:

De forma confusa, raivosa e otimista, foi surgindo por sua vez essa consciência de milhares de pessoas que eram ao mesmo tempo indivíduos e um coletivo, pois estavam – e estão – sempre conectadas, conectadas em redes enredadas na rua, mão na mão, *tuítes a tuítes, post a post*, imagem a imagem. Um mundo de virtualidade real e realidade multimodal, um mundo novo que já não é novo, mas que as gerações mais jovens veem como seu. Um mundo que a gerontocracia dominante não entende, não conhece e que não lhe interessa, por ela encarado como suspeito quando seus próprios filhos e netos se comunicam pela *Internet*, entre si e com o mundo, e ela sente que está perdendo o controle (CASTELLS, 2017, p. 246 – 247)

Figura 10 - Imagem de uma manifestação impulsionada pelo movimento Passe Livre, em junho de 2013



Fonte: imagem extraída do *website* O Casarão.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Disponível em: <https://jornalocasarao.wordpress.com/2013/07/10/a-revolta-sera-curtida-e-compartilhada/>.

Segundo o sociólogo Anthony Giddens (2005), a tecnologia da informação e os movimentos sociais na atual era da informação constituíram redes regionais e internacionais que abrangem diversas formas de sociedade civil, e, por isso, são duas das mais influentes forças das recentes sociedades modernas. Amaral e Ferreira (2015) também defendem que os novos mecanismos comunicacionais, como o *Facebook*, capacitam e mobilizam os indivíduos a articularem ações coletivas em rede. Isso pode ser observado, por exemplo, no ato de protesto ocorrido no dia quinze de março de 2015, em trinta e três cidades brasileiras, organizado pelo Movimento Brasil Livre (MBL) com a demanda pelo Impeachment da então presidente Dilma Rousseff (BERLANZA, 2015).

Figura 11 - Foto da manifestação em São Paulo promovida pelo MBL em março de 2015



Fonte: Imagem extraída do *website* do jornal *O Globo*. Autor da foto: Michel Filho

Chaves (2014) chama a atenção da pesquisa sociológica nacional para pensar o *Facebook* como um espaço de ativismo político de *netizens* brasileiros. A autora – que explora de forma específica o ativismo em movimentos feministas – aponta que a militância de coletivos feministas elaborou a publicização da Marcha das Vadias, sem necessitar dos veículos de massa. Isso porque utilizou o espaço digital da *Web 2.0*, um ambiente de mídias com funções pós-massivas (LEMOS, 2010) que funciona a partir de

redes telemáticas, onde os usuários da *Internet* podem produzir informação, o que horizontaliza as emissões de mensagens.

Os movimentos sociais em rede, como todos os movimentos sociais da história, trazem a marca de sua sociedade. São amplamente constituídos de indivíduos que convivem confortavelmente com as tecnologias digitais no mundo híbrido da realidade virtual. Seus valores, objetivos e estilo organizacional referem-se diretamente à cultura da autonomia que caracteriza as novas gerações de um novo século. Não poderiam existir sem a *Internet*, mas seu significado é muito mais profundo. Eles são talhados para o papel de agentes na mudança na sociedade em rede, num contraste agudo com as instituições políticas obsoletas herdadas de uma estrutura social historicamente superada (CASTELLS, 2017, p. 203).

Ao considerar a lógica dos nichos, própria das mídias de função pós-massiva, é compreensível que grupos de identidade discursiva liberal e conservadora, por exemplo, não agreguem, em seus debates, membros de outras identidades discursivas, principalmente se à esquerda. É comum também que os *netizens* que formam o nicho de identidade discursiva conservadora e liberal venham a aderir aos protestos do MBL, enquanto o nicho de *netizens* de identidades discursivas feministas, estudados por Chaves, venham a aderir à Marcha das Vadias<sup>16</sup>.

*Netizens* de grupos nacionais liberais e conservadores de *Facebook* podem deslegitimar e, até mesmo, difamar certas mídias que não propaguem as mensagens bem-vindas aos seus interesses políticos. Por exemplo, a divulgação de qualquer escândalo que venha a envolver um candidato à Presidência da República popular e bem aceito nos grupos conservadores pode provocar uma reação política negativa por parte dos *netizens* de tais comunidades virtuais.

---

<sup>16</sup> A Marcha das Vadias (*Slut Walk*) é uma manifestação feminista mundial que teve sua primeira edição no ano de 2011, no Canadá. A Marcha teve sua primeira edição brasileira também em 2011. A organização da Marcha aconteceu através das redes sociais, principalmente por meio do *Facebook* (GALETTI, 2014).

Figura 12 - *Netizen* de grupo conservador demonstrando pouca confiança e credibilidade em mídia de esquerda que procura difamar seu candidato à Presidência da República



Fonte: imagem extraída do grupo “Conservador B”

Para Amaral e Ferreira (2015), há pouca diversidade de perspectivas políticas na realidade dos veículos de massa brasileiros. Os autores destacam o caráter unilateral das redes de TV aberta que, segundo Guareschi (2006; 2009), forjam um mapa baseado nos interesses políticos privados daqueles que detêm o controle das mídias mais tradicionais os quais, ainda que prezem pela neutralidade ou apartidarismo, terminam por orientar e manipular informação afim de transformar a subjetividade do telespectador por meio de uma comunicação assimétrica e vertical. Assim, mídias de autocomunicação de massa e, de forma geral, pós-massivas, encontradas no ciberespaço, contribuem – embora com todas as suas limitações – para uma lógica de interação que potencializa o debate entre os *netizens* que compartilham de uma lógica interacional todos-todos (LÉVY, 2011) ao mesmo tempo que os *mass media* estão presentes hibridamente nos conteúdos.

Nas mídias de função pós-massiva no ciberespaço, as modalidades de configuração do texto escrito e da imagem são estrategicamente fundamentais. Por exemplo, na instância de grupos de *Facebook*, uma fração pequena, mas importante do ciberespaço, o hipertexto é dobrado e redobrado para compor um modelo textual colaborativo, embora conflitivo, dos *netizens* coautores desse hiperdocumento. Também

a imagem tem suas alterações em tais instâncias, pois, nessa fração do ciberespaço, ao invés do conteúdo de vídeos e fotos servirem como espetáculo, eles se apresentam mais como um formato da interação, muitas vezes argutiva e própria da retórica dos *netizens* em seus debates nas ágoras públicas dos grupos (LÉVY, 2011). Além do uso de imagens e elementos textuais como articulações retóricas, entendidas por Lévy (2011) como nós, a mesma utilidade pode ser pensada a partir da questão dos *links*, que também se organizam de forma multilinear e multisequencializada.

A partir das opções associativas, em hipertextos, de compartilhamentos e acessos de *links* que *netizens* expõem para contribuir com o conteúdo retórico dos debates em ágoras públicas do ciberespaço, faz-se possível pensar as articulações ideológicas dos cibercidadãos. Tais articulações contribuem para fazer do hiperdocumento acessível nos grupos um influente instrumento de escrita e leitura coletiva que se adequa a diversos fins, como o sociopolítico (MAGNABOSCO, 2009). Eis um bom exemplo das articulações textuais e das opções associativas do compartilhamento de *links* para as articulações retóricas que compõem os debates dos *netizens* de grupos liberais e conservadores:

Figura 13 – Debate ideológico entre dois *netizens*<sup>17</sup>

compartilhou a publicação de

9 de julho de 2016

Ditadura.

Marx é doutrinação, e Émile Durkein é o que ? Por acaso Émile Durkein não tem ideologia ou será que a ideologia colocada por ele não há problemas ? Pergunta retórica.



Professora da rede pública é afastada ao abordar Marx em sala de aula |

Caso fomenta o debate sobre o projeto "Escola sem partido", discutido nacionalmente no Legislativo

Curtir Comentar

3

Quase não tem doutrinação e apologia nesses versos:  
 "Os burgueses não moram na favela/ Estão nas empresas explorando a galera/  
 E os proletários, o salário é uma miséria/ Essa é a mais-valia, VAMOS  
 ACABAR COM ELA"  
<https://www.youtube.com/watch?v=SguliB7-0jc>



"Karl Marx é BAILE de FAVELA"  
 - Socialismo com FUNK na aula,...

YOUTUBE.COM

Curtir · Responder · 1 · 9 de julho de 2016 às 19:17

4 Respostas

Fonte: Imagem extraída da página de *Facebook* do grupo "Liberal D".

<sup>17</sup> Imagem extraída do grupo "Liberal D". Dois *netizens* debatem e utilizam de *links* diferentes para articularem-se retoricamente e reafirmarem suas ideologias.

## 1.6 CONSIDERAÇÕES

Este capítulo pretende oferecer ao leitor, inicialmente, um esboço do desenvolvimento da Informática desde seus primeiros passos na metade do século XX até a *Web 2.0* e as redes sociais como as conhecemos na contemporaneidade para, assim, explorar a figura dos *netizens* como exploradores políticos do ciberespaço e atores/idealizadores políticos em rede através de comunidades virtuais que não se limitam a propor transformar uma realidade estritamente virtual e que são mais plurais em suas demandas e militâncias políticas do que o quadro político exposto nas mídias de massas. A importância da exploração dos diversos aspectos ciberativismo deve ser ressaltada como temática central do capítulo e a contribuição maior deste para a dissertação como um todo.

## 2. O LIBERALISMO, O CONSERVADORISMO E O PROGRAMA “ESCOLA SEM PARTIDO”

### 2.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta, em princípio, um esboço da tradição do pensamento liberal, que se estende desde o jusnaturalismo de John Locke, durante o século XVII, das contribuições economicistas de Adam Smith e do utilitarismo de Jeremy Bentham, no século XVIII, e de John Stuart Mill, no século XIX, até concepções mais sociológicas do liberalismo, próprias dos séculos XIX e XX, presentes em autores como Max Weber, Raymond Aron, Ralf Dahrendorf. Por fim, procura discorrer sobre o neoliberalismo e autores neoliberais, como Ludwig von Mises, Ludwig von Hayek e Murray Newton Rothbard.

O conservadorismo, por sua vez, será abordado a partir de uma distinção básica entre o conservadorismo, como atitude, e o conservadorismo político. Da mesma forma, também será feita uma reflexão do conservadorismo como ideologia posicional. Para tanto, contempla aspectos do conservadorismo clássico, presente nas obras seminais de Edmund Burke, publicadas no século XVIII, bem como autores dos séculos XX e XXI, como Michael Oakeshott, Roger Scruton e João Pereira Coutinho.

Após apresentadas as ideologias liberal e conservadora, será feita uma reflexão crítica ao programa Escola Sem Partido. Essa se dará, justamente, através destas duas ideologias. Tendo em vista, como já foi dito em outros momentos desta dissertação que, em sua maior parte, o Programa é apoiado pela direita, a intenção é fazer uma crítica à iniciativa Escola Sem Partido, principalmente no que se refere ao ciberativismo, que pode ser encontrado nos grupos liberais e conservadores importantes para esta pesquisa.

### 2.2 ASPECTOS DO LIBERALISMO

Os filósofos da Grécia antiga foram os responsáveis por tornar fundamental ao Ocidente o conceito de liberdade. Os gregos transmitiram a importância do termo aos romanos, estes para a Europa e esta para os Estados Unidos da América. Assim, a liberdade, como valor ocidental, passou a ser fundamental como virtude para uma sociedade no Ocidente. Foi a partir do desenvolvimento tratado quanto à liberdade que pôde ser desenvolvida uma filosofia do *laissez-faire* (MISES, 2015).

O indivíduo é privilegiado nas abordagens liberais. O desenvolvimento do indivíduo já era considerado fundamental para os liberais do século XIX. Mises (2015) relembra que nos primeiros passos do liberalismo, como perspectiva política e econômica, o *slogan* dos liberais era “indivíduo e individualismo”. “No decorrer de quase meio século, o próprio liberalismo tornou-se um campo de ideias e posições altamente diversificado” (MERQUIOR, 2014, p. 45)

O termo político do “liberalismo” origina-se de uma revolta contra o poder absolutista durante as Cortes espanholas de 1810. Os princípios do pensamento liberal envolvem parlamento, liberdades de imprensa, individuais e religiosas. Assim, o liberalismo, diferentemente de ideologias que não contrariam a moralidade sustentada pelo *status quo* – um pacto moral alegado –, como a conservadora ou a socialista, pressupõe a tolerância a uma pluralidade de valores e crenças. Depois da década de 1870, com o advento da democracia no Ocidente, tais princípios de pluralidade de ideias no campo da política passaram a ser mais reforçados (MERQUIOR, 2014). Por isso, Norberto Bobbio (2017) afirmou que a autêntica democracia é liberal.

Democracia e liberalismo são, segundo Bobbio (2017), perspectivas individualistas – ao menos em suas formas autênticas –, não organicistas (estas últimas, por se organizarem como formas descendentes de poder ao olhar o Estado como um corpo, cujas partes se harmonizam para um bem comum, são antagônicas às aspirações de liberdades individuais e de possibilidade de divergências ideológicas. Ainda assim, o indivíduo da democracia não é o mesmo do liberalismo, uma vez que não possuem os mesmos interesses. Se para o indivíduo da democracia a reconciliação com a sociedade através de acordos com outros indivíduos é o âmago de seu interesse, para o indivíduo do liberalismo, a liberdade econômica, por vezes censurada pelo Estado, é o seu principal interesse.

Bobbio (2017) aponta que um pensador neoliberal do século XX, Friedrich von Hayek, afirmava ser necessária a distinção entre a democracia, um modelo político que trabalha com o problema dos procedimentos adequados para se governar, e o liberalismo, uma perspectiva que trabalha com a questão sobre as funções e limitações de um governo. Assim, há para o liberalismo uma conotação positiva ao princípio da liberdade, de tal forma que uma sociedade será melhor se o Estado – que para o modelo liberal deve ser mínimo, pois se trata de um mal necessário – não aplicar as suas coerções para prejudicar tal princípio.

### 2.3. ASPECTOS DO LIBERALISMO CLÁSSICO

O liberalismo clássico, ou apenas “liberalismo” (na sua concepção original), é brevemente descrito pelo sociólogo brasileiro, José Guilherme Mequior (2014, p. 62), como “um corpo de formulações teóricas que defende um Estado constitucional (ou seja, uma autoridade nacional central com poderes bem definidos e limitados e um bom grau de controle pelos governados) e uma ampla margem de liberdade civil”. O autor considera que os três fundamentos desse modelo são: direitos humanos, constitucionalismo e “economia clássica” (um ramo originado por Adam Smith e sistematizado por David Ricardo).

Os liberais da Escola de Manchester, do século XIX, afirmavam que o *laissez-faire*, se seguido cabalmente no mundo, ou seja, se uma nação pudesse estabelecer livre comércio com as outras sem intervenções econômicas estatais, o mundo se veria livre das guerras, o Estado seria laico, haveria liberdade de imprensa e a escravidão acabaria (MISES, 2015).

A escola reacionária da teoria social acreditava que a Reforma Protestante, durante o século XVI, era a culpada por deteriorar a ordem social e os princípios de autoridade e hierarquia, o que faria do individualismo presente no pensamento de Martinho Lutero uma raiz do pensamento liberal. Porém, seitas protestantes agiam de forma repressiva por motivos de intolerância religiosa. A partir do surgimento dos primeiros liberais, a aspiração desses em prol do indivíduo e de sua individualidade passou, segundo Mises (2015), a ser fortemente atacada pelos reacionários.

John Locke (1973), o primeiro liberal verdadeiramente influente, se preocupava com a tolerância entre os cristãos. O pensador jusnaturalista chegou a escrever sua “Carta acerca da Tolerância” (1689), na qual acusa a perseguição religiosa como contrária ao cristianismo. Locke, um autor que valorizava o consenso, acreditava que esse era fundamental para a importante tarefa de governar, vista pelo autor como legítima e necessária. Como liberal, o contrato que Locke apresenta é determinado em termos individualistas e estabelece as bases de um governo legal que funcionaria como “curador da cidadania”. Posteriormente, o republicanismo americano amplia a ideia lockiana de

Estado e, por isso, atenua o potencial democrático interno às instituições liberais (MERQUIOR, 2014).

Locke, a partir de sua teologia dos direitos naturais, seguiu uma tradição antiga de pensamento que julga os direitos como inatos ao ser humano. Merquior (2014, p. 66) relembra que tal tradição “poderia ser encontrada na filosofia estoica, nas obras de Cícero (notadamente ‘De Republica’ e ‘De Officiis’), na jurisprudência imperial romana (notadamente Gaio e Ulpiano) e nos padres da igreja”. Para Merquior (2014, p. 73):

Ao sacralizar a propriedade como direito natural anterior à associação civil e política, Locke realçou uma tendência que já tinha quinhentos anos de idade: a fusão pós-clássica de *ius* e *dominium*, de direito e propriedade. Entronizando o direito de resistência, ele ampliou o princípio individualista de vontade e consenso. E este, em lugar de tradição, é a principal característica da legitimidade em política liberal

O liberalismo clássico foi responsável por radicalizar traços de liberdade, pacificidade e melhoria das condições de vida da sociedade industrial (ROTHBARD, 2010). Adam Smith, pai da economia clássica e filósofo moral, foi um liberal clássico iluminista que prezava o progresso através de fundamentos democráticos. O tema do progresso na obra de Smith (e de outros liberais) foi herdado diretamente da tradição iluminista. Como um liberal, Smith pensava que, para atingir o progresso, a liberdade individual, civil e moderna deveria ser valorizada e respeitada. A era intelectual do iluminismo não foi composta totalmente por autores liberais, relembra Merquior (2014), mas isso não impediu que a conquista de instituições mais livres e uma sociedade menos desigual tenham sido fundamentais e bem-vindas para a tradição liberal. O *liberismo* (termo italiano para denominar liberdade econômica), a luta pelos direitos humanos e a necessidade de um governo constitucional foram prioridades tanto para o iluminismo quanto para o liberalismo clássico. Assim, as reformas iluministas tiveram tom libertário. Sobre essas, o sociólogo brasileiro afirma que:

A luta de Voltaire contra a tortura e a censura, a humanização das práticas penais por Beccaria, a retirada do apoio estatal à perseguição ou discriminação religiosa, a eliminação dos privilégios de castas e guildas, a liberalização do comércio e a abolição da servidão na Áustria de José não foram vistas como medidas despóticas, a não ser pelos interesses obviamente prejudicados no processo, mas, na verdade, como avanços libertários (MERQUIOR, 2014, p. 88)

O liberalismo econômico de Smith (2017), por enaltecer e afirmar a necessidade da “mão invisível do mercado”, não via como socialmente prejudicial o luxo que alguns poucos têm no modelo mercantilista e capitalista. Pois o luxo não afetaria, segundo o pai da economia clássica, os pobres. Nesse ponto, Smith aproxima seu pensamento aos de autores como Voltaire e Hume, os quais justificam o luxo pela produção de empregos, e se distancia da visão de autores como Rousseau e Diderot. Também há divergências entre a psicologia econômica de Smith em relação ao pensamento de Montesquieu. Se para este último a sociedade comercial viria a conter as paixões e impulsos não econômicos, para Smith, pelo contrário, os indivíduos egoisticamente e impulsivamente buscam melhorar suas condições de vida através de muito trabalho. Tal busca é importante tanto para o progresso social como para a independência individual (MERQUIOR, 2014).

A tendência a naturalizar os direitos, presente tanto no pensamento de Locke como no de Smith, começa a ser criticada dentro do próprio liberalismo após o utilitarismo de Jeremy Bentham. Este não só rejeitou, como também zombou de tal tendência. A visão utilitarista de Bentham foi importante para o liberalismo e para o regime democrático, por ter ela designado ao Estado o ônus de promover a felicidade da maioria através dos fundamentos democráticos. Tal felicidade, para o utilitarismo, pode ser pensada em termos de um cálculo, ou seja, em termos racionalistas. Assim, o pensamento de Bentham foi fundamental tanto para a administração inteligente como para a reforma judiciária (MERQUIOR, 2014). Se o utilitarismo é um cálculo do bem maior ao maior número de pessoas, é porque crê que “cada pessoa conta como uma na composição deste número e na qual o ‘bem estar’ é considerado a mais completa satisfação dos desejos puramente subjetivos dos indivíduos na sociedade” (ROTHBARD, p. 275, 2010).

O pai do utilitarismo não era um socialista. Segundo Merquior (2014), os assuntos concernentes à diversidade individual e sua aspiração por uma democracia mais inclusiva, através de grandes reformas, fruto de sua cosmovisão da fraternidade humana, fizeram de Bentham um autor mais democrata do que liberal. Bentham foi mais zeloso com os interesses do indivíduo da democracia do que com os interesses do indivíduo próprio do liberalismo. Ainda assim, é possível pensar que o utilitarismo desconsidera a possibilidade de uma tirania da maioria, daí não defender a tese da liberdade e do *laissez-faire*. Ora, o desejo pelo bem comum é presumido através do juízo de valor dos utilitaristas quanto ao desejo da maioria, e, assim, torna-se ônus destes técnicos sociais satisfazer tais demandas, porém, os desejos individuais não são nem absolutos, nem

invariáveis. O utilitarismo é ainda mais contraditório quando conclui que o desejo, como elemento subjetivo, possa ser calculado (ROTHBARD, 2010).

John Stuart Mill foi discípulo de Bentham. Embora o jovem Mill tenha se aproximado de uma literatura mais romântica (ou seja, crítica do racionalismo utilitarista) justamente por ter deixado se abalar pela crítica de Carlyle ao cálculo da felicidade da maioria e ser influenciado pelo fundador do romantismo inglês, Coleridge, um rival intelectual de Bentham, o Mill mais maduro perde sua veia romântica e passa a ser um racionalista utilitarista. Sobre a influência provinda de Saint-Simon ao jovem Mill, Merquior (2014, p. 126) afirma que o “saint-simonismo oferecia-lhe um tipo muito diferente de crença no progresso, com uma mística do altruísmo e sacrifício em lugar da fria satisfação objetivada pela ética utilitária”. Depois de desacreditar do saint-simonismo, Mill passa a considerar que a própria moralidade é moldada e fundamentada pelo princípio da utilidade. Pois, para o autor, as ações humanas estão moralmente corretas na medida em que promovem a felicidade da maioria sem provocar sofrimento nos demais indivíduos.

Mill defendia o *laissez-faire* e o liberalismo mas, diferentemente de outros autores liberais iluministas, não acreditava que a sociedade comercial acarretaria, necessariamente, em um progresso social, sobretudo, porque essa sociedade comprometeria a energia e a independência dos indivíduos. Tal posicionamento de Mill difere, também, do utilitarismo de seu mestre, Bentham.

Mill, como um democrata liberal, defendia o que entendia por “antagonismo de opiniões”. Ou seja, para o autor, era ilegítima toda e qualquer forma de modelo autoritário que viesse, através de uma tirania da opinião, a uniformizar os posicionamentos políticos. Alexis de Tocqueville também denunciava na ambição revolucionária a presença de um racionalismo que buscava estabelecer uma Constituição a partir de regras lógicas, ao invés de considerar virtudes políticas, tais como a experiência ou a prudência. Era perturbador a Tocqueville o otimismo racionalista ingênuo que, a seu ver, confundia a política com um cálculo matemático (COUTINHO, 2014). Assim, afirma Tocqueville (1979, p. 239):

A justiça forma, portanto, o limite de qualquer povo. Quando me recuso a obedecer uma lei injusta, não nego à maioria o direito de dirigir; apelo à soberania do gênero humano contra a soberania do povo.

Há pessoas que não temeram afirmar que um povo, nas coisas que só interessam a ele mesmo, não poderia sair dos limites da justiça e da razão, e que assim, não se devia temer dar todo o poder à maioria que o representa. Mas é uma linguagem de escravo

Mill foi profundamente influenciado por Tocqueville, um grande admirador da democracia americana, que o autor julgava ser o modelo antagônico ao socialismo. Para este, a melhor forma de combater o despotismo seria através de uma democracia representativa que pudesse garantir liberdades de imprensa e, principalmente, individuais. Embora a democracia tenha por princípio a igualdade, Tocqueville insiste em diferenciá-la do socialismo. Pois a igualdade presente neste modelo chega a escravizar o povo por reduzir tanto os direitos como as liberdades individuais. Já a democracia, por ser composta pelos pactos legais entre os próprios cidadãos e seus governantes, embora, por vezes, desconsidere o interesse individual em prol do interesse coletivo, aspira a liberdade na igualdade (BOBBIO, 2017; MERQUIOR, 2014). Assim, Merquior relembra a debate entre o liberal Mill e o pai filosófico da sociologia ao dizer que “Mill manteve-se fiel ao individualismo liberal em sua rejeição firme da tecnocracia autoritária recomendada pelo maior dos saint-simonianos, Auguste Comte”.

O anarcocapitalista, Murray Rothbard (2010), averigua que a economia, por ter nascido como ciência no século XIX, sofreu grande influência do pensamento utilitarista. Daí tanto os defensores do *laissez-faire* quanto os estatistas terem sido diretamente influenciados pela filosofia utilitarista. Segundo o autor (p. 275 – 276):

Os utilitaristas, enquanto economistas, gostam de se considerar “científicos” e “livres de juízo de valor”, e a doutrina deles supostamente permite que eles adotem uma postura praticamente livre de juízo de valor; pois aparentemente eles não estão impondo seus próprios valores, mas simplesmente recomendando a maior satisfação possível dos desejos e preferências da maioria da população

O Princípio da Unanimidade, fundamentado a partir do critério de Ótimo de Pareto – instância conceitual que considera “boa” a política pública que possibilita um maior número de pessoas em uma condição melhor –, considera que deva haver consenso total dos cidadãos quanto às ações governamentais. Porém, o Princípio da Unanimidade e o Ótimo de Pareto nada têm a considerar sobre as virtudes de um *status quo* existente. E ainda podem congelar este. Rothbard (2010) lembra que enquanto o Ótimo de Pareto estabelece que o planejamento político deva ser norteado por um critério de compensação, algo mais matemático, o critério de James Buchanan seria o acordo entre os cidadãos, o que ajudaria a expor a vagueza da noção de bem comum estabelecida e idealizado por defensores do *status quo*. Ora, como acabou de ser dito, Tocqueville também compartilha de tal posicionamento.

## 2.4. ASPECTOS DA RECEPÇÃO SOCIOLÓGICA DO LIBERALISMO

Simmel, um sociólogo clássico, trabalhou com a noção de liberdade individual que o dinheiro pode garantir aos indivíduos. O autor acabou por se tornar um liberal mais apolítico do que político. Max Weber, sociólogo clássico, era um liberal nacionalista em prol de uma política imperialista. Foi um autor importante para a linha central do liberalismo alemão. Apesar de liberal, Weber não via como bem-vinda uma postura liberal crítica à legislação social por esta, segundo o autor, se fundamentar um dogmatismo econômico (FILIPE, 2007).

Há uma série de outros sociólogos importantes que foram liberais. Mas a sociologia, em geral, tem se apresentado hostil ao liberalismo. Segundo Merquior (2014, p. 235):

na sociologia pós-clássica americana, Talcott Parsons foi um liberal moderadamente conservador (e como tal foi criticado pelo falecido Alvin Gouldner), e Robert Merton também é liberal, enquanto Daniel Bell trocou seu esquerdismo juvenil por posições liberais. De igual modo, na França de nossos dias, Raymond Boudon e, progressivamente, Alain Touraine podem ser classificados como tal, embora somente Boudon, creio, aceitaria o rótulo.

Merquior (2014) aponta que Raymond Aron, sociólogo, ensaísta e jornalista político liberal, para estudar a democracia representativa e os jogos de poder entre o governo e os partidos, forças sociais e a *intelligentsia*, teve Weber como grande influência, principalmente por este ter dado destaque, em sua obra, às questões concernentes ao poder, Estado e certos grupos de *status*. Assim como Mill, Aron também foi influenciado por Tocqueville. Para esses três autores, uma sociedade poderia ser governada de forma livre ou despótica. Mas Aron critica Tocqueville por este não ter notado como a hierarquia industrial se constituiria como uma adversidade à preocupação de Tocqueville pela igualdade.

Aron percebe uma dicotomia dos regimes industrializados. Ou estes se organizavam de forma constitucional e pluralista, apresentando competição partidária e liberdade política, de opinião e de imprensa, desconsiderando, porém, em certa medida, a questão da mobilidade social, ou se organizavam a partir de um regime que tivesse apenas um partido de Estado e que, por mais que considerasse a questão da mobilidade social, desvalorizava as liberdades da primeira forma de organização. Assim, Merquior

(2014, p. 238) conclui que “embora a política na democracia liberal seja apenas moderadamente igualitárias, as ideocracias são realmente nefastas”.

Ralf Dahrendorf, um sociólogo liberal-social, era admirador da obra de Aron. Dizia que este habitava seu “panteão”. Apesar de Dahrendorf (1982) não descartar a luta de classes – já mencionada por Marx –, através do desenvolvimento da tese weberiana de que o poder molda a sociedade, propunha pensar que as classes não representam, necessariamente, grupos econômicos. Antes disso, significam a luta pelo poder, travada sob diversos ângulos, não apenas na economia. O jovem Dahrendorf, influenciado pelo epistemólogo liberal Karl Popper, tinha uma visão positiva em relação ao conflito, embora deva haver socialmente, para o autor, alguma homogeneidade social, por acreditar que deve haver uma pluralidade de decisões que compitam e interajam entre si democraticamente. Assim, Dahrendorf criticou no modelo parsoniano da Teoria Geral da Ação Social uma inexistência de conflitos, e o modelo marxista por se limitar, em seu cerne, ao conflito entre classes econômicas (JUNIOR, 2010).

Em relação ao último Dahrendorf, este se observa como um agonista, ou seja, como um autor que considera ser melhor aceitar e conter o conflito do que simplesmente propor acabá-lo, ignorá-lo ou negá-lo.

Três livros em particular encerram as opiniões do último Dahrendorf: *A Nova Liberdade* (1975), *Life Chances* (1979) e *The Modern Social Conflict* (1988). *Life chances*, uma coletânea de ensaios, inclui um sobre a abdicação da social-democracia. Dahrendorf atribui um papel menor ao conflito e lamenta a perda de “vínculos”, de raízes que dão sentido a “opções” individuais (2014, p. 241)

A maior aspiração de Dahrendorf (1982) era uma alternativa gradual, estrutural e liberal que propusesse uma sociedade civil mundial capaz de romper com a desigualdade mundial. O autor acreditava que se as mudanças se estabelecessem de forma efêmera, seus efeitos seriam menos substanciais (JUNIOR, 2014).

## 2.5 ASPECTOS DO NEOLIBERALISMO

Segundo Merquior (2014), eram duas as principais reações à hegemonia institucional econômica durante o período entreguerras: o socialismo estatal, que julgava a sociedade de mercado no capitalismo uma “anarquia da produção”, e o fascismo, que misturava elementos nacionalistas e racistas. A primeira investida teórica contra a perspectiva antieconomicista foi feita pelo economista da Escola Austríaca, Ludwig von

Mises. Este autor foi importante para combater os modelos que regulavam excessivamente a economia. Mises se opunha ao progressismo de Mill. Por fim, A vitória neoliberal garantiu a hegemonia econômica.

Mises, ainda que um utilitarista, considera esta doutrina política como não neutra em relação a valores e fins objetivados. Daí o autor pressupor que todos, ou ao menos uma maioria considerável dos cidadãos, desejam atingir certos objetivos pré-estabelecidos, como a preferência pelo prazer ao invés do sofrimento. Apesar do austríaco se apresentar como defensor do *laissez-faire*, o autor faz um juízo de valor perigoso aos defensores da liberdade, o de que está de acordo com uma maioria de pessoas à favor da prosperidade, paz e farturas comuns. Rothbard (2010) temia, como já foi dito aqui através de outros autores, a possibilidade de uma postura autoritária da maioria que pudesse se apresentar não apenas como antiliberal, mas, também, como antidemocrática. O autor se referia a tal postura como um “oportunismo de direita” que não considerava a liberdade do indivíduo como fim político mais importante. Assim, é fundamental que sejam questionados os termos éticos dos objetivos políticos escolhidos.

Mises considera todo e qualquer argumento pró-intervenção estatal em prol da igualdade como “discurso emocional” que apela a padrões arbitrários supostamente éticos. Há neste ponto um distanciamento do austríaco em relação ao utilitarismo, visto que esta doutrina considera os fatores subjetivos como fundamentais aos princípios éticos. Rothbard (2010) questiona a neutralidade de Mises ao afirmar que não há como decidir e debater política sem que sejam feitos juízos de valores ou éticos. Assim, o anarcocapitalista conclui que o pensamento de Mises

não pode ser suficiente por si só para capacitar o economista a fazer qualquer pronunciamento de valor ou defender qualquer política pública que seja. Mais especificamente, nem a ciência econômica praxeológica nem o liberalismo utilitarista de Ludwig von Mises são suficientes para defender o *laissez faire* e a economia de livre-mercado (ROTHBARD, 2010, p, 290)

A doutrina econômica neoliberal privilegia a liberdade econômica. Para o neoliberalismo, o liberalismo político “é somente um modo de realização, nem sempre necessário; (...) [o neoliberalismo é], em outros termos, uma defesa extremada da liberdade econômica, da qual a liberdade política é apenas um corolário” (BOBBIO, 2017).

Para Bobbio (2017), o neoliberalismo é fruto de uma reação liberal contra os movimentos socialistas, os quais, durante a Segunda Internacional, procuravam implantar

um regime socialista, através de partidos social-democráticos. Bobbio insiste em considerar que o socialismo liberal permanece como um ideal doutrinário abstrato.

Hayek (1983), membro da Escola Austríaca e discípulo de Mises, considerava que a liberdade individual, um instrumento de progresso (como também foi para os iluministas), era um valor intrínseco ao liberalismo. Segundo Hayek, o valor da democracia para os princípios liberais era instrumental, daí a necessidade – para o autor, e para o liberalismo clássico (como havia sido escrito anteriormente) – de se limitar os poderes do Estado, no sentido de garantir interesses e direitos que precedem a questão do poder político do governo, como o direito de propriedade individual. Assim, se democracia e liberalismo foram importantes aliados para a luta contra o poder absolutista, Bobbio (2017) considera que, contemporaneamente, é importante questionar como o modelo político democrático pode prejudicar fundamentos liberais, dentre eles a necessidade de se limitar os poderes, inclusive o da maioria.

Para Hayek (1983), liberalismo, conservadorismo e socialismo eram ideologias que se contrastavam. O economista chegou a considerá-las opostas como nos ângulos de um triângulo. O conservadorismo e o liberalismo, afirmava Hayek, eram diferentes, porque o primeiro, justamente por considerar a mudança para o progresso, não é demasiado apegado a um pacto moral alegado ou às autoridades. Hayek era crítico do conservadorismo também porque considerava que este, por vezes, era mais antidemocrático do que antiestatista.

Outro importante intelectual neoliberal, Milton Friedman, membro da Escola de Chicago, ajudou a compor o que viria a ser conhecida como a tese da indivisibilidade da liberdade, ou seja, “a menos que se obtenha ou se mantenha a liberdade econômica, as outras liberdades – civil e política – se desvanecem” (BOBBIO, 2017, p. 229).

## 2.6 A PRÉ-DISPOSIÇÃO CONSERVADORA

Os liberais clássicos, depois da guerra de independência da Irlanda, no início do século XX, transitaram, segundo Rothbard (2016), de um liberalismo radical para um semi-conservadorismo. Apesar do anarcocapitalista insistir no ponto de que os libertários não devem confundir seus interesses com os dos conservadores, a noção de uma pré-disposição conservadora natural ao homem é defendida por diversos autores conservadores.

Todos somos conservadores. É o que afirmam os teóricos do conservadorismo. Scruton (2015) crê que há em todos o desejo de conservar aquilo que nos é familiar. João Pereira Coutinho (2014), a partir de uma leitura da obra de Quintin Hogg, afirma que é da “natureza humana” o desejo de conservar aquilo que estimamos, ou seja, tal disposição nos é inata. Hogg afirma haver males e benevolências que são reconhecidos em qualquer sociedade por um conservador. Os males são aqueles que admitem soluções e providências radicais, como um assassinato, por exemplo. Assim, para Coutinho, o conservadorismo ganha uma dimensão existencial – embora tal pré-disposição humana não seja o suficiente para pensar o conservadorismo como ideologia política, pois antecederia esta. Um mesmo indivíduo, afirma o autor português, pode ser conservador em suas disposições, sua conduta, e, mesmo assim, não ser um conservador no sentido político do termo justamente por ter demandas políticas radicais. Oakeshott (2012) afirma que a disposição conservadora tende a gozar daquilo que se tem, ao invés de iniciar uma busca pelo desconhecido, ou, ainda, pelo utópico.

Michael Oakeshott (2012) crê que ser conservador trata-se de uma forma de ser e estar, e não uma crença ou uma doutrina. De forma que o sujeito conservador passa a preferir determinadas formas de conduta e condições das circunstâncias em detrimento de outras. Ainda assim, não é bem-vinda ao autor qualquer forma de crença geral que torne possível deduzir princípios gerais que esgotem a explicação sobre o que significa ser conservador. De qualquer modo, Oakeshott crê que medidas moderadas, que se afastam de decisões radicais, devem ser encaradas pelo pensamento conservador como uma virtude, diferentemente de uma perspectiva anarcocapitalista.

Afirma Oakeshott (2012, p. 5):

Assim, ser conservador é preferir o familiar ao desconhecido, preferir o tentado ao não tentado, o facto ao mistério, o real ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao superabundante, o conveniente ao perfeito, a felicidade presente à utópica. As relações e lealdades familiares serão preferíveis ao fascínio de vínculos mais proveitosos; comprar e expandir será menos importante que conservar, cultivar e desfrutar; a dor da perda será maior que a excitação da novidade ou da promessa. É ser igual ao nosso próprio destino, é viver ao nível dos meios, contentar-se com a necessidade de maior perfeição pessoal como com as circunstâncias que nos rodeiam. Para algumas pessoas, esta é em si mesma uma escolha; para outras, é uma disposição que aparece, frequentemente ou não, nas suas preferências e aversões, e não é em si mesma uma escolha ou algo cultivado especificamente.

A reação, palavra-chave para compreender o conservadorismo (embora os conservadores olhem o termo com desconfiança, por receio de serem confundidos com

reacionários), é aquela que foca em um embate contra resultados sociais indesejáveis por ameaçarem certos fundamentos bem-vindos para o conservador e que têm caráter tradicional. O termo ganha importância especialmente depois dos escritos de Samuel Huntington, um cientista-político norte-americano (COUTINHO, 2014).

A pré-disposição humana a conservar não significa que haja para o conservadorismo político – como Coutinho (2014) e Oakeshott (2012) atentam – uma dimensão universalista para que sejam tratados assuntos e problemas morais e políticos. Ambos os autores afirmam não haver, ao menos para o conservador, verdades universais que auxiliem a resolver questões morais ou políticas presentes em qualquer sociedade.

Coutinho (2014) é contra toda hierarquização de valores, embora o autor reconheça que o conservadorismo político não deva se igualar a um puro relativismo moral. Scruton (2015), em sua crítica ao liberalismo, enxerga como necessária a existência de determinado controle institucional da liberdade para que esta não venha a cair num vácuo moral. Daí um contraponto irreconciliável com neoliberais libertários e anarcocapitalistas. Sob o olhar orgânico dos conservadores, uma sociedade pode viver bem ao dispensar valores próprios de outras sociedades ou, até mesmo, de outras ideologias ideacionais, como o liberalismo e o socialismo.

## 2.7 O CONSERVADORISMO COMO IDEOLOGIA POSICIONAL

Faz-se necessário, desde Edmund Burke, que o indivíduo possua um embasamento moral mínimo para se posicionar politicamente como conservador. Scruton (2015) afirma que, diferente do liberal, o conservador não deve oferecer primazia ao princípio da liberdade, principalmente, quando se tratam de questões concernentes à política nacional, negócios nacionais ou orientações internas à uma instituição autônoma. A liberdade individual, para Scruton, deve ser cerceada por autoridades do governo existente que cobram obediência do indivíduo para um bem comum (transcendente em relação ao interesse individual, segundo o autor conservador), justamente porque o conservador vive e experiência o mundo social através de um ideal de autoridade que conserva uma ordem, muitas vezes, pré-existente ao próprio indivíduo, mas com a qual este se identifica e a deseja. A partir de tal linha de raciocínio, Scruton (2015, p. 50) afirma que “o governo é a necessidade primária de um povo sujeito à disciplina da participação social, e liberdade, o nome de pelo menos um de seus anseios”. Diferentemente dos liberais, Scruton, por ser um conservador, logo um organicista, não

enxerga a sociedade como um agregado de indivíduos. E mais, a seu ver, a liberdade só pode ser exercida porque o próprio indivíduo obedece às regras e normas de uma instância que o faça se sentir parte de algo a mais. Nesse sentido, Scruton sustenta que a função da política consiste em preservar uma dada ordem civil, sendo que para isto, o patriotismo se apresenta como um sentimento valioso e fundamental.

A noção de ideologia posicional que qualifica o conservadorismo político provém de Samuel Huntington. Este autor procurou esclarecer, através de estudos que não excediam o caráter historicista e que levaram em conta o dinamismo e o pluralismo da filosofia conservadora (TRIGUEIRO, 2015), que o conservadorismo não se trata de uma ideologia ideacional, como a liberal ou a socialista, não possuindo um princípio atemporal, como é a liberdade para um liberal ou a igualdade para um socialista ou um progressista (COUTINHO, 2014).

O conservadorismo político, diferentemente de ideologias posicionais ativas, como o liberalismo e o socialismo, é uma “ideologia de emergência” (COUTINHO, 2014, p. 29) que valoriza o presente. Assim, o ônus de um conservador é reagir às propostas e demandas políticas que desestabilizam ou ameaçam os fundamentos de uma sociedade e as tradições bem-vindas para essa.

O reacionário, diferentemente de um conservador, no sentido político do termo, é saudosista com um passado que muitas vezes sequer existiu. Em nome de um passado glorioso, o reacionário tende, mesmo em momentos de democracia, a ser radical politicamente, e, por isso, não compartilha de uma virtude conservadora que seria a humildade em política, a qual, segundo Coutinho (2014), deve ser exercida pelo conservador, por este considerar que somos humanamente imperfeitos, ou, como prefere o autor, “intelectualmente imperfeitos”. Embora Scruton (2015) defenda que o patriotismo é um sentimento importante para o conservadorismo político, desde que a nação possa ser amável a um indivíduo, o conservador português considera a militância radical como não humilde em política e própria de indivíduos que são estranhos ao amor. A imagem a seguir demonstra uma foto exibida na página de *Facebook* de um grupo *online* que se considera conservador e patriota.

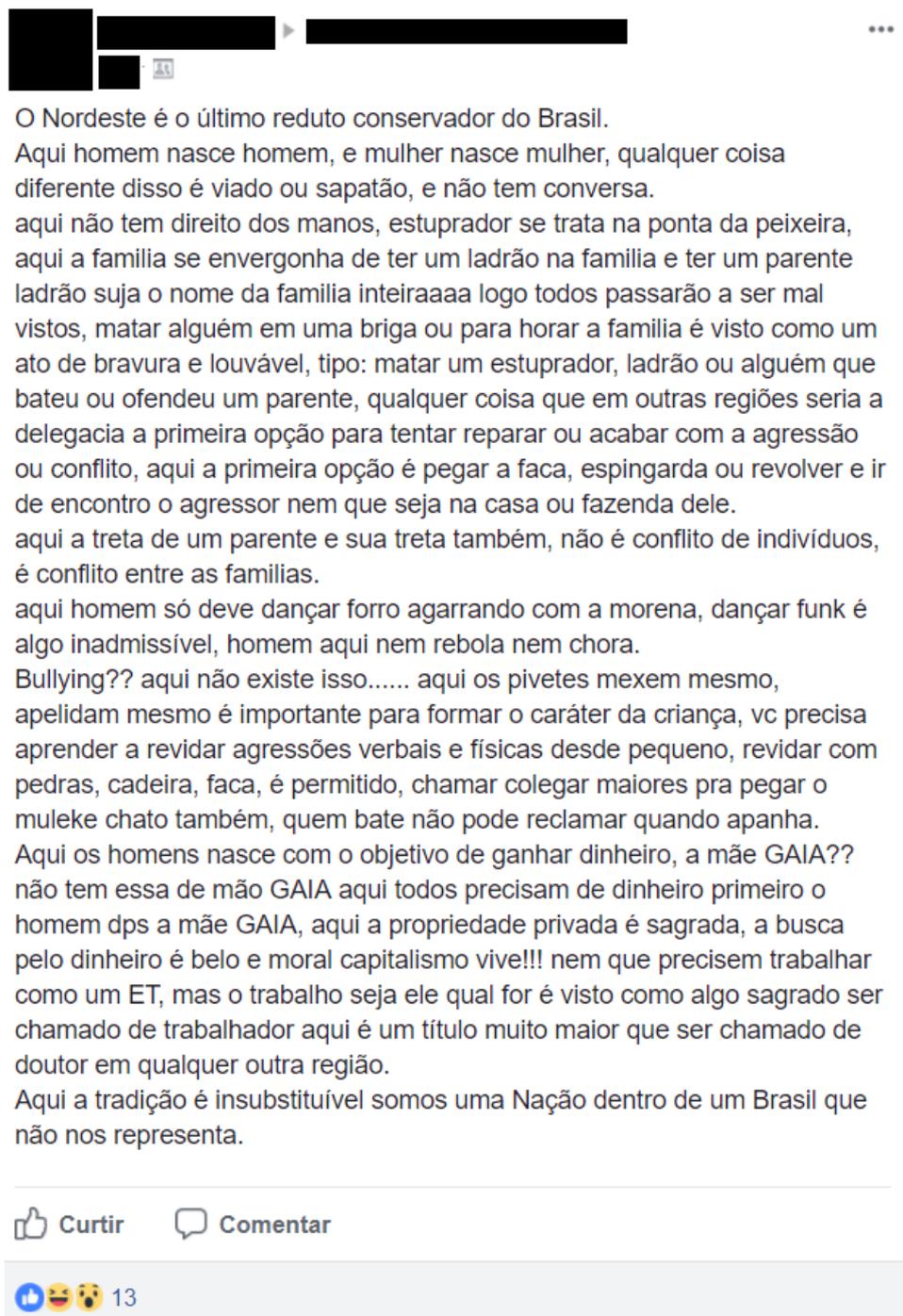
Figura 14 – Foto da “capa” do grupo Conservador C



Fonte: imagem extraída da página de *Facebook* do grupo Conservador C.

O texto da Imagem 2, logo a seguir, retirada de um grupo *online* do *Facebook*, ajuda a expor a maneira estranha ao amor que um indivíduo reacionário (embora se considere conservador) se identifica com o bairrismo de seu Estado, o Nordeste, e com outras formas organicistas, para evocar um desejo de viver em uma nação com os valores que ele considera adequados, mas que além de não terem sobrevivido ao que o conservadorismo considerou como “teste do tempo”, podem ser tidos como profundamente não democráticos e, até mesmo, autoritários. É interessante perceber que, embora Scruton (2017) atribua à parte importante da esquerda um sentimento avesso ao patriotismo, que o autor prefere chamar de *oikofobia* – o contrário do que seria a xenofobia – tal sentimento também pode vir a emergir e aflorar de uma direita considerada como reacionária.

Figura 15 – Demandas de um reacionário estranho ao amor



Fonte: imagem retirada de um grupo *online* do *Facebook*.

O conservadorismo, diferentemente do que o indivíduo reacionário da última imagem considera, não se resume a um apego cego pela tradição. Embora a tradição tenha um valor passado importante, como acredita Scruton (2015), Coutinho (2014), por sua vez, afirma sagazmente que tal posicionamento não faria do conservadorismo um caso

político, mas um caso clínico. Segundo Oakeshott (2012), o conservador apenas busca fundamentos morais e políticos no passado quando o presente é demasiado instável e infértil. E, ainda assim, o conservador não deve deixar se seduzir, como faz o reacionário, por uma Idade de Ouro. Esta, segundo Raoul Girardet (1987 p. 101), “confunde-se irredutivelmente com a de um tempo não datado, não contabilizável, no qual se sabe apenas que se situa no começo da aventura humana e que foi o da inocência e da felicidade”.

Scruton não delega à tradição traços autoritários, pois, para o autor, ela só é autêntica na medida em que não se encontra aprisionada pelo exercício do poder. Para o autor português, o preconceito que deve ser valorizado pelo conservador é aquele que se encontra no sentido original do termo latino “*praejudicium* – um precedente ou um julgamento baseado em decisões ou experiências passadas que, pela sua validade comprovada, informam decisões ou experiências presentes e futuras” (COUTINHO, p. 64, 2014). Coutinho ainda acrescenta que os preconceitos, entendidos como responsáveis por formar ideias e comportamentos prejudiciais a minorias e indivíduos, não devem ser bem-vindos à ideologia conservadora. Pelo contrário, é ônus do conservador zelar por tais minorias no momento em que hajam reformas.

A reforma, desde Burke, deve conservar e aprimorar apenas as tradições que o conservador, ou o estadista, averiguam como bem-vindas à uma sociedade. Ainda assim, é preciso lembrar que a imperfeição intelectual à qual Coutinho (2014) se refere deve estar em destaque para um conservador. Pois, assim, este pode ter mais cautela do que aqueles que compartilham ideologias ideacionais e possuem uma hierarquização de princípios mais fixa, como é o caso do liberalismo e sua devoção pela liberdade. Quanto às reformas, afirma Oakeshott (2012, p. 8):

Em primeiro lugar, que a inovação implica uma perda certa e um ganho possível. Por conseguinte, cabe ao hipotético reformador provar ou demonstrar que pode esperar-se que a mudança seja, em última instância, benéfica. Em segundo lugar, ele acredita que quanto mais a inovação se assemelhar a crescimento (isto é, tanto mais quanto ela for intimamente compreendida, e não for uma mera imposição conjuntural), menos possibilidades haverá de que no resultado predominem as perdas. Em terceiro lugar, pensa que uma inovação que é uma reação a um defeito específico, ou seja, que é projetada para compensar algum desequilíbrio concreto, é mais conveniente que a que surge de uma noção de melhoramento geral das circunstâncias humanas, e muito mais conveniente que outra gerada por uma qualquer ideia de perfeição. Consequentemente, ele prefere as inovações pequenas e limitadas às grandes e indefinidas. Em quarto lugar, ele prefere o passo lento ao rápido, e para observar as consequências atuais e fazer os ajustamentos necessários. E, em último lugar, ele acredita na importância da ocasião; e, sendo o restante igual, ele considera que a ocasião mais favorável para a inovação é quando a

mudança projetada tem maiores probabilidades de se limitar àquilo que se propõe, e menores probabilidades de ser corrompida por consequências indesejadas e incontroláveis

Coutinho (2014) atenta às situações nas quais o conservadorismo político deve reagir contra as demandas por mudanças e como tais reações precisam se dar. Assim, para o autor, há princípios para tais questões. Um princípio estrutural, diz Coutinho, que está presente na obra de Anthony Quinton, é o princípio da imperfeição humana, o qual Coutinho prefere definir como imperfeição intelectual. Este autor defende que somos intelectualmente imperfeitos “porque a complexidade dos fenômenos sociais não pode ser abarcada, muito menos radicalmente transformada rumo à perfeição, por matéria tão precária” (COUTINHO, p. 33, 2014).

O conservadorismo, afirma Coutinho (2014), não é um racionalismo sem tato para as questões subjetivas na política, sua forma de abordar tais questões tão pouco é autoritária. Oakeshott (2012) valorizou a pluralidade do posicionamento político em detrimento de qualquer racionalismo utópico. Assim, o conservador não julga a razão como o único instrumento para afirmar qualquer conhecimento válido. Tal possibilidade é para o conservadorismo político, desde Burke até Scruton, uma arrogância insuficiente para pensar propósitos políticos. Tais traços racionalistas podem ser facilmente encontrados em ideologias mais extremas, revolucionárias e reacionárias, por exemplo. Como foi afirmado anteriormente, Tocqueville era crítico de tal conduta racionalista. Este autor identificou na Revolução Francesa tais traços. Isto o incomodou profundamente e fez com que o autor denunciasse tal arrogância revolucionária, embora fosse um autor liberal importante. Hayek é um liberal que apesar de tecer duras críticas à ideologia conservadora, considera que o verdadeiro conservadorismo é legítimo e, provavelmente, necessário por ser oposição a mudanças sociais drásticas. Daí o austríaco considerá-lo como bastante difundido. Anteriormente ao surgimento do socialismo, o economista relembra que o conservadorismo era a grande ideologia antagônica ao liberalismo.

Coutinho (2014) concorda com o liberal Isaiah Berlin ao considerar ser responsabilidade do estadista conhecer e refletir sobre a possibilidade das ações políticas, as consequências que essas acarretam e a relação das demandas do social com tais ações políticas. Para tanto, por tais autores se adequarem no realismo político, eles esperam do estadista um conhecimento apurado com relação ao sentido sociopolítico da realidade social. Ainda assim, como dito anteriormente, há um pluralismo de valores, desde a obra sociológica de Weber – considerado por Merquior (2014) como um liberal conservador,

embora Hayek (1983) não considerasse tal posicionamento ideológico como possível como já foi explicado em outro momento – que precisa ser considerado pelo estadista com muito cuidado. Principalmente, pois desde Hogg, é claro aos conservadores que há nas sociedades valores mais importantes que outros, embora tais condições mudem com as reformas que são necessárias. Assim, o pluralismo de princípios precisa ser pensado através de tais valores primários. Estes são linhas morais mínimas à uma sociedade que o conservador considere “civilizada”.

## 2.8 O PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO COMO MEDIDA IDEOLÓGICA REACIONÁRIA

Não há dúvidas de que o programa Escola Sem Partido, criado em 2004, é de cunho ideológico. Ora, “não existe neutralidade, quando defendem a não ideologização também estão impregnados de ideologia baseada nas visões de mundo” (MANHAS, p. 18, 2016).

A proposta do programa foi apresentada pela primeira vez pelo deputado Flávio Bolsonaro no Estado do Rio de Janeiro. A segunda vez que o projeto foi apresentado aconteceu no município do Rio de Janeiro, dessa vez pelo irmão de Flávio, o vereador Carlos Bolsonaro. Ambos os políticos são filhos do deputado Jair Messias Bolsonaro, este, apesar de se considerar conservador, já chegou a defender a tortura em rede nacional. Chama a atenção o fato da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ter repudiado um vídeo na *Internet* no qual Jair é ovacionado por alunos formandos pelo 3º Colégio Militar da Polícia Militar do Amazonas, a E. E. Professor Waldocke Fricke de Lyra, em agosto de 2017. No vídeo, nove fileiras de alunos entoavam as palavras “Bolsonaro, salvador da nação”.

Figura 16 – Alunos ovacionando Jair Messias Bolsonaro



Fonte: imagem extraída de um vídeo disponível no *site Youtube*.<sup>18</sup>

O projeto Escola sem Partido já foi apresentado como proposta por diversas câmaras municipais e assembleias legislativas. A versão mais conhecida e que tramita atualmente no Senado é a da PEC 193/2016. O projeto procura estabelecer que seja tido como crime o que os seus autores entendem por “assédio ideológico”. Ou seja, o professor não pode influenciar um aluno em suas escolhas partidárias e outros quesitos políticos e morais. Manhas (2016) chama atenção ao fato de que o professor não será monitorado pelos apoiadores do projeto apenas dentro de sala de aula. Até mesmo o ciberativismo de um professor pode estar ameaçado.

O fato de programa ser ideológico não é um demérito. Mas no momento em que os que o advogam começam a se auto qualificar como neutros e apatidários, esses mesmos indivíduos revogam para si uma conduta, mais ou menos inconsciente, que se qualifica como superior e, portanto, não agonística. E o agonismo é fundamental às questões liberais, como foi visto em Dahrendorf (1982), por exemplo, para o conservadorismo político que propõe soluções menos radicais em suas reformas e, especialmente, para o pensamento democrático, como será desenvolvido no próximo capítulo a partir do pensamento da cientista política Chantal Mouffe.

<sup>18</sup> Endereço eletrônico de acesso ao vídeo:  
[https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=40&v=v\\_dknjD-1Gg](https://www.youtube.com/watch?time_continue=40&v=v_dknjD-1Gg)

Embora Manhas (2016) considere que os apoiadores do projeto sejam conservadores, é preciso ter em perspectiva que o conservadorismo político, ao menos a partir de como os autores conservadores tratados aqui enxergam a ideologia conservadora, não deve ser confundido com a mentalidade não democrática daqueles que defendem um projeto que menciona neutralidade política e pretenda censurar o direito de se expressar de um cidadão.

Figura 17 – Professor a favor do Programa Escola Sem Partido



 compartilhou a publicação de 

Professor  em defesa das crianças e adolescentes de nossa nação!




Curtir Página

Fui dar o meu apoio ao Escola Sem Partido, projeto de lei que está tramitando na CCJ, onde me manifestei como vereador da casa pedindo para votar e discutir o projeto em plenário, onde a democracia poderá ser exercida devidamente.

Elogio o projeto e a iniciativa que visa reduzir os abusos que alguns professores cometem em sala de aula aproveitando da audiência cativa dos alunos para fazer propaganda político-partidária conforme várias vezes foi denunciado.

A esquerda continua contra o projeto na sua hipocrisia de acusá-lo de antidemocrático enquanto defende governos como o de Cuba e da Coreia do Norte.

O objetivo do professor em sala de aula é dar aula. Contudo, em muitas escolas brasileiras temos vistos abusos do pior tipo para com crianças e adolescentes do nosso país.

Foto: Henrique Inácio Weizenmann / PROS

Fonte: imagem extraída do grupo Conservador B.

Está sendo desenvolvida, aqui, uma crítica ao programa Escola Sem Partido como um projeto que não é: democrático, agonístico, liberal ou conservador. Ora, não é preciso apoiar uma ideologia de esquerda para perceber a demanda reacionária por trás desse projeto.

O conservadorismo político cobra obediência às leis e instituições de um Estado democrático de direito, seja ele mais liberal democrata ou mais progressista. Freitas (2016) chama atenção ao fato de que, em 2013, foi aprovado, depois de um longo processo agonístico, o Estatuto da Juventude, responsável por garantir o diálogo entre parlamentares e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). Daí ser um posicionamento conservador não apoiar o projeto em prol de respeitar o Estatuto da Juventude. Afirma a autora:

Reconhecendo os desafios enfrentados pelos jovens na sociedade contemporânea e as demandas expressas por esses sujeitos, o Estatuto define os princípios que regem as políticas públicas de juventude, destinadas às pessoas de 15 a 29 anos. O primeiro deles é a “promoção de autonomia e emancipação dos jovens”. Nesse sentido, a dimensão de proteção – que é central no Estatuto da Criança e do Adolescente, mas insuficiente para abarcar os desafios de ser jovem – é complementada no Estatuto da Juventude por essa dimensão emancipatória, que deve ser promovida de acordo com as características específicas desses sujeitos.

O segundo princípio, e tão importante quanto o primeiro, é a “valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações”. As políticas dirigidas a jovens só serão capazes de atender suas demandas e necessidades se forem construídas, implementadas e avaliadas com a participação desses sujeitos (FREITAS, 2016, p. 103).

Não é preciso grande esforço intelectual para notar a dimensão e a perspectiva liberal democrática que o enfoque emancipatório e de diálogo presente no Estatuto da Juventude expõe. Vasconcelos (2016, p. 78) ressalta que “a escola que inspirou o sistema brasileiro de educação pública surgiu na Revolução Francesa, como parte essencial do projeto iluminista”. É clara a dificuldade de se associar um programa como o Escola Sem Partido ao projeto intelectual de uma era como o iluminismo. Ora, este procurou driblar a censura da Igreja e foi fundamental para a emergência de ideias consideradas pelos absolutistas como motivos para um anátema.

O programa Escola Sem Partido faz o oposto de emancipar. Como revela Freitas (2016), o *site* do programa expõe os alunos como presas fáceis de professores interessados em doutrinar os alunos de acordo com suas perspectivas econômicas e sócio-políticas. Os pais são apresentados como aqueles que podem defender seus filhos. É o contrário do que se esperava de um sistema de ensino inspirado na Revolução Francesa, “retirar a educação

do âmbito familiar e torná-la uma responsabilidade do Estado era condição necessária para a formação desta nova cidadania, desenvolvendo as bases sociais da República”. O esforço do programa Escola Sem Partido intenta a promoção de um denunciamento, como diz Freitas (2016). Esta autora comenta (p. 104, 2016):

É importante observar, no entanto, que a demanda dessa dita proteção não partiu dos estudantes – antes pelo contrário. O fundador do movimento, Miguel Naguib [na realidade, Naguib é responsável pela tramitação da PEC 193/2016. Foi dito anteriormente que os responsáveis por trazerem o programa e iniciarem o movimento são da família Bolsonaro], relata que a ideia do programa surgiu da insatisfação com a atitude de um professor da escola de sua filha, a quem escreveu uma carta. Em seguida distribuiu a carta na escola e a resposta que obteve não foi a esperada: “(foi) um bafafá e a direção me chamou, falou que não era nada daquilo que tinha acontecido. Recebi mensagens de estudantes me xingando. Fizeram passeata em apoio ao professor e ninguém me ligou”

Para finalizar, não há provas de que haja “doutrinação” de esquerda nas escolas, como afirmam os defensores do programa. Ratier (2016) expõe uma pesquisa de 2014, do *Instituto Datafolha*, na qual se demonstra que 45% dos brasileiros se identificam mais com ideologias associadas à direita. E apenas 35% com a esquerda. O autor nota que, em relação às últimas pesquisas do *Instituto Datafolha*, é possível perceber o número de pessoas com afinidades a perspectivas mais associadas à direita cresceu enquanto que a esquerda encolheu.

## 2.9 CONSIDERAÇÕES

A partir de uma leitura que pôde levar em consideração uma extensa lista de autores liberais, neoliberais (seja na linha libertária ou anarcocapitalista) e conservadores, embora breve no desenvolvimento da ideia de cada um deles, foi possível desenvolver uma noção quanto ao *modus operandi* das ideologias liberal e conservadora, à luz de perspectivas teóricas fundamentais para o desenvolvimento de ambas as correntes de pensamento.

Foram abordados e criticados, a partir das leituras mencionadas no parágrafo acima e de momentos da política que também constam virtualmente no hipertexto do ciberespaço, elementos ideológicos do programa Escola Sem Partido e da militância em prol deste. Para a surpresa dos membros dos grupos que se consideram liberais e conservadores e apoiam o programa, a conclusão aqui é a de que não há fundamentos liberais e conservadores no referido projeto. Pode-se afirmar que a proposta de reforma é

de tom reacionário, embora até mesmo autores da esquerda considerem os defensores do programa como conservadores.

### 3. DISCURSO, CONFLITO E INTOLERÂNCIA EM CANAIS AGONÍSTICOS/ANTAGONÍSTICOS DE CIBERATIVISMO

#### 3.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objetivo apresentar o referencial teórico que dará suporte aos aspectos teóricos que orientaram nosso olhar em direção ao empírico e à análise do mesmo, nesta Dissertação, a saber: a Teoria do Discurso, de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, de forma mais geral, e a noção de “pluralismo agonístico”, proposta por Mouffe, de modo mais específico.

O capítulo está dividido em quatro partes. Na primeira delas, será apresentada brevemente a Teoria do Discurso desenvolvida por Laclau e Mouffe, sobretudo as noções de sujeito descentrado, discurso, impossibilidade da sociedade, práticas articulatórias, hegemonia e antagonismo. Essas noções são tratadas para que fique mais clara a influência pós-estruturalista sobre o conceito de pluralismo agonístico de Mouffe.

Na segunda parte, são apresentadas algumas das premissas psicanalíticas que se mostram fecundas para uma compreensão dos fenômenos sócio-políticos e culturais, propostas tanto pela psicanálise como pelas ciências sociais. Assim, são explorados aspectos conceituais tais como os conceitos de Édipo, castração simbólica e falo, dentre outros.

Na terceira parte, será exposto como Chantal Mouffe defende sua proposta de democracia radical através do pluralismo agonístico. Para tanto, serão discutidas as seguintes noções: “conflito agonístico”, a diferença entre “a política” e “o político”, consenso conflituoso”, o conceito de “canais agonísticos”, bem como o afeto nas relações políticas, dentre outras noções, algumas das quais já estavam em germen no pensamento de Mouffe desde a criação da Teoria do Discurso, na década de 1980.

Na quarta parte, será traçado um paralelo entre as ideias de Mouffe e alguns dos pressupostos teóricos psicanalíticos relacionados, principalmente, às noções de afeto, gozo, fantasia e sublimação. Tais noções encontram-se presentes tanto nos estudos de Mouffe, como de outros teóricos sociais que também foram influenciados pela psicanálise (freudiana e lacaniana).

Ao final, na última parte, através dos conceitos psicanalíticos supracitados, procurar-se-á entender o fenômeno da intolerância no interior do ciberespaço, especialmente em grupos de *Facebook*, objeto central desta pesquisa de mestrado.

### 3.2 ASPECTOS SOBRE A TEORIA DO DISCURSO

A Teoria do Discurso começou a ser desenvolvida na década de 1980, pelo filósofo político argentino Ernesto Laclau e a cientista política belga Chantal Mouffe, tendo sido “inaugurada” com o lançamento da obra *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*, em 1985. Tendo como matriz epistemológica o pensamento pós-estruturalista<sup>19</sup>, a Teoria do Discurso investiga a questão do poder na constituição das relações sociais (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014).

A Teoria do Discurso trata os discursos, e não o sujeito, como a origem das relações sociais, as quais são dispersas, destotalizadas e descentralizadas. Laclau e Mouffe (2015) concebem o sujeito como um ser ambíguo, incompleto e polissêmico, que deve ser visto sempre através da sua posição ocupada no interior do campo da discursividade. Este campo, por sua vez, se apresenta como um espaço aberto, contingente e que não possui nenhum centro essencializado (LACLAU; MOUFFE, 2015). Conforme a definição apresentada pelos autores:

Referimo-nos ao “discurso” como um sistema de entidades diferenciais, isto é, de momentos. [...] Tal sistema só existe como limitação parcial de um excesso de sentido que o subverte. Sendo inerente a toda situação discursiva, este “excesso” é o terreno necessário à constituição de toda prática social. A ele chamaremos de campo da discursividade. Este termo indica a forma de relação com todo discurso concreto: ele determina simultaneamente o caráter necessariamente discursivo de qualquer objeto, e a impossibilidade de qualquer discurso dado implementar uma sutura final (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 186).

Conforme lembra Joanildo Burity (2014), Laclau e Mouffe são contrários à ideia de que a “sociedade”, como totalidade, opere como a causa de seus processos parciais. Para a Teoria do Discurso, os fenômenos sociais são sobredeterminados, ou seja, não é possível abordá-los em uma simples relação de causalidade que implique um sentido

---

<sup>19</sup> O Estruturalismo constitui-se em uma corrente de pensamento que tem seu início em três cursos de Linguística Geral oferecidos na Universidade de Genebra, entre 1906 e 1911, pelo linguista Ferdinand de Saussure, os quais foram sistematizados, em 1916, no “Curso de Linguística Geral”, livro publicado postumamente por seus alunos. Para além da influência que Saussure teve entre os linguistas, o seu ensino foi transposto – e alterado em certa medida – para a antropologia de Lévi-Strauss, e, depois disso, para as diferentes áreas das ciências humanas e sociais. Autores vinculados ao Estruturalismo iniciam, através de uma crítica à pretensão de Lévi-Strauss em estabelecer cariz científico positivo através de métodos e fundamentos provindos do realismo epistemológico, o que ficou conhecido como o Pós-Estruturalismo, uma vertente teórico-epistemológica qualificada, também, como pós-fundacionalista (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014).

singular empreendido por uma única agência. Assim, afirmam Laclau e Mouffe (2015, p. 166):

Devemos, portanto, considerar a abertura do social como fundamento constitutivo ou a “essência negativa” da existência, e as diversas ordens sociais como precárias e, em última instância, tentativas fracassadas de domesticar o campo das diferenças. Da mesma forma, a multiformidade do social não pode ser apreendida através de um sistema de mediações, nem a “ordem social” compreendida como um princípio subjacente. Não existe espaço suturado correspondente à “sociedade”, uma vez que o social em si não possui essência.

Para negarem qualquer espécie de abordagem essencialista das relações sociais, Laclau e Mouffe (2015) pensam toda identidade em seu caráter precário, que decorre justamente da impossibilidade de uma fixação última do sentido dos “elementos”. Daí que, para os autores, toda e qualquer estrutura discursiva é vista como o resultado de uma prática articulatória que vem a constituir e organizar as relações sociais. Assim, toda articulação consiste em “uma prática instituinte de pontos nodais, que fixam parcialmente o sentido do social num sistema organizado de diferenças”<sup>20</sup> (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 214).

Laclau e Mouffe (2015) esclarecem que os sentidos são fixados parcialmente, porque é possível se pensar em termos de forças antagonísticas que negam sistemas de diferenças. O antagonismo, como limite do social, que vem a ser resultado de práticas articulatórias externas aos agentes sociais, interrompe a linguagem (um sistema de diferenças) e se põe nos limites dessa sem por ela ser apreendido. Ou seja, a especificidade de uma prática articulatória hegemônica deve ser pensada através do confronto e das formas concretas de subordinação que ela apresenta com outras práticas articulatórias que sejam antagônicas. Assim, afirmam os autores:

O social só existe como esforço parcial de construção da sociedade – ou seja, um sistema de diferenças objetivo e fechado – o antagonismo, como testemunha da impossibilidade de uma sutura final, é a experiência do limite do social. Rigorosamente falando, os antagonismos não são internos, mas externos à sociedade; ou melhor, eles constituem os limites da sociedade, a impossibilidade última desta última se constituir plenamente (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 203)

---

<sup>20</sup> Um ponto nodal é um ponto discursivo privilegiado que serve de articulação a múltiplas identidades que, através das diferentes apropriações que compuseram sentidos indeterminados a tal ponto, fizeram deste um significativo sem significado, ou seja, vazio (MENDONÇA, 2007).

É através do conceito de “articulação” que Laclau e Mouffe propõem uma renovação ao conceito tradicional de hegemonia. Para os autores, “as duas condições de uma articulação hegemônica são: a presença de forças antagonísticas e a instabilidade das fronteiras que as separam” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 215). Ora, como os autores demonstram, se os limites só se tornam possíveis porque há um conjunto sistemático de diferenças entre as identidades discursivas e também entre as posições de sujeito, é porque é através da própria delimitação que uma totalidade negativa chega a se formar.

É imprescindível ter em mente que as categorias de equivalências (lógicas de simplificação do espaço sócio-político que operam em espaços comunitários preexistentes) e de fronteiras (lógicas entendidas em termos de diferenças que expandem e complexificam o espaço sócio-político) são imprescindíveis para que se possa pensar em termos de hegemonia, pois esta “só se expande enquanto o caráter aberto, não suturado do social se ampliar” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 218). Assim, os autores afirmam que:

Uma formação hegemônica também abarca o que se opõe a ela, na medida em que a força oponente aceita o sistema de articulações básicas daquela formação como algo que ela nega, mas o lugar da negação se define pelos parâmetros internos da própria formação (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 219)

A hegemonia é uma espécie de relação política, cujos efeitos – que só são possíveis graças a um excesso de sentido – são de operações de deslocamento na infinitude do campo discursivo do social, que não é, de forma alguma, redutível a qualquer princípio unitário subjacente que se coloque como centro do social (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Segundo Pessoa (2014), é justamente pelo fato da hegemonia ser uma relação política que não é reduzida ou essencializada na figura do Estado ou de um partido político, por exemplo, que o conceito não pode ser limitado a um domínio ou a uma esfera particular. Assim, o autor argumenta que é possível se apropriar da Teoria do Discurso para pensar as lógicas hegemônicas e antagônicas nos mais diferentes níveis de uma pesquisa empírica. Isto emancipa a teoria laclauniana de uma abordagem restrita às análises de classe, própria de diferentes espécies de marxismo, ou de abordagens limitadas a níveis geográficos. Ora, se Pessoa está correto nessa proposição – e acredita-se que está –, até mesmo níveis virtuais da pesquisa empírica como, por exemplo, o

ciberespaço, podem servir como objeto a ser investigado à luz das reflexões de Laclau e Mouffe.

### 3.3 CONTRIBUIÇÕES E PREMISSAS PSICANALÍTICAS ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS

Yannis Stavrakakis (2007), teórico do político e da psicanálise, membro da Escola de Essex em análise do discurso – também composta por nomes como o de Laclau e Mouffe –, averigua que a sociologia e as demais ciências sociais, durante o século XX, execraram das abordagens teóricas e metodológicas, em sua maior parte, aspectos que não fossem considerados racionais, ou seja, subjetivos. O autor atribui à era intelectual do iluminismo a censura dos laços afetivos e de forças “irracionais”. Porém, alguns sociólogos não descartaram contribuições da psicologia e da psicanálise. Assim, afirma o sociólogo Luis Recásens Siches (1970, p. 436):

A psicologia social, e, por conseguinte, a sociologia, se beneficiaram consideravelmente com muitas das descobertas realizadas pelas escolas psicanalíticas, especialmente porque esclareceram alguns dos fatores inconscientes ou subconscientes que influem na conduta humana. É claro que este assunto é essencial e nuclearmente psicológico; mas tem inevitavelmente, como é óbvio, importantes projeções sociológicas

Conceitos presentes, muitas vezes, em estudos da psicologia (ou da psicanálise), como “mente”, “alma”, “razão”, “sentimento”, “consciência”, “instinto”, “ego” e “id”, não podem ser compreendidos se desconsideradas as estruturas sociais. O que frequentemente foi feito em abordagens das ciências biológicas. O desenvolvimento dessas instâncias psíquicas do homem emerge, segundo Norbert Elias (2005; 2006) – um dos primeiros sociólogos a “fletar” com os preceitos psicanalíticos –, do próprio entrelaçamento das “naturezas” de muitos indivíduos. Ora, a “alma” (“psique”) é a estrutura formada pelas funções relacionais. Assim, o ser humano organizado como parte de um mundo maior do que a sua organização orgânica. Daí os termos “socialização” e “individualização” serem nomes diferentes para um mesmo processo. Assim, para Elias, deve-se partir das relações em sociedade para que se compreenda a psique de um indivíduo.

A partir do que fora dito anteriormente, propõe-se uma breve (mas necessária) incursão – para um melhor entendimento das próximas partes deste capítulo – sobre conceitos psicanalíticos freudiano e lacaniano tais como: Complexos de Édipo e de Castração e como é abordada a questão do “falo”.

O psicanalista Luiz Alfredo Garcia-Roza (1985) lembra que o complexo de Édipo foi desenvolvido inicialmente por Freud como o conjunto de uma estrutura ideativa. Tal estrutura se dá através das preferências iniciais que a criança dá às figuras materna e paterna como objetos eróticos – não no sentido do coito, mas de prazer –, sendo a primeira um objeto de amor e a segunda um objeto de ódio. Há diferenças, para Freud, no processo edípico vivido pela menina com àquele vivido pelo menino. Em ambos, o primeiro objeto de desejo é a mãe, mas o comum, segundo Freud, é que a menina troque posteriormente o objeto de desejo da figura materna pela paterna. É a partir de tal relação ideativa que Freud passa a pensar as condutas futuras da criança nas suas relações de desejo. Édipo, a partir da obra de Lacan, passa a ser pensado como lei, ou seja, como estrutural e estruturante. Assim, a respeito do desenvolvimento que Lacan faz a partir de Édipo, Garcia-Roza (1985, p. 219) afirma que o

período pré-edípiano, caracterizado pela relação dual da criança com a mãe, conduz Lacan a conceber o Édipo como um processo que se desenvolve em três tempos: o primeiro, consistindo precisamente nessa relação dual criança-mãe; o segundo, sendo caracterizado pela entrada do pai em cena e pelo acesso ao simbólico; e o terceiro, que é marcado pela identificação com o pai e o início do declínio do Édipo.

É a mãe quem, no início, oferece à criança um código simbólico que servirá para estruturar as necessidades do próprio *infans*. O lugar de tal código é denominado por Lacan como o “Outro”. Em um segundo momento de Édipo, aparece o pai que Freud entendeu, a partir de uma linguagem mitológica, como o pai da *horda primordial*, ou seja, uma figura que monopoliza a fruição da mulher – a(s) mãe(s) – ao se aproveitar da fraqueza dos demais membros. Esse é o pai que o *infans* enxerga como cruel por privá-lo de seu objeto de desejo e, também, por privar a mãe de seu objeto fálico (GARCIA-ROZA, 1985; DUPAS, 2012).

Garcia-Roza (1985) afirma que, para a psicanálise, o falo, como símbolo de poder cultuado na história ocidental, não pode ser reduzido ao aparelho sexual masculino. O falo preenche simbolicamente a falta que constitui o sujeito para a psicanálise; assim, se no primeiro momento, para a criança, é ela mesma o falo, no segundo momento tal posição é ocupada pelo pai. As privações da figura paterna são fundamentais para a transição do momento de perfeição narcisista – momento este marcado por um gozo pré-simbólico – para o momento do acesso ao que Lacan denominou como Lei do Pai, ou seja, a entrada da criança na linguagem que a proporciona uma castração simbólica e o recalçamento de seu desejo original pela figura materna como objeto erótico. É a partir

de tal ingresso que o sujeito passa desejar a partir de representações linguísticas calcadas em uma esfera social que não a proporciona mais um gozo pré-simbólico, ilimitado, mas apenas a promessa fantasmática deste que só chega a se cumprir através de um gozo parcial, limitado.

A figura paterna apenas deixará de ser a lei, para se apresentar como representante dela, em um terceiro tempo de Édipo. Assim, não apenas a mãe e o *infans* foram castrados simbolicamente, como o pai também passa a ser. A criança não percebe ninguém mais como o falo – assim como o pai da horda primitiva é assassinado para dar lugar à lei, uma moral partilhada entre os irmãos do mito freudiano, e que substitui (a moral partilhada) o pai metaforicamente. Essa interiorização da lei é que inscreve a criança, um sujeito, em uma ordem cultural (GARCIA-ROZA, 1985; DUPAS, 2012). Nessa mesma direção, Stavrakakis (2007, p. 201) afirma que:

o momento fundante da subjetividade, o momento em que os sujeitos linguísticos/sociais adquirem o ser, tem que associar-se à castração simbólica, à proibição do incesto que transtorna a relação imaginária entre mãe e filho e permite nossa intersecção funcional no âmbito social da linguagem.

A ordem encarnada no Nome-do-Pai oferece o protótipo do poder simbólico que estrutura nossa realidade social nas sociedades patriarcais. A castração simbólica marca um ponto de não retorno para o sujeito. A ordem proibitiva e nossa sujeição a ela instituem nosso mundo social como ordem estruturada de sentido. Sem alguém que manda, a realidade se desintegra

A partir da afirmação de Stavrakakis (2007), é possível extrair como conclusão uma relativa<sup>21</sup> afinidade entre a perspectiva política psicanalítica com a perspectiva política conservadora e um distanciamento dessas com relação ao pensamento anarcocapitalista. Ora, Scruton (2015) defende que há no pensamento conservador a necessidade de estruturas hierárquicas que garantam, através da tradição e dos costumes, um melhor convívio social entre os cidadãos. Já Rothbard (2016), conclui que os objetivos libertários se afastam dos objetivos conservadores por estes comprometerem a liberdade do indivíduo ao apelar à tradição e ao irracionalismo<sup>22</sup>.

<sup>21</sup> Apesar da interiorização da função paterna, o psicanalista Cornelius Castoriadis (2007) afirma não ser possível que as instituições sociais moldem exaustivamente o ser humano por conta da questão da transgressão. Esta, presente em todas as sociedades, é, ao mesmo tempo, o desafio da lei e a confirmação desta. A ação política possibilita, ainda segundo Castoriadis, novas formas de se estabelecer outras leis. Como foi visto no segundo capítulo desta Dissertação, se o conservador quisesse conservar todas as leis, tratar-se ia de um caso patológico.

<sup>22</sup> Autores influenciados pela psicanálise, como Mouffe e Castoriadis, não restringem seu olhar a um racionalismo pleno. Apesar da importância da racionalidade em diversas instâncias sociais – importância destacada pelo próprio Castoriadis – o ser humano e as leis e tradições sociais – a internalização da função paterna – possuem uma dimensão irracional, segundo o psicanalista grego (CASTORIADIS, 2007)

Todo esse desenvolvimento psicanalítico é fundamental para enxergar o porquê do lacanismo político entender que são necessárias estruturas elementares de poder simbólico e obediência, pois é a interiorização da dominância paterna que, para a psicanálise, origina a moralidade e a consciência moral (STAVRAKAKIS, 2007; DUPAS, 2012).

### 3.4 O “PLURALISMO AGONÍSTICO” DE CHANTAL MOUFFE E UM DIÁLOGO DA AUTORA COM A PSICANÁLISE

Chantal Mouffe escreve sua obra advogando por um modelo – embora inacabado (MENDONÇA, 2010)<sup>23</sup> – de democracia agonística. Segundo a autora, é preciso que as pessoas que decidam pensar o social desistam de acreditar na possibilidade de um consenso final entre identidades coletivas disputantes do espaço político. Para Mouffe, não há reconciliação última entre os adversários no jogo democrático. Conforme as palavras da autora:

Na minha opinião, a crença na possibilidade de um consenso racional universal tem colocado o pensamento democrático no caminho equivocado. [...] A tarefa dos teóricos e políticos deveria consistir em promover a criação de uma esfera pública vibrante de luta “agonística”, onde pudesse se confrontar diferentes projetos políticos hegemônicos. Esta é, no meu ponto de vista, a condição *sine qua non* para um exercício efetivo da democracia (MOUFFE, 2007, p. 11).

É muito importante, na perspectiva de Mouffe, que os cidadãos possam encontrar, nas disputas agônicas, identidades coletivas com as quais possam estabelecer processos de identificação. Tais processos, neste caso, são “importados” da psicanálise freudiana e são incompatíveis com qualquer perspectiva essencialista da identidade, pois tornam esta “um momento instável da prática da identificação” (BURITY, 1997, p. 6). Assim, Mouffe (2007, p. 32), segue argumentando ainda que:

---

<sup>23</sup> Aqui leva-se em conta a crítica de Mendonça (2010) à democracia agonística de Chantal Mouffe, ao considerá-la um princípio de ação e não um modelo completo. Por mais que Mouffe compreenda a dimensão do conflito como inerente à lógica constitutiva do social e das relações políticas, e, por isso, o consenso seja um “consenso conflituoso” que expressa a representação precária de um projeto político contingente, que não domina o campo social, tal posicionamento não se impõe como modelo bem estabelecido, mas como princípio norteador que serve de proposta para “domesticar” relações antagônicas (MENDONÇA, 2010). Assim, não se pretende contrariar a importante observação de Mendonça, embora não se desconsidere aqui a relevância do aviso de Mouffe a respeito da intolerância como fator prejudicial ao modelo democrático.

[É] crucial para a teoria democrática levar em conta a dimensão afetiva da política, e para isto é necessário um sério diálogo com a psicanálise. A análise de Freud do processo de ‘identificação’ destaca o investimento libidinal que opera na criação das identidades coletivas, e nos fornece importantes indícios ao que se refere à emergência dos antagonismos.

A “identificação”, segundo Freud (2013, p. 96), como “a forma de ligação emocional mais precoce e mais original”, tem o efeito de fornecer ao “eu” as formas que ele apreende através dos moldes de um objeto identificado. O objeto pode ter a qualidade de uma outra pessoa ou de uma identidade coletiva. Assim, Conforme Florence (1994, p.145), “Freud escolheu a identificação para exprimir a incompletude da identidade; a identificação não faz, na verdade, o mesmo, ela tem por efeito multiplicar esse suposto mesmo”. A relação de apego com nossas identidades, socialmente construídas, são fundamentais para estabilizarem tais identificações. Assim, a partir de uma perspectiva psicanalítica, é possível desenvolver apegos patológicos ao discurso que façam com que o sujeito resista às críticas e mudanças relacionadas à sua ideologia e identidade coletiva (STAVRAKAKIS, 2007).

Chantal Mouffe não desconsidera a dimensão afetiva da política – que é uma dimensão que se encontra tanto em um nível ôntico (“a” política), ou seja, empírico e de interesse dos cientistas políticos, quanto em um nível ontológico (“o” político) que faz referência à impossibilidade do fim dos conflitos e antagonismos, ou da ausência de poder nas relações sociais. Portanto, para teorizar a partir dos processos de identificação, a autora aponta um investimento libidinal operante nas criações de identidades coletivas (MOUFFE, 2007). Segundo Stavrakakis (2007), desde uma perspectiva psicanalítica, é através da consideração subjetiva, ou seja, dos afetos, paixões e emoções, que é possível compreender o que se estabelece nas fixações discursivas e identificações dos sujeitos. Ainda que o foco em aspectos simbólicos dos discursos seja de demasiada importância, “não são o suficiente para chegar a uma compreensão rigorosa da pulsão que subjaz aos atos de identificação nem para explicar porque certas identificações (velhas ou novas) são mais contundentes e sedutoras que outras” (STAVRAKAKIS, 2007, p. 191).

Freud transpõe o conceito de libido – primeiro estabelecido na filosofia, depois qualificado pelos sexólogos do início do século XX como *libido sexualis* – para a psicanálise. A libido, em Freud, sendo ao mesmo tempo quantitativa e qualitativa, traduz o caráter universal do conceito de sexualidade – em alemão, o termo libido aproxima-se de *Liebe* (desejo/amor). Para Freud (1996), depois desse escrever “Além do princípio do prazer”, em 1920, a noção de “pulsão de vida”, Eros, está ligada a tudo o que pode se

compreender a partir do termo “amor”. Por sua vez, as “pulsões de morte”, Tânatos, fazem menção a um “desligamento da vida”, por serem consideradas destrutivas e agressivas. Lacan (2008) ressalta que, desde um ponto de vista psicanalítico, não há amor sem ódio. O psicanalista francês fundou o neologismo *amódio* (amor + ódio) para se referir a tal prerrogativa. Nesse sentido, é preciso lembrar que as pulsões de morte estão a serviço das pulsões de vida (PRATA, 2000) e, também, que na democracia pluralista, o conflito se coloca como premissa para disputas de uma pluralidade contingente de ordens hegemônicas. Em relação a isso, Bevidas e Ravanello (2006, p. 137) afirmam que:

A identidade tratar-se-ia, pois, de uma *paixão-limite*, ponto de miragem patêmica do sujeito (...). Assim situada a identidade, numa região limite a permanecer como uma linha do horizonte, todas as situações humanas de vínculos sociais ou de construção da subjetividade, de interações intersubjetivas ou da dinâmica (libidinal) psíquica, se distribuiriam na larga faixa de um percurso sob tensão entre o polo do mesmo e do outro, no percurso complexo, matizado e fortemente modalizado, da *Identificação* ou das identificações.

As disputas agônicas pressupõem que se estabeleça, através dos processos de identificação, o estatuto de adversário a um outro, que é legítimo de participar dos processos políticos com seus diferentes projetos hegemônicos. Tal configuração de relação democrática, própria do pluralismo agonístico, rejeita a legitimidade de identidades coletivas que tomem outras identidades coletivas como inimigas, ou seja, como um “eles” a ser eliminado.

Canais democráticos pluralistas devem ser pensados para que as relações sociais não adquiram um caráter antagônico, ou seja, para que as identidades coletivas não assumam uma perspectiva de “nós” contra “eles” na linha de “amigos” e “inimigos”. Tais canais não propõem o fim das expressões políticas apaixonadas, mas a possibilidade de que aqueles que se confrontam na sociedade civil não venham a assumir o posicionamento antagônico, porque podem sublimar<sup>24</sup> tais paixões através dos canais da democracia agonística (MOUFFE, 2007).

A perspectiva adversarial de Mouffe (2007), defende a própria autora, é de grande valor na ajuda a se “domesticar” os conflitos antagônicos entre amigos e inimigos. Segundo Mouffe, o dissenso é a condição mesma do modelo democrático, de modo que a discordância na política está longe de se apresentar como uma ameaça a tal modelo. A

---

<sup>24</sup> A libido modifica seus investimentos. Ela muda de alvo e objeto. Na sublimação, desde uma perspectiva freudiana adotada por Mouffe (2007), a pulsão libidinal encontra satisfação desviando do objeto e do alvo sexual para ser investida em atividades e objetos socialmente valorizados, como no caso dos confrontos em uma democracia agonística (VALAS, 2001).

perspectiva adversarial apresenta a possibilidade de tornar os conflitos – através da sublimação das aspirações políticas de identidades coletivas em constantes e contingentes relações de dissenso – em formas agonísticas capazes de estabelecerem reconfigurações da estrutura de uma sociedade que só são possíveis no pluralismo agonístico, através dos projetos hegemônicos propostos entre adversários. Assim, os canais agonísticos (canais democráticos que pressupõem o respeito entre os adversários) servem de alternativas e influências às realizações de dramas sociopolíticos fantasísticos, que proporcionam fontes de prazer e fruição da vida emocional na realização de desejos menos bruscos, como por exemplo, as revoluções armadas ou os regimes autoritários (FREUD, 2006).

O “consenso conflituoso”, termo que Mouffe (2013) delega como motor da democracia agonística, envolve a questão do respeito como algo indubitavelmente necessário no dissenso, que é próprio tanto do nível ontológico do conflito político, quanto das instâncias políticas democráticas. A partir do “consenso conflituoso”, é possível reconhecer os limites possíveis entre as identidades coletivas adversárias no jogo democrático e estabelecer a legitimidade democrática de tais identidades adversárias. Pelo fato da divisão de identidades e dos conflitos entre estas não terem um fim, o “consenso conflituoso” sempre fornecerá aos cidadãos uma identidade coletiva adversária externa, um “eles” que serve de “exterior constitutivo” a uma identidade coletiva com a qual um cidadão se identifica e a enxerga como um “nós”. É esse o “momento do político”, ou seja, o reconhecimento de um caráter constitutivo próprio do social. Assim, Mouffe (2007) afirma que a condição para que haja uma identidade coletiva que se coloque como “nós” é a de se estabelecer outra identidade que se constitua como “eles”. Tal ponto é crucial para se pensar os tipos de relação nós/eles que são construídos em uma democracia que objetiva o agonismo.

### 3.5 CANAIS AGONÍSTICOS *ONLINE*

Os canais agonísticos não podem evitar o confronto entre adversários políticos. Assim, grupos de *Facebook* que formam ágoras virtuais, nas quais identidades coletivas adversárias disputam projetos hegemônicos e se respeitam através de regras próprias de tais comunidades virtuais, podem ser vistos *como um espaço agonístico do ciberespaço*. Um ambiente público simbólico (ainda que virtual) influente para uma sociedade civil que participa em alguns processos da política, como por exemplo, de uma votação *online* para consulta pública (como a PEC 193/2016, do projeto “Escola Sem Partido”), ou então

a organização de um protesto que ocupe as ruas de uma cidade (como as manifestações de Junho de 2013).

Figura 18 - Exemplo de comunidade virtual que possui suas próprias regras para discussão política<sup>25</sup>



Fonte: imagem extraída da página de *Facebook* do grupo “Liberal B”.

Como destaca Mouffe (2013), são múltiplos os espaços públicos agonísticos. Tais espaços apresentam superfície discursiva e não possuem um centro pré-determinado. Eles são disputados por projetos hegemônicos conflitantes de identidades discursivas adversárias com diferentes pontos de vista que jamais farão uma reconciliação final. Apesar disso, não buscam fazer da relação democrática um meio para se eliminar o outro, como ocorre nas relações antagônicas entre inimigos e amigos.

Comunidades virtuais, que servem de ágoras públicas, como alguns grupos de *Facebook*, conseguem se organizar para debaterem horizontalmente questões que antes eram refletidas de forma vertical entre autoridades, conforme salienta o psicanalista Christian Dunker (2011). Isso inclui, para o autor, a política, que ainda não sabe gerir

<sup>25</sup> O “Liberal B” é um grupo de *Facebook* que propõe o debate entre *netizens* de identidades discursivas adversárias liberal e à esquerda. A expressão “Banhammer vai cantar”, presente na imagem, significa “será banido”. *Banhammer* é um neologismo oriundo da junção das palavras em inglês “Ban” (banimento) com “Hammer” (martelo), e procura dar o sentido de uma sentença, um julgamento, que é realizado apenas pelos administradores do grupo para que se mantenha a *netiquette*.

decisões de interesse público. Esse modelo, segundo Dunker, expõe-nos a uma civilização de zeladores, gestores, formadores de opinião que tentam transformar uma questão aberta, ou seja, uma questão que sirva como “momento do político” (para pensar a partir das ideias de Laclau e Mouffe), em uma norma ou contra norma, o que na Teoria do Discurso seriam uma ordem hegemônica ou contra-hegemônica. Dunker afirma que esse modelo possibilitado contemporaneamente pela *Internet* tende a aumentar tanto a agressividade nos debates, quanto o número desses, justamente por haver uma implicação mais direta dos desejos dos *netizens*, ou seja, por haver uma maior imposição de identidades coletivas às fantasias dos vizinhos, tratados como “eles”. O pluralismo agonístico não descarta tal argumento, mas entende que a democracia pluralista ainda é o meio mais adequado para lidar com tais paixões políticas, através da sublimação destas.

Assim, embora Chaves (2014) desvincule a relação da questão afetiva com o ciberativismo de *netizens*, ao diferenciar os usuários do *Facebook* em dois grupos, ou seja, os que o utilizam a rede social para a militância, e aqueles que a empregam para se relacionarem uns com os outros afetivamente, aqui não se pretende fazer tal separação. Desde Freud que o afeto na psicanálise compreende toda a gama de sentimentos humanos que – para pensar nos termos da Teoria do Discurso – se manifestam mesmo em retóricas e práticas discursivas. Já em Lacan, o afeto sempre esteve ligado a abordagens que fazem referência à questão do gozo<sup>26</sup> (CORRÊA, 2005). Assim, para citar alguns exemplos, a própria participação de *netizens* nos debates em grupos liberais e conservadores de *Facebook*, ou a organização de movimentos a partir de “páginas categóricas” feministas, se dá em uma relação tecida em um nível afetivo que compreende a identificação das identidades coletivas dos usuários com as demandas internas a essas comunidades.

Embora a noção de adversário carregue para si o dissenso, não são todas as formas de dissenso que poderão ser consideradas como democráticas. É possível pensar que a

---

<sup>26</sup> Quando Lacan foi acusado em uma jornada de ensino em Montreux, na Suíça, por nunca falar em afeto, o psicanalista francês retrucou: “Eu sempre falei de afeto!”. O que distingue a abordagem lacaniana da abordagem freudiana, é o fato de Lacan não tratar o afeto como um sentimento, mas, utilizando-se de uma expressão cartesiana, ele o encara como uma “paixão da alma” (CORRÊA, 2005). O que Lacan acrescenta à sua psicanálise, na década de 1970, é o destaque à noção de gozo, resgatando, em certa medida, a metapsicologia de Freud. O interesse da psicanálise lacaniana, em termos linguísticos, está no ponto em que a linguagem tropeça, se equivoca. Pois, onde a fala fracassa aparece o gozo. Assim, Lacan (2008) postula que o ser, inconscientemente, goza ao falar. Embora Freud utilize-se do termo “gozo” (*Genuss*) ao longo de sua obra, designando-o em sua conotação sexual (às vezes substituindo *Lust*, “prazer” em alemão, por *Genuss*), como um prazer provindo de algo penoso, ele não faz do termo um conceito. Utiliza-o apenas como uma palavra. O gozo refere-se a prazeres extremos, alegria intensa, júbilo, êxtase (não se deve confundir a palavra gozo com a volúpia, o prazer orgástico). Por conta da pulsão de morte, o gozo pode manifestar-se como excessos em sensações dolorosas, repulsa, asco ou horror. É por meio desta abordagem que Lacan começará a introduzir suas concepções de gozo (NASIO, 1993).

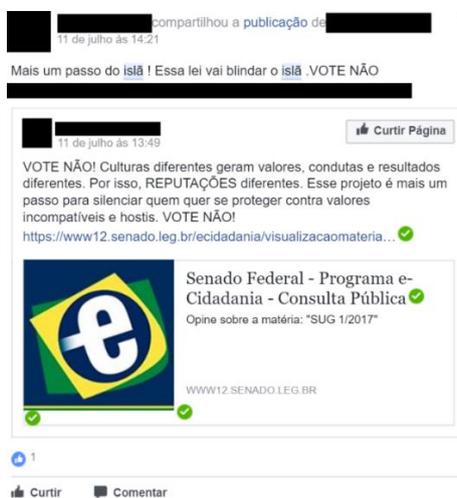
intolerância é o limite do dissenso democrático no pluralismo agonístico. Não que Mouffe ingenuamente acredite que a intolerância possa ser eliminada. Mas a autora considera, em tom de aviso, que é melhor que ela seja sublimada nos modelos democráticos para que se procure evitar confrontos violentos.

### 3.6 INTOLERÂNCIA EM CANAIS ANTAGONÍSTICOS *ONLINE*

O tema da tolerância/intolerância historicamente tem acompanhado o desenvolvimento da humanidade, inclusive nas duas primeiras décadas do século XXI, contexto no qual as pessoas podem levar as instâncias dos conflitos políticos para a dimensão virtual, na *Internet*. O Estado Islâmico, por exemplo, divulga mundialmente seus vídeos de execuções de inimigos políticos; grupos *online* utilizam-se do impacto emocional de tais materiais como pretexto para leis que vetem a imigração de refugiados. O racismo, a intolerância religiosa, a xenofobia e a homofobia são formas particulares de intolerância com identidades discursivas antagônicas. As perspectivas política psicanalítica e da Teoria do Discurso distanciam-se, nesse ponto, de preceitos reacionários e, até mesmo, das ideias de alguns conservadores. Scruton (2017, p. 40) acredita – ao refletir sobre as imigrações de refugiados pelo mundo durante os últimos anos – que:

O que era *nosso* passa a ser *deles*, e a descoberta de que não há nada a ser feito para reparar a situação, de que não é possível apelar a nenhuma lei, corte ou governo e de que a expropriação não pode, portanto, ser interrompida pacificamente, tem um profundo impacto no senso de identidade das pessoas. Uma identidade forjada com base em um senso de pertencimento compartilhado é, por sua natureza, ameaçada pela pessoa que chega ao lar sem ser convidada, trazendo uma demanda inegociável por refúgio

Figura 19 - Consulta pública feita pelo Senado Feral sobre a proposta que visa tornar inafiançáveis crimes de discriminação ou preconceito de procedência regional ou identidade cultural<sup>27</sup>



Fonte: Imagem extraída da página de *Facebook* do grupo “Conservador A”.

Aqui, concorda-se com Morais (2012) e Pinto (2000), quando defendem que a tolerância, como valor ou um princípio, não pode sustentar a complexidade do social, não sendo suficiente também para romper com as injustiças causadas por desigualdades sociais. Entende-se, assim, a partir de um olhar psicanalítico<sup>28</sup> presente na obra de Mouffe, que “Apesar do mal-estar inerente, a única solução viável para o homem sobreviver com suas pulsões, na cultura, é através do ato de sublimar” (FINGER, 2010, p. 8). Finger (2010) lembra que é um ponto positivo da sublimação o estabelecimento de laços sociais entre os homens e as mudanças que estes podem constituir através de criações políticas e socioculturais. Ora, como já foi demonstrado, a proposta de uma democracia agonística é um meio de sublimação para fazer do conflito um recurso criativo para o estabelecimento de projetos hegemônicos.

Para além da questão da sublimação dos impulsos, e somando-se a essa, é importante ressaltar que, a partir de um ponto de vista lacaniano dos conflitos, há mais do que uma espécie de coerência simbólica nos debates vibrantes da democracia: ainda há o gozo, instância indispensável para...

<sup>27</sup> A imagem se refere à sugestão nº1, de 2017, colocada para consulta pública *online* pelo Senado Federal. A sugestão é de tornar como crime inafiançável os atos de discriminação ou preconceito de procedência regional ou identidade cultural, visando também instituir um Dia Nacional de Combate ao Preconceito de Procedência Regional e Identidade Cultural.

<sup>28</sup> O “mal-estar” destacado pela psicanálise, e transposto para o pensamento de Mouffe, deve-se à “*desarmonia nos laços sociais* que então foi sublinhada por Freud. Com isso, enfim, o discurso freudiano assume um *estilo trágico* de leitura da modernidade” (BIRMAN, 2016, p. 134).

compreender a constituição das ordens hegemônicas e para efetuar as interações sociais. (...) [A consideração desse conceito ajuda a pensar] a natureza do apego ao poder e à autoridade no seu sentido mais amplo, que constitui um dos problemas fundamentais do estudo político. (...)

O poder simbólico pressupõe um tipo particular de relação entre quem exerce o poder e quem está submetido a ele, uma relação de crença que resulta na cumplicidade. Tal crença não pode ser cultivada nem se sustentar sem a mobilização e a manipulação do afeto e do gozo (STAVRAKAKIS, 2007, p. 194 – 205)

Ainda, conforme argumentam Glynos e Stavrakakis (2008, p. 260):

O gozo nos ajuda a responder de maneira mais concreta o que está em jogo na identificação sociopolítica e na formação identitária, ao sugerir que o respaldo dado às fantasias sociais está parcialmente enraizado na *jouissance* do corpo. O que está em jogo nesses campos, segundo a teoria de Lacan, não é somente a coerência simbólica (e/ou deslocamento) e o cerne discursivo (e/ou impossibilidade) mas também o gozo, a *jouissance* (uma *jouissance* perdida/impossível, sem dúvida) que anima o desejo humano. A partir de um ponto de vista psicanalítico, os sintomas sociopolíticos persistem precisamente porque aportam uma forma de gozo ao sujeito social. Isto explica por que é tão difícil desarticular e desfazer tais sintomas.

A Lei, como estrutural e estruturante, apresenta um sentido ontológico no qual o sujeito aprende a interagir com seu entorno social. Porém, certas ordens são obedecidas enquanto, outras, ignoradas pelos sujeitos e, para entender o porquê, é preciso lembrar que “a fórmula lacaniana, da fantasia estabelece um vínculo entre o sujeito dividido (castrado) e seu objeto causa-do-desejo; um objeto que pretende recobrir a falta e ‘curar’ – ou ao menos domesticar – a castração” (STAVRAKAKIS, p. 203, 2007). Assim, a maneira como um sujeito obedece, ou não, uma ordem social, diz Stavrakakis (2007), está diretamente relacionada a uma fantasia que esse sustenta ao considerar um valor que seja supremo por estar enraizado no nível do gozo, ou seja, toda coesão social só existe porque garante uma certa estrutura de gratificação que garanta o gozo através de práticas, fantasias e sintomas (sociais). Daí a persistência de certos padrões de identificação, como, para citar um (bom) exemplo, o nacionalismo, um ponto de afeto muito importante para certas ideologias, como a conservadora ou a reacionária.

Os estudos sobre o nacionalismo, segundo Stavrakakis (2007), não desenvolveram suficientemente a questão do atrativo e da proeminência das identidades nacionais. Assim, a dimensão que Glynos e Stavrakakis (2008) trazem ao debate é importante, sobretudo porque estabelece obstáculos que a própria Mouffe (2007) reconhece como de grande importância para pensar o conflito social. A autora, influenciada pelo argumento de Glynos e Stavrakakis, defende que, para pensar as atuações sociais, é necessário que

se leve em conta a *jouissance* proporcionada através do ativismo político, ou seja, o *enjoyment* (“aproveitamento”, em português) que possibilita e serve de motor inconsciente para a persistência das formas políticas de identificação. Assim, a partir de um olhar que considera o gozo, a autora reflete sobre as identidades coletivas nacionalistas, que concebe como de intensa dimensão afetiva<sup>29</sup>, pois há uma *jouissance* prometida ou, ao menos, experienciada parcialmente, em toda ação ideológica, que garante a adesão, ou não, à construção simbólica de uma identidade coletiva. Portanto, a questão ideológica precisa ser pensada para além dos termos racionais, ou seja, faz-se necessário estudar a classe de investimento que confere força à nação como objeto desejável. Para isso, é crucial entender “a natureza exata do vínculo entre as pessoas e a nação – um vínculo que parece exibir as características do investimento psíquico” (STAVRAKAKIS, 2007).

O nacionalismo ressalta os limites sócio-políticos e culturais na construção de um “nós” e um “eles”. Ora, “a psicanálise sugere que a persistência do antagonismo só pode ser explicada através de uma consciência do investimento (libidinal e de outros tipos) do discurso político, do real do gozo” (STAVRAKAKIS, p. 221, 2007). Assim, é possível estabelecer uma crítica psicanalítica ao raciocínio nacionalista e conservador de Scruton (2017, p. 40) quando este critica um governo que não age “em nosso interesse, mas em benefício *deles* [refugiados]”.

A partir de uma leitura que Stavrakakis (2007) faz da perspectiva freudiana acerca da psicologia das massas, o autor greco-britânico conclui que pode ser útil estudar a questão da força que há na identificação com o nacionalismo através dos laços afetivos de coesão (Eros) que possuem, em potencial, também os impulsos destrutivos (Tânatos) estabelecidos nas identidades coletivas. Tal aspecto aparece, também, na psicanálise lacaniana. Stavrakakis (2007, p. 226) argumenta que “Lacan assinala a irredutível conexão entre o amor e o ódio, entre a libido e a pulsão de morte, como o fato que elucida a complexidade da identificação”. Daí ser tênue a linha que separa o nacionalismo cultivado pela ideologia conservadora do nacionalismo cultivado pela ideologia reacionária.

---

<sup>29</sup> É importante que aqui se diferencie o afeto, como uma tensão ou emoção que atravessa os personagens de uma cena fantástica durante a ação principal desta, do gozo (mais-gozar), como substância, que em geral não é sentido, embora seja o motor inconsciente da ação fantástica (NASIO, 1993). Ainda que sempre que Lacan se refere ao gozo, ele também se refere aos afetos.

O conceito de gozo será utilizado para captar as práticas discursivas que envolvam intolerância social com o gozo do Outro<sup>30</sup>, entendendo o Outro como aquele que essencialmente rouba o meu próprio gozo (ŽIŽEK, 1993 apud GLYNOS; STAVRAKAKIS, 2004). Como é o refugiado que Scruton crê estar invadindo sua nação (2017).

O sujeito social só vem a desenvolver o desejo de identificar-se com projetos políticos e ideologias a partir de uma perda, fruto de um sacrifício de um gozo pré-simbólico, relembra Stavrakakis (2007). Assim, tal perda é influente para que se constitua uma política da subjetividade e da identificação. Toda identidade coletiva com a qual um sujeito se identifica oferece uma expansão do eu que serve de condição para esse gozar. Tal gozo é parcial e aparece precariamente em um momento no qual demanda e desejo coincidem. Ora, tem-se então, como aponta Stavrakakis (2007, p. 223-224)

a problemática da *jouissance* pode ajudar a elucidar o que acontece na identificação sócio-política e na formação da identidade, em ambos sugere que o suporte das identificações particulares está enraizado parcialmente na *jouissance* fantasmática, assim como na *jouissance* do corpo.

(...) A promessa imaginária de recuperar nosso gozo perdido/impossível é a origem principal do suporte fantasma que sustenta muitos dos nossos projetos e preferências políticas. Quase todos os discursos políticos se centram na ideia de uma “vida boa” ou uma “sociedade justa”, ficções de um estado futuro no qual seriam superadas as limitações presentes que frustram nosso gozo.

Eugênio Bucci (2016), pensando a identidade coletiva do nacionalismo no Brasil, também a partir de um olhar que leva em consideração o gozo da teoria lacaniana, relembra o dia 12 de junho de 2014, durante o evento de abertura da Copa do Mundo,

---

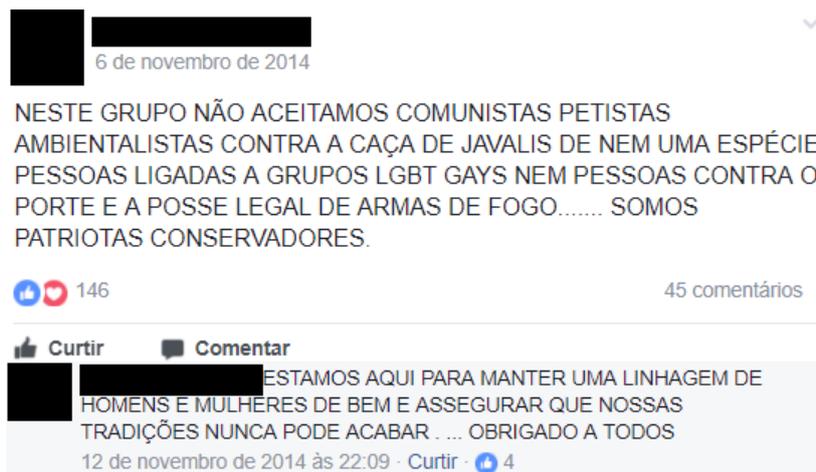
<sup>30</sup> Aqui, o termo “Outro” refere-se ao Outro gozo. Lacan, para conceituar o Outro gozo, estabelece uma oposição entre o gozo do Um ao gozo do Outro (o Outro gozo é o inapreensível ao Um e, por isso, admite a categoria do impossível, é esse o “Outro” que inicia esta nota de rodapé). Para desenvolver o Outro gozo, Lacan se detém ao platonismo para explicar que o Outro falta (não existe), mas “Heteros” existe. O estado de abertura ao “Heteros”, a heteridade, também compreende a abertura à existência do gozo do Outro (o Outro que existe, aquele que deve ser encarado como o mais estrangeiro de todos). Como ensina a socióloga Woodward (2005), a identidade pode se apresentar dicotomicamente no social através de uma lógica antagônica, “nós” e “eles”, porque os símbolos marcam uma identidade através daquilo que ela não é. A partir de uma leitura provinda da Teoria do Discurso, pode-se dizer, nesses termos, que “Heteros” (ou “eles”) são aqueles engajados em formas de identidades discursivas antagônicas que, hipoteticamente – para usar o exemplo de canais agonísticos/antagonísticos em ágoras virtuais de grupos liberais e conservadores brasileiros do ciberespaço –, na maioria dos grupos liberais e conservadores do *Facebook*, não se identificam com um discurso hegemônico a favor da PEC e do programa “Escola Sem Partido”. Por exemplo, a partir da hipótese de que as identidades discursivas dos grupos hegemônicos posicionamento a favor da PEC 193/2016 e do programa “Escola Sem Partido”, pode-se pensar que a minoria dos *netizens* de grupos liberais e conservadores e daqueles que são contra a PEC 193/2016 e o programa “Escola Sem Partido” ocupam no debate interno aos *posts* dos grupos a dimensão do Outro gozo. A intolerância é a rejeição à existência do gozo do Outro (estrangeiro) por meios como a segregação, o calar, excluir, “mesmificar” etc. (QUINET, 2011).

quando a ex-presidente Dilma Rousseff foi humilhada na *Arena Corinthians*, em São Paulo, por pessoas que ocupavam as arquibancadas e se identificavam como nacionalistas. Assim, diz Bucci (2016, p. 22):

As mesmas vozes que reverenciaram o rebuscamento empolado dos versos de Osório Duque Estrada agora se entregavam à rispidez do palavrão infamante. Bastava a imagem da presidente da República aparecer nos telões para que os espectadores urrassem num uníssono bem ritmado: “*Ei, Dilma, vai tomar no...! Ei, Dilma, vai tomar no...!* Quem esteve no meio da multidão conta que os presentes não escondiam o prazer, ou mesmo o júbilo, de dirigir a palavra à presidente da República. Foi uma diversão à parte, embora o quadro nacional inspirasse temores

Para além desse episódio, é possível capturar tais reverberações nacionalistas também em instâncias do ciberespaço. Para citar um exemplo, há no *Facebook* diversos grupos autodenominados conservadores, mas com traços reacionários, cujos *netizens* membros acabam por se identificarem como nacionalistas ufanistas que se colocam como inimigos de outras identidades coletivas, acusando estas de estarem roubando algo que é essencialmente deles – o que é abordado aqui como o gozo. A Figura 7, abaixo, evidencia isso:

Figura 20 - Comentários publicados em um grupo conversador nacionalista



Fonte: imagem extraída do grupo “Conservador C”.

O intolerante, argumenta Dunker (2015), é um mestre invadido. O que não se tolera é um fragmento de gozo inadmitido na fantasia do sujeito intolerante. Assim, para usar alguns exemplos, o autor considera o xenófobo como alguém que não teria a capacidade de lidar com a irrelevância ou a impotência de sua própria origem; já o machista seria aquele que teme as conquistas dos direitos das mulheres por sentir-se desprotegido. A intolerância, portanto, é uma reação ao gozo do outro que é sentido pelo intolerante como excessivo e intrusivo ao seu próprio gozo. Nesse ponto, Mouffe (2007) e Dunker concordam em parte, pois a cientista política belga afirma que a intolerância está relacionada à presença de um inimigo que o intolerante acredita o estar “roubando”. Porém, Dunker faz uma crítica a essa abordagem da intolerância como intrusão a um limite do outro, pois, para tal abordagem, segundo o autor, bastaria que o intolerante entendesse as regras que presidem uma dada comunidade do outro para que pudesse partilhar da mesma forma de vida sobre a qual a sua intolerância recai e deixasse de ser intolerante. Ora, Mouffe não acredita em tal reconciliação, pois a autora é crítica dessa espécie de racionalismo que subestima a subjetividade em jogo no conflito e que não permite sublimar os antagonismos através de canais agonísticos por conta de atender à busca de uma utopia que, além de ser imaginária e nunca ter sua fantasia de harmonia total atendida, tem efeitos catastróficos na solução de contradições sociais (STAVRAKAKIS, 1999).

A contingência como caráter do desejo faz deste carente de uma *jouissance* faltosa que o sujeito atribui a culpa ao inimigo de uma identidade coletiva (STAVRAKAKIS, 2007). Como, por exemplo, são os “comunistas petistas”, “ambientalistas contra a caça de javalis”, grupos LGBT, gays e pessoas contra o porte e a posse legal de armas de fogo,

que aparecem na figura 7. A identificação com uma identidade coletiva envolve a promessa da recuperação de uma *jouissance* pré-simbólica, perdida, que apenas pode ser recuperada, para o sujeito intolerante e não agonista, através da eliminação do inimigo de tal identidade coletiva. É essa busca irrefreável que, para Stavrakakis (2007), a partir de um olhar psicanalítico, produz a demonização de grupos sociais e o ódio pelo Outro que, através do mito freudiano, pode ser equiparado ao pai da horda primordial. Portanto,

se minhas identificações resultam serem incapazes de repor meu gozo perdido/impossível, só posso sustenta-las atribuindo a falta ao “roubo do meu gozo”.

(...) A propaganda nacionalista se embasa na hipótese de que o desejo de cada geração consiste em tratar de sanar esta castração (metafórica) e restaurar a plenitude do gozo (STAVRAKAKIS, 2007, p. 226 – 227)

Dunker (2016) afirma que grupos que se definem por identidades podem se tornar perigosos, em virtude do fato da identidade ter de ser permanentemente reposta e confirmada. Pois, segundo Stavrakakis (2007), a identificação com uma identidade coletiva faz com que a *jouissance* e a estrutura/representação discursiva se interpenetrem e, desde um ponto e vista lacaniano – que esboça uma base não fantasmática para um projeto de democracia radical presente em Mouffe, Laclau e Stavrakakis –, “é necessário resistir a todas as reocupações das políticas fantasmáticas tradicionais” (STAVRAKAKIS, 1999, p. 118). Assim, para Dunker, a identidade tende sempre a ser imposta a um outro, um vizinho que passa a ter sua fantasia ameaçada. Ora, o pluralismo agonístico estabelece como regra do jogo democrático o reconhecimento da legitimidade entre as identidades coletivas adversárias justamente para que nenhuma delas se torne um “mal” à outra através da intolerância. Da mesma forma, não é pretensão da democracia agonística eliminar os antagonismos, o que seria uma solução utópica, mas trabalhar com a possibilidade de sublimá-los em meio ao mal-estar inerente dos laços sociais.

### 3.7 CONSIDERAÇÕES

A perspectiva de uma filosofia do político pós-estruturalista, própria da Teoria do Discurso, importou ao desenvolvimento deste capítulo no que diz respeito à investigação dos discursos hegemônicos que compõem os grupos *onlines* a partir de identidades discursivas presentes em um social fragmentado como o presente nos hipertextos do ciberespaço.

A partir da relativa aproximação que a Teoria do Discurso tem para com a psicanálise, e tendo em vista a importância do discurso psicanalítico às ciências sociais, a contribuição psicanalítica dos conceitos aqui trabalhados formaram um elo importante para o desenvolvimento de uma investigação interdisciplinar importante para explorar tanto a obra da cientista política, Chantal Mouffe, quanto a obra de psicanálise política de Yannis Stavrakakis.

A psicanálise política, de Stavrakakis, e o agonismo de viés freudiano em Mouffe formaram a perspectiva teórica que se utilizou aqui para destacar a importância de canais agonísticos *online* e relacionar os discursos intolerantes com os prejuízos democráticos agonísticos.

## 4. DIMENSÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA: ANÁLISE DOS *POSTS* DOS GRUPOS DE *FACEBOOK* LIBERAIS E CONSERVADORES

### 4.1 INTRODUÇÃO

O empírico desta Dissertação faz parte do ciberespaço. Trata-se do corpo discursivo presente nos *posts* que constam na parcela dos seis (6) maiores grupos liberais e conservadores nacionais, de *Facebook*, que formam ágoras virtuais através das quais *netizens* debatem questões sociopolíticas como o projeto “Escola Sem Partido”. As unidades de análise são a pluralidade discursiva formadas por discursos democráticos/tolerantes e antagônicos/intolerantes.

A metodologia da Dissertação é qualitativa e se constitui tanto de netnografia quanto de Análise do Discurso francesa. A netnografia é utilizada de forma mais ampla para guiar o pesquisador na exploração do ciberespaço das ágoras virtuais na coleta dos dezoito (18) *posts* que interessam à Dissertação. Assim, como já foi dito em outros momentos, os cuidados éticos para a pesquisa, as formas de investigar o empírico, foram extraídos da metodologia netnográfica.

A Análise do Discurso francesa utilizada aqui tem grande influência na psicanálise, em especial a laciana, e dos estudos sociais e da linguística moderna. Para tanto, a abordagem desta Dissertação considera a importância tanto da instância ideológica quanto da possibilidade do sujeito em romper com identidade discursiva ideológica que seria, em teoria, “fechada”. Também faz parte, para estudar as unidades de análise, as contribuições do lacanismo político acerca do gozo.

### 4.2 O EMPÍRICO DA PESQUISA: CIBERESPAÇO, *FACEBOOK*, GRUPOS LIBERAIS E CONSERVADORES

A dimensão empírica desta pesquisa se dá considerando o ciberespaço e os hipertextos que compõem a rede social *Facebook*, que se constitui como a maior rede social de usuários no Brasil, criado em 2004, por Mark Zuckerberg. Há páginas, internas a essa rede social, intituladas de liberais e conservadoras que são dirigidas e compartilhadas entre usuários brasileiros que debatem *online* questões sociopolíticas, como a PEC 193/2016 e a questão do “Escola Sem Partido”.

O “grupo” é um tipo de página que procura reunir usuários que comunguem de interesses ou laços específicos para interagirem numa lógica mais próxima a de “todos-todos”, em oposição à lógica de “polos emissores de mensagens”. Na primeira lógica de interação, “todos-todos”, um membro do grupo pode abordar, com maior facilidade, o assunto que quiser para com os outros membros. Os grupos podem ser “abertos” ou “fechados”<sup>31</sup>.

O fato do número de usuários membros de grupos ser menor do que o número de usuários em contato com as páginas categóricas<sup>32</sup> de partidos políticos, organizações, movimentos e institutos liberais e conservadores, facilita a análise dos dados expostos na contingência dos *posts*. Isso se deve ao fato de que os *posts*, nos grupos, representem mais fielmente a lógica da interação todos-todos entre os *netizens*, justamente por não exporem uma enorme quantidade de “comentários”, como no caso das grandes páginas categóricas. Por isto, delimitar-se-á o empírico apenas aos *maiores grupos* de *Facebook* nacionais liberais e conservadores que apresentem debates quanto ao programa e às PEC’s do “Escola Sem Partido”.

Os 6 (seis) maiores grupos liberais e conservadores, que discutiram o problema e as questões referentes ao projeto “Escola Sem Partido”, formam fonte para a coleta dos dados internos aos *posts* que serão contemplados (e analisados) nesta Dissertação. Por respeito à ética da pesquisa netnográfica, os grupos não serão tratados por suas nomenclaturas reais. Os referidos grupos são os seguintes:

---

<sup>31</sup> O conteúdo com o qual um usuário da rede social *Facebook* interage em um grupo “aberto” é exposto na “linha do tempo” (*timeline*, em inglês, uma espécie de mural *online* com o conteúdo de uma página de *profile*) do usuário que interage internamente ao grupo. Em grupos fechados não há tal compartilhamento na *timeline* dos usuários membros dos grupos. Em grupos “abertos”, públicos, usuários do *Facebook* que não são membros dos grupos podem visualizar o conteúdo de tais grupos. O mesmo não ocorre com os grupos “fechados”, que só tem seus conteúdos expostos aos membros.

<sup>32</sup> “Página categórica”, termo proposto pelo pesquisador, é um tipo de caráter mais público, nas quais mais de 5.000 pessoas podem “curtir” ou “seguir” a página que se trata, em geral, de páginas que se encaixam nas categorias de negócio local, lugar, empresa, organização, instituição, partidos políticos, causas sociais, comunidade, personalidades famosas, bandas, marcas, produtos e entretenimento.

Quadro nº 1 – Nome fictício dos grupos e número de membros

Nomes dos grupos	Número de membros
Conservador A	± 3.865
Conservador B	± 3.552
Conservador C	± 2.497
Liberal A	± 30.969
Liberal B	± 26.506
Liberal C	± 8.380

O que se deseja investigar, considerando os grupos analisados, são os três *posts* que apresentarem maior engajamento, em cada grupo, na interação entre os membros (seja na forma de comentários ou de “curtidas”), para verificar se tais articulações e práticas discursivas apresentam-se como tolerantes e democráticos – tais como são as demandas do projeto “Escola Sem Partido” –, ou intolerantes e antagonísticos. As unidades de análise são a pluralidade discursiva que formam os discursos democráticos/tolerantes e a que forma o discurso antagônico/intolerante.

A obtenção de dados dar-se-á especificamente a partir de *posts* – internos aos maiores grupos nacionais, de identidade discursiva e coletiva liberal e conservadora – relacionadas à PEC 193/2016 e ao programa “Escola Sem Partido”. Os focos serão os discursos e hipertextos repercutidos através das manifestações virtuais dos *netizens* membros dos grupos. Os “comentários” e “conteúdos nucleares” de um *post* podem se constituir em elementos textuais, *links* de acesso a páginas da *web*, vídeos e imagens (como os *memes*<sup>33</sup>).

---

<sup>33</sup> No ambiente virtual os *memes* são imagens que geralmente são acompanhadas de elementos textuais e “são entendidos como ideias, brincadeiras, jogos, piadas ou comportamentos que se espalham através de sua replicação de forma viral (FONTANELLA, 2009, p. 8).

Figura 21 – Exemplo de elementos de um *post*

(Fonte: imagem extraída do grupo "Liberal A")

A coleta de dados se estenderá entre os *posts* publicados de julho de 2016 a dezembro de 2016. Um semestre formará um período adequado para constituir um recorte empírico temporal que agregue um compilado de 18 *posts* importantes para atingir os objetivos aqui propostos e elaborar uma resposta ao problema de pesquisa desta Dissertação.

#### 4.3. METODOLOGIAS QUALITATIVAS UTILIZADAS

A metodologia qualitativa e suas técnicas de coletas de dados netnográfica e da análise do discurso será necessária para atender às questões levantadas aqui e trabalhar com os dados que serão extraídos através dos *posts*. A pesquisa será feita a partir dos dados coletados nas demandas das articulações e práticas discursivas internas aos *posts* e o hipertexto e hiperdocumentos que aqueles compõem.

De modo mais específico, no que concerne às propriedades das abordagens qualitativas, a netnografia, abordada de forma mais abrangente, possibilitará investigar as unidades de análise que formam o corpo discursivo, sob a forma de documentos virtuais como imagens, textos e vídeos, que se constitui no material coletado nos grupos estudados. A análise do discurso auxiliará com as interpretações político-psicanalíticas que discernirão as demandas em articulações e práticas discursivas democráticas ou intolerantes que formam o hipertexto dos *posts*.

A dimensão qualitativa desta Dissertação pretende realizar uma abordagem interpretativa, a partir da análise do discurso, com relação ao corpo discursivo encontrado nos *posts*, que serão obtidos através do método netnográfico, e relacionados ao programa “Escola Sem Partido” e à PEC 193/2016. Deseja-se, com isto, discernir se tais vínculos são democráticos ou intolerantes, nos sentidos político-psicanalítico do “pluralismo agonístico” de Chantal Mouffe e, de forma mais geral, do lacanismo político.

#### 4.3.1 NETNOGRAFIA

O método netnográfico, que surge primeiramente na área de *marketing* e *consumo*, é uma netnografia *online*, que possibilita trabalhar experiências sociais, e que mesmo ocorrendo no âmbito virtual, conectam pessoas “reais” que se reúnem virtualmente para obterem informações sobre questões, por exemplo, sociais e políticas. É necessário reforçar que a netnografia, aqui, será utilizada de forma mais geral, ou seja, sua utilidade está mais ligada à coleta de dados que serão abordados através da análise do discurso.

A netnografia, segundo Kozinets (2014), trata-se de uma etnografia que articula e adapta os procedimentos etnográficos de observação participante às contingências da interação social mediadas por computadores. Porém, Braga (2006) acredita que, devido à impossibilidade da presença física na interação no mundo virtual, a observação não-participante é possível para apreender os dados de uma cultura *online*. Assim, será utilizada a técnica *covert research* (ou *lurking*), que se baseia no anonimato do pesquisador que estuda, às escondidas, as atividades sociais dos grupos pesquisados (NOVELI, 2010). Esta pesquisa propõe o uso da técnica de *covert research* pelo fato de uma observação participante ser inviável para abordar todos os membros envolvidos no debate interno às unidades de análise das ágoras virtuais estudadas. Portanto, o único envolvimento do pesquisador com membros dos grupos se resume à solicitação feita aos

administradores de grupos fechados para que esses aceitassem o pesquisador como membro.

Para manter ética da pesquisa *netnográfica*, quando necessário, os *netizens* que aparecem nos *posts* terão seus nomes de usuários da rede social mantidos em sigilo. As únicas páginas que não serão censuradas serão a do próprio programa “Escola Sem Partido” e as de personalidades importantes para o atual cenário político nacional, ao menos no que diz respeito à discussão da PEC 193/2016 e do programa “Escola Sem Partido”.

A obtenção do compilado de 18 (dezoito) *posts* será realizada através da tecla computacional *print screen* para valorizar as articulações discursivas nas formas de hiperdocumentos que retratem imagens ricas para abordar os hipertextos relacionados ao programa “Escola Sem Partido”. Os vídeos serão transcritos e os *hiperlinks* que forem motivo para a seleção da análise do discurso interna ao corpo discursivo do *post* também serão analisados.

Para explorar e encontrar os *posts* que interessam a esta pesquisa. Palavras-chave como: “escola”, “partido”, “193”, “doutrinação”, “educação”, servirão para a busca. Além da coleta ocorrer através dos “mecanismos de busca”, também será exercida uma busca manual em todo o conteúdo publicado de junho de 2016 a dezembro de 2016, para que a coleta ocorra da forma mais adequada possível.

Os resultados da pesquisa *netnográfica* serão expostos simultaneamente à análise do discurso que se seguirá no próximo item.

#### 4.3.2. ANÁLISE DO DISCURSO

Segundo Mussalim (2001), para a Análise do Discurso de origem francesa – a que será trabalhada aqui –, muito influenciada pela psicanálise lacaniana, a investigação discursiva explora teorias ideológicas e o próprio sujeito da psicanálise (clivado entre consciente e inconsciente). Assim, tal sujeito está sempre condicionado a uma ideologia preestabelecida, como, hipoteticamente, são os *netizens* dos grupos liberais e conservadores importantes para esta Dissertação. O discurso do Outro da linguagem, do inconsciente, do nome da lei, representado nas identidades coletivas tais quais a liberal ou conservadora, torna essas modelos de identidades discursivas e coletivas em *éxtimos* para a identificação dos sujeitos políticos. Porém, diferentemente do pensamento estruturalista de Saussure e Roman Jakobson, o sujeito lacaniano desconstrói uma cadeia

discursiva que seria fechada sob a égide do discurso do Outro. Daí a possibilidade de *netizens* de grupos liberais não serem coerentes com a ideologia do(s) grupo(s) que aderem. Como está na Teoria do Discurso, toda identidade discursiva é aberta.

Dois procedimentos são importantes para analisar os discursos. São eles: a) construir adequadamente um corpo discursivo que será o objeto de estudo – representados aqui, como já foi dito, através da pluralidade discursiva tolerante/democrática e intolerante/antagônica que correspondem ao problema e à hipótese desta pesquisa; b) focar na Linguagem, um domínio tanto da linguística como da análise social – Obviamente, por esta se tratar de uma Dissertação sociológica (ainda que interdisciplinar), a análise social ganhará mais destaque no aprimoramento da análise dos dados. Segundo Pinto (1989), é preciso atentar-se aos elementos não discursivos. Ora, desde uma perspectiva lacaniana, se nem tudo é linguagem – ou seja, passível de ser elaborado discursivamente, ainda que como prática discursiva –, é porque há o gozo. Assim, este não será descartado da análise dos dados desta dissertação.

Depois de delineado o corpo discursivo presente nos hipertextos dos dezoito (18) *posts* trabalhados, o analista desta Dissertação tem

uma série de documentos a analisar – está frente à frente com uma linguagem a ser decifrada, com um conjunto de signos. Neste momento conta com dois instrumentais: de um lado, tem a própria teoria sociológica (...) para lhe dar suporte, de outro, não pode escapar do conhecimento que se está deparando com uma linguagem que tem uma lógica própria e que cria significados através desta lógica (PINTO, p. 61, 1989)

O estudo das diferentes recepções discursivas é fundamental no caso desta Dissertação. Pois os grupos, como instâncias específicas do ciberespaço, liberais e conservadores expõem a construção do sujeito como um entendimento de uma interpelação.

A matriz de categorias teóricas e empíricas com base nas unidades de análise é a seguinte:

Quadro nº 2 – Corpo discursivo democrático/tolerante (unidade de análise):

<b>Categorias empíricas:</b>	<b>Categorias teóricas:</b>
Discurso que se contrapõe a uma identidade coletiva adversária ao priorizar o debate ao invés da punição.	Enxerga outras identidades coletivas e discursivas, “Heteros”, como não inimigas, ou seja, não há ameaça de um Outro gozo
Estabelece tolerância ao não de apropriar da linguagem como meio de estigmatização.	Utiliza-se da <i>netiquette</i> como meio para convivência agonística.
Promovem (ciber)espaços democráticos.	Utilizam-se das ágoras virtuais em prol do estabelecimento de canais agonísticos.

Quadro nº 3 – Corpo discursivo antagonico/intolerante (unidade de análise):

<b>Categorias empíricas:</b>	<b>Categorias teóricas:</b>
Propõe a eliminação de um inimigo através de punições.	Determina os limites do debate a partir de demandas discursivas que antagonizam outras identidades coletivas e discursivas.
Propõe encerrar os debates e espaços democráticos.	Consideram o Outro gozo, representado por um “Heteros”, como ilegítimo de ser um adversário.
Profere agressividade e intolerância através de xingamentos.	Utiliza-se da linguagem menos para o debate do que para um gozo
	Não formam ágoras virtuais com uma <i>netiquette</i> .

É possível agora, a partir da construção da matriz de categorias teóricas e empíricas, dar início à análise dos dados, através da Análise do Discurso, dos dezoito (18) *posts*.

Posts do Grupo Conservador A (GCA):

O primeiro *post* analisado:

Figura 22 – Imagens que acusam doutrinação autoritária no ensino brasileiro

compartilhou a publicação de 25 de julho de 2016

#ESCOLASEMPARTIDOJÁ

Pessoal, espero que divulguem esses posts em apoio ao Projeto Escola Sem Partido.  
Abraços.

25 de julho de 2016

#ESCOLASEMPARTIDOJÁ

Vote a FAVOR do projeto Escola Sem Partido no link abaixo:  
<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizaomateria...>

Saiba mais: <http://www.programaescolasempartido.org/>

Curtir Página

Curtir Comentar

3

Link de acesso:

<https://www.facebook.com/groups/conservadoresdedireita/permalink/1098387800256309/>

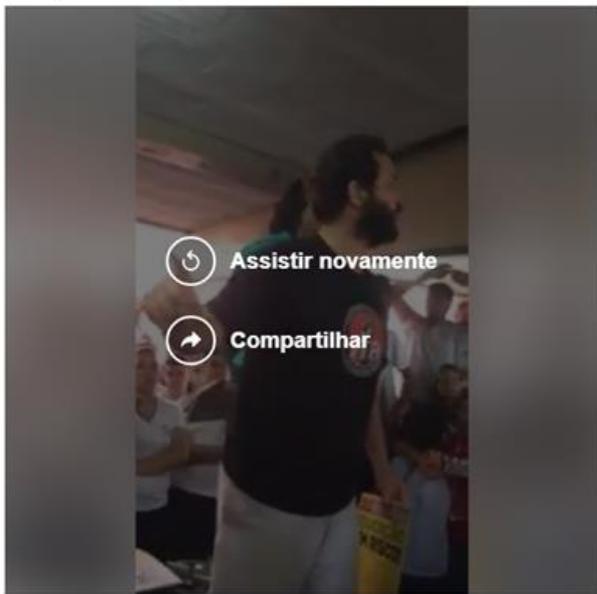
O primeiro *post* do GCA caracteriza ideologias totalitárias que acusam de terem sido contra comunidades gays, negras, femininas, de crianças e pró-escravidão. Ou seja, autoritarismos que ameaçaram direitos liberais, LGBT's e comunidades de raças e etnias diferentes. O *netizen* que formulou o *post* do GCA sugere a existência de um inimigo.

Um Outro gozo que é ameaçador ao gozo daqueles que compartilham da demanda discursiva e da identidade coletiva assumida através do GCA. Um Outro gozo que não é digno nem capaz de estabelecer suas articulações e demandas discursivas em canais agonísticos. Assim, o *netizen* divulga as imagens e demanda que os outros membros também divulguem. Não há abertura a um canal agonístico, apenas uma formação discursiva própria de um mestre que não sugere a utilização da ágora virtual como canal agonístico, portanto, utiliza-se do GCA como canal antagonístico.

O segundo *post* analisado (Vídeo 1):

Figura 23 – Professor discursa em escola pública do Ensino Médio

A **Netizen** compartilhou o vídeo de Escola Sem Partido. 18 de outubro de 2016



367.375 visualizações

**Escola Sem Partido**  
22 de setembro de 2016 Curtir Página

CENA DE ALICIAMENTO EXPLÍCITO EM ESCOLA DE BELO HORIZONTE - professor militante abusa do cargo para incitar estudantes a participar de manifestação política (conheçam a pauta da organização FTA: <http://frenteterraeautonomia.blogspot.com.br/p/a-fta.html>)

É para impedir a prática de atos covardes como esse que o projeto Escola sem Partido estabelece que o professor "não fará propaganda político-partidária em sala de aula NEM INCITARÁ SEUS ALUNOS A PARTICIPAR DE MANIFESTAÇÕES, ATOS PÚBLICOS E PASSEATAS."

Curtir Comentar

2

B **Netizen** Grande FDP!!!! Curtir · Responder · 1 a

C **Netizen** TEM Q DESTITUIR ESSES COMUNISTAS! INCITANDO ÓDIO NAS CRIANÇAS! Curtir · Responder · 1 a

Link de acesso ao vídeo no GCA:

<https://www.facebook.com/groups/conservadoresdedireita/permalink/1169608529800902/>

Transcrição do primeiro vídeo do grupo Conservador A:

*Um movimento popular, e um tanto do movimento estudantil. Uma paralisação nacional contra as reformas que já começaram em outros governos. E está se aprofundando neste. As consequências dessas reformas significam a extinção de programa para a entrada na universidade de alunos de escolas públicas. Por exemplo, o FIES e o PROUNI. Significa a possibilidade de cobrança das universidades públicas por qualquer cidadão brasileiro. Significa desindexar os valores, dados na Constituição, que são no mínimo 4% para até 0% para a saúde e educação. Significa, também, só para vocês terem uma ideia, cortar investimentos mínimos na saúde. Então, se o posto de saúde no bairro em que você mora, já não funciona bem, pode ser que ele não funcione mais. Dentro dessas propostas está colocado, por exemplo, o fim da estabilidade do setor público. Então, se vocês estão estudando, estão se formando nas universidades, com o sonho de ter uma vida tranquila via setor público, isso está ameaçado! Eu [nome do professor discursando], professor de filosofia, da Escola Estadual [nome da escola], concursado, tô aqui pra dizer que, primeiro: os professores tomaram a decisão de que amanhã, no dia 22, a gente integra a paralisação do dia 22 de Greve Geral. Então, amanhã nós não temos aula. Ponto dois: não é importante isto pelo fato de não termos aula. O que é importante disso é que a gente crie consciência de luta, enquanto pobre e trabalhador que a gente ou é, ou vai ser. Ponto dois [aqui seria o terceiro ponto]: o professor de filosofia não pode pegar nenhum de vocês pelo braço, agora, e levar para qualquer tipo de manifestação. Mas ele pode chamar a consciência política e cidadã de cada um de vocês. Os companheiros de vocês, porque são alunos de Ensino Médio, no Chile, estão nas ruas lutando por uma educação de qualidade. E têm a mesma idade e a mesma posição social de cada um de vocês. É a obrigação de vocês defender o direito de vocês, porque se vocês não defendem, ninguém irá. A minha proposta, como sugestão, **como sugestão**, é de que, amanhã, às 9 horas da manhã, na praça da Estação, há uma manifestação – e a última que eu fui eram mais de 60.000 pessoas e não teve confusão alguma – [a sugestão do professor é a de que] vocês [alunos], uniformizados, pra mostrar não só a força da juventude, mas dos alunos secundaristas, possam ir à manifestação, sim! E eu tô falando isso de frente para a câmera, pra qualquer tipo de rede social. Porque o meu trabalho é político, sim! E sem política a gente não constrói um mundo melhor  
\*ASSOVIO E APLAUSOS\**

O professor que discursa não propõe eliminar, como inimigo, um governo que o sujeito em questão considera culpado por precarizações na área da educação e da saúde.

Momentos do discurso do professor que atestam isso:

As consequências dessas reformas significam a extinção de programa para a entrada na universidade de alunos de escolas públicas. Por exemplo, o FIES e o PROUNI. Significa a possibilidade de cobrança das universidades públicas por qualquer cidadão brasileiro. Significa desindexar os valores, dados na Constituição, que são no mínimo 4% para até 0% para a saúde e educação. Significa, também, (...) cortar investimentos mínimos na saúde

Porém, o mesmo professor considera que o engajamento pela defesa dos direitos dos alunos devem ser defendidos por estes democraticamente. Porque eles, os alunos, são

ou serão pobres. A fala do professor no vídeo deste *post* não o qualifica como um sujeito autoritário com o Outro gozo, retratado como o “Governo”, um “Heteros” adversário). O professor, utilizando-se até mesmo da possibilidade de um ciberativismo agonístico (vibrante no debate), sugere o ativismo dos jovens para que estes defendam as demandas discursivas, democráticas e tolerantes, que o professor crê serem fundamentais e, também, afirma ser obrigação dos jovens defenderem seus direitos como cidadãos. A proposta do professor demonstra que este procura fazer da escola um canal agonístico. A partir disso, o professor é ovacionado pelos alunos.

Momentos do discurso do professor que atesta isso:

O que é importante disso é que a gente crie consciência de luta, enquanto pobre e trabalhador que a gente ou é, ou vai ser. Ponto dois [aqui seria o terceiro ponto]: o professor de filosofia não pode pegar nenhum de vocês pelo braço, agora, e levar para qualquer tipo de manifestação. Mas ele pode chamar a consciência política e cidadã de cada um de vocês. (...) E eu tô falando isso de frente para a câmera, pra qualquer tipo de rede social. Porque o meu trabalho é político, sim! E sem política a gente não constrói um mundo melhor  
\*ASSOVIO E APLAUSOS\*

Análise do hipertexto interno ao *post*:

O “*netizen A*” refere-se ao professor do vídeo como “grande FDP [filho da puta]”. O que demonstra sentir-se invadido pelo ao identificar um fragmento de gozo inadmissível em sua fantasia política, cujo responsável seria a figura do professor (um “Heteros” inimigo). O “*netizen C*” refere-se ao professor como um comunista, embora o professor sugira muito mais uma mobilização democrática, tolerante, por parte dos alunos, do que uma ditadura do proletariado.

Momentos do discurso do professor que atestam o meio democrático e tolerante da manifestação referida pelo professor:

A minha proposta, como sugestão, **como sugestão**, é de que, amanhã, às 9 horas da manhã, na praça da Estação, há uma manifestação – e a última que eu fui eram mais de 60.000 pessoas e não teve confusão alguma

O terceiro *post* analisado (vídeo 2):

Figura 24 – Deputado Estadual Marcel Van Hatten afirma ofensa pessoal e se retira de entrevista



Link de acesso:

<https://www.facebook.com/groups/conservadoresdedireita/permalink/1124761024285653/>

Transcrição do segundo vídeo do GCA:

- Deputado Marcelo.

*- Eduardo, o que a gente percebi aqui é um ataque pessoal vil, de uma forma indireta, é verdade, e eu preciso esclarecer aqui a todos que estão assistindo. Sofri um acidente no ano de 2006. Infelizmente um acidente no qual uma outra pessoa veio a falecer. Sim, foi um atropelamento. E, lamentavelmente, quase 10 anos depois. Depois de ser Deputado estadual, ressurgiu uma discussão em torno desse acidente de trânsito, em que estive envolvido, para me atacar pessoalmente. Pessoas como Juliano Roso [Deputado estadual pelo PCdoB – Partido Comunista do Brasil], comunistas, petistas, pessoal do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Utilizam deste fato, trágico na minha história, lamentável, que afetou tanto uma família vitimada, uma perda de um pai de família, quanto a minha família, traumatizada até hoje. Utilizam isso, em um debate político, para tentar me atingir pessoalmente quando estou aqui fazendo uma defesa ideológica de posicionamento. Acho que foi muito clara a minha defesa ideológica quando comecei. A minha opinião está evidenciada quanto ao “Escola Sem Partido”, Eduardo. Nós não precisávamos passar por esse constrangimento. Mas o comunismo é assim. O comunismo gerou mais de !00.000.000 de mortos. O nazismo, o fascismo, tudo farinha do mesmo saco. Esses regimes, essas políticas autoritárias quando vêm ao poder, elas não têm respeito pela vida da outra pessoa. Não tem respeito por mim, enquanto estou vivo, e não tem respeito com a pessoa que faleceu e que, infelizmente, hoje, uma família toda,*

*a dela e a minha, está traumatizada com essa história. Por isso, Eduardo, eu encerro a minha participação aqui. Não continuo nesse debate, porque esse debate já se encerrou. Eu dei a minha opinião sobre o “Escola Sem Partido”, e quando se vai ao nível pessoal desse, não há mais o que se fazer. O comunismo só deu fome, miséria e morte. O que nós precisamos é de uma escola sem partido, sem doutrinação. Obrigado pelo convite, parabéns ao Zero Hora [telejornal responsável pela entrevista], parabéns pela matéria que fizeram hoje, e lamento pela postura antidemocrática, autoritária, agressiva, e absolutamente desrespeitosa com quem tá assistindo aqui o meu colega Deputado Juliano Roso, que com 17 mil votos é Deputado Estadual pela Lei que a gente tem. E eu, com o dobro, 35.545, sou o primeiro suplente da bancada. É assim que as coisas funcionam no Brasil da nossa Lei. Infelizmente, nós precisamos aguentar, na política, esse tipo de postura incivilizada, antidemocrática e verdadeiramente criminosa, que, sem dúvida nenhuma, não se faz em nenhum nível de debate intelectual. Muito obrigado pelo convite, e, aqui, me retiro \*RETIRA-SE DA ENTREVISTA\**

O Deputado estadual Marcel Van Hatten, ofendido com o resgate de uma tragédia que afetou tanto a família da vítima como a dele mesmo, retira-se do debate. Pois uma família perdeu um ente querido, e a dele saiu traumatizada. Van Hattem acusa, sem ser intolerante com seu adversário Juliano Roso, e os “Heteros” comunistas, petistas, cidadãos engajados no PSOL – os adversários que o invadem em sua vida pessoal e constituem para o Deputado uma intolerância com o gozo do Outro – de serem os responsáveis por fazê-lo reviver seu trauma enquanto procura, ideologicamente, defender o seu posicionamento. O Deputado liberal-conservador assume sua postura ideológica pró “Escola Sem Partido”, mas não considera que tal postura seja doutrinadora. Segundo o Deputado, este é pró uma ideologia sem doutrinação.

Momentos do discurso do Deputado estadual Marcel Van Hattem que atestam isso:

Eduardo, o que a gente percebi aqui é um ataque pessoal vil, de uma forma indireta, é verdade, e eu preciso esclarecer aqui a todos que estão assistindo. Sofri um acidente no ano de 2006. Infelizmente um acidente no qual uma outra pessoa veio a falecer. Sim, foi um atropelamento. E, lamentavelmente, quase 10 anos depois. Depois de ser Deputado estadual, ressurgiu uma discussão em torno desse acidente de trânsito, em que estive envolvido, para me atacar pessoalmente. Pessoas como Juliano Roso [Deputado estadual pelo PCdoB – Partido Comunista do Brasil], comunistas, petistas, pessoal do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Utilizam deste fato, trágico na minha história, lamentável, que afetou tanto uma família vitimada, uma perda de um pai de família, quanto a minha família, traumatizada até hoje. Utilizam isso, em um debate político, para tentar me atingir pessoalmente quando estou aqui fazendo uma defesa ideológica de posicionamento. Acho que foi muito clara a minha defesa ideológica quando comecei. A minha opinião está evidenciada quanto ao “Escola Sem Partido”, Eduardo. (...) O que nós precisamos é de uma escola sem partido, sem doutrinação. (...) lamento pela postura anti-democrática, autoritária, agressiva, e absolutamente desrespeitosa com quem tá assistindo aqui o meu colega

Apesar do discurso tolerante de Van Hattem, o *netizen* que compartilhou o *post* não preocupa-se diretamente com a postura antidemocrática do adversário Roso, mas destaca a humilhação que Van Hattem provoca a esse, ao constar no hipertexto: “Marcel Van Hattem humilha comunista em debate sobre o Escola Sem Partido”. Há, também, um momento no discurso que Van Hattem questiona uma lei que permite um candidato comunista com a metade dos votos do liberal-conservador ser Deputado estadual. O Deputado de direita ainda destaca ter sido quem mais teve votos. Ora, para além do fato de que o sujeito clivado goza, inconscientemente, ao falar, é preciso lembrar que ao propor estabelecer a lei que qualifica quem possa ser seu adversário, Van Hattem procura ditar o *modus operandi* da castração política. Aqui é preciso retomar Lacan (1998, p.171), que pensava que "se o homem que se acredita rei é louco, não o é menos um rei que se acredita rei".

Momento do discurso do Deputado Van Hattem que expõe isso:

Deputado Juliano Roso, que com 17 mil votos é Deputado Estadual pela Lei que a gente tem. E eu, com o dobro, 35.545, sou o primeiro suplente da bancada. É assim que as coisas funcionam no Brasil da nossa Lei. Infelizmente, nós precisamos aguentar, na política, esse tipo de postura incivilizada, antidemocrática e verdadeiramente criminosa, que, sem dúvida nenhuma, não se faz em nenhum nível de debate intelectual

*Posts* do Grupo Conservador B (GCB)

O quarto *post* analisado:

Figura 25 – Explicação vaga do projeto “Escola Sem Partido”



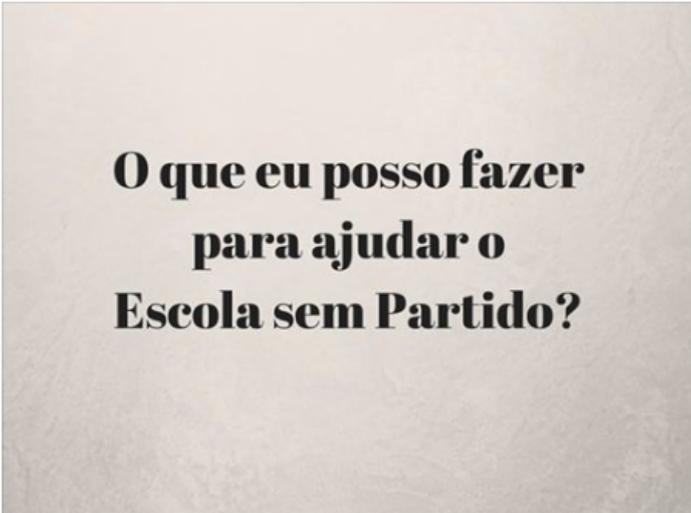
Link de acesso: <https://www.facebook.com/groups/901878433223727/permalink/1052364974841738/>

O *netizen* do quarto *post* analisado oferece uma ideia clara do que acredita dever ser o espaço escolar. Um espaço apartidário. Para o autor do *post* e para a divulgação do projeto “Escola Sem Partido”, os jovens e os professores não devem utilizar-se do espaço de sala de aula como canal agonístico. Propõe encerrar a escola como espaço democrático ao castrar aqueles com demandas partidárias, democráticas, que podem coincidir com as demandas discursivas dos alunos e professores.

O quinto *post* analisado:

Figura 26 – Coordenadas para uma militância pró “Escola Sem Partido”, pelo próprio “Escola Sem Partido”

 **Escola Sem Partido** compartilhou uma foto.  
13 de julho de 2016



**O que eu posso fazer para ajudar o Escola sem Partido?**

**Escola Sem Partido**  
13 de julho de 2016 👍 Curtir Página

- 1 - Qualificar-se para ser um defensor do Escola sem Partido – se você possui conhecimentos jurídicos, tanto melhor!
- 2 - Fazer panfletagem em porta de escola (disponibilizamos o modelo dos panfletos).
- 3 - Mandar confeccionar e distribuir camisetas e adesivos do Escola sem Partido (disponibilizamos o layout da camiseta).
- 4 - Falar do Escola sem Partido nas reuniões de pais e mestres.
- 5 - Pedir à escola do seu filho que mande colocar o cartaz com os Deveres do Professor nas salas de aula.
- 6 - Apresentar o nosso anteprojeto de lei ou decreto a prefeitos, vereadores, governadores e deputados.
- 7 - Apoiar projetos em tramitação.
- 8 - Apoiar os políticos que apresentam esses projetos.
- 9 - Apresentar o nosso anteprojeto de lei/decreto a candidatos a prefeito e vereador, para que o adotem como bandeira de campanha nas eleições deste ano.
- 10 - Sugerir a vereadores e deputados a criação de CPIs para investigar a prática de doutrinação política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito dos pais sobre a educação moral dos filhos.
- 11 - Fazer representações ao Ministério Público (mesmo que possa parecer inútil...).
- 12 - Notificar extrajudicialmente os professores doutrinadores e as escolas onde eles trabalham (disponibilizamos o modelo da notificação)
13. Divulgar o modelo de Notificação Extrajudicial do Escola sem Partido.
- 14 - Fazer representações contra professores doutrinadores nas corregedorias ou ouvidorias das secretarias de educação dos Estados e Municípios.
- 15 - Orientar os estudantes a registrar as práticas abusivas dos seus professores por meio de gravações em áudio e vídeo, e a divulgar esses registros nas redes sociais, mandando cópia também para a nossa página do facebook.
- 16 - Enviar ao Escola sem Partido o relato da sua experiência como vítima de doutrinação (escolasempartido@gmail.com).
- 17- Promover palestras e debates, em escolas e universidades, sobre os limites éticos e jurídicos da atividade docente.
- 18 – Promover e participar de audiências públicas em assembleias legislativas e câmaras de vereadores.
- 19 - Informar os estudantes seus pais e professores sobre os Deveres do Professor.
- 20 - Curtir e divulgar a página do Escola sem Partido (oficial) no Facebook.

👍 Curtir 💬 Comentar

👍 3

Link de acesso: <https://www.facebook.com/groups/901878433223727/permalink/1049149181829984/>

Os itens 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15 e 19 sugerem que a Lei, pais e alunos encerrem o espaço escolar como canal agonístico em prol de uma castração ao Outro gozo que representa a figura do *heteros* doutrinador autoritário de esquerda. São itens que priorizam a punição ao invés do debate. Itens que mostram como o “Escola Sem Partido” procura falar do lugar do Outro. Ora, “Lacan tem uma definição muito precisa do canalha: é aquele que tenta se fazer de Outro para alguém, dominar o gozo do Outro.” (CAMPANÁRIO, 2000, p. 69).

Desde o primeiro item, fica claro que a “qualificação” para o ativismo pró “Escola Sem Partido” pode ser diversa, mas que a prioridade é o conhecimento da Lei. O domínio do jurídico ao invés do sociopolítico. Também é importante pensar que, embora os acusados de doutrinação sejam os totalitários de esquerda, o “Escola Sem Partido” não propõe um debate com os alunos, contra ou à favor do programa, para considerar as demandas de suas PEC’s, mas a “orientar os estudantes a registrar as práticas abusivas de seus professores por meio de gravações de áudio e vídeo, e divulgar esses registros nas redes sociais”. Não há debate. Mesmo quando o texto do *post* sugere “promover palestras em escolas e universidades”, no item 17, a prioridade não é a sublimação das aspirações políticas, mas “os limites éticos e jurídicos da atividade docente”. Ora, é um programa castrador e antagonístico.

O sexto *post* analisado:

Figura 27 – A “lavagem cerebral” da “extrema-esquerda”



Link de acesso: <https://www.facebook.com/groups/901878433223727/permalink/1056976507713918>

Anexo do sexto *post* analisado:

Figura 28 – A “extrema direita” jihadista em uma mídia pós-massiva

## Atentado do 11/9 foi praticado pela "extrema-direita", diz livro do MEC

25 de julho de 2016

849 30

Share on Facebook

Tweet on Twitter

G+

Salvar



Como mostra o site do [ILISP](#), um livro do MEC estaria propagando uma mentira para associar o atentado terrorista do 11 de setembro ao que eles definem como “extrema-direita”:

O ataque terrorista mais marcante da história recente, o atentado de 11 de Setembro, em que um grupo radical islâmico liderado por Osama Bin Laden derrubou duas torres de Nova York e causou mais de 2 mil mortes, é mostrado no livro do MEC como consequência de uma ideologia política de direita. O livro obrigatório do MEC é estudado e lido por milhões de alunos de escola pública, o que apenas confirma o elevado grau de doutrinação que passam os alunos brasileiros. O Ministério da Educação (MEC) não deveria regulamentar livros e disciplinas em escolas, as gestões de todas as escolas deveriam ser independentes e os pais deveriam ter opção de escolher a melhor escola para seus filhos, ou até mesmo ter a permissão de educá-los em casa.

Veja a imagem revoltante abaixo:



Agora a questão é exigir a punição de um responsável (via ação no Ministério Público Federal) e a retirada imediata dos livros, pois isso é propagação de uma mentira com fim de lançamento de ódio contra conservadores. Tudo bancado com verbas estatais, lembre-se.

O termo “extrema-direita” é hoje utilizado pela extrema-esquerda para definir qualquer um que não concorde com as ideias deles. Assim, a mentira publicada pelo MEC tem alcance bem amplo. O nome para isso vai além de doutrinação escolar: é estelionato educacional.

De novo: de nada adianta expor as páginas do livro. É preciso punir os responsáveis por essa palhaçada.

*Link* de acesso: <https://ceticismopolitico.com/2016/07/25/atentado-do-119-foi-praticado-pela-extrema-direita-diz-livro-do-mec/>

Como foi visto capítulo 2 desta Dissertação, o conservadorismo não se confunde com o reacionarismo. O anti modernismo é um traço da demanda reacionária para a volta à uma Época de Ouro (que nunca existiu) por meios violentos. Assim, neste ponto em

específico, concorda-se com o autor do anexo do sexto *post*. Porém, este e o anexo incluído nele não acusam o terrorismo da *Al Qaeda* como de “extrema-esquerda”. Novamente, a “extrema-esquerda” representa aos *netizens* em questão o ensino do MEC (Ministério da Educação). Para o autor do anexo e os *netizens* envolvidos no sexto *post*, é mais importante pensar o extremismo de esquerda de seus inimigos, que pretendem punir e censurar por, supostamente, qualificar toda forma de autoritarismo como de “extrema-direita”, do que abrirem um debate sobre o posicionamento político, se de esquerda ou de direita, da *Al Qaeda*.

*Posts* do Grupo Conservador C (GCC):

O sétimo *post* analisado (Vídeo 3)

Figura 29 – Cidadão revoltado com as fachas “Estudantes contra o golpe” e “Fora Temer”



Link de acesso: <https://www.facebook.com/groups/532720436853369/permalink/966883306770411/>

Transcrição do Vídeo 3:

*Ei, pessoal. Meu nome é [nome do autor do vídeo], eu tô aqui na porta do grupo escolar [nome da escola apontada no vídeo]. No bairro [nome do bairro], na cidade de Belo Horizonte – MG. Para mostrar a vocês como que a doutrinação nas escolas acontece. Fui aqui agora, acabei de protocolar um documento pedindo ao diretor a retirada das fachas. Fui atendido por um*

*senhor de nome [nome do senhor], que falou que nada tem a ver com a diretoria, e, sim, com o grêmio estudantil, que foram os responsáveis pela fixação. Porém, o que eu pergunto é o seguinte: a vontade de um grêmio estudantil tem que prevalecer à vontade de um diretor? Fica a questão. Eles desconhecem a Constituição Federal que não permite manifestações de cunho político, ou seja, feita dentro das escolas. É assim que eles estão doutrinando as nossas crianças, aos poucos. E é assim que eles pretendem retornar ao poder. A esquerda caiu, Dilma saiu. E agora eles ficam tentando fazer a cabeça dos jovens para daqui um tempo tentarem voltar ao poder. Obviamente desconhecem a “Escola Sem Partido”. Um projeto o qual eu, pessoalmente, levei à Câmara Municipal de Belo Horizonte. Para poder pedir ao vereador, [nome do vereador], para que ele desse entrada no projeto “Escola Sem Partido” que eles estão chamando de “Lei da Mordaça”. Porém, a “mordaça” está aí [aponta para a escola e para as faixas]. Vocês percebem que eles estão, literalmente, doutrinando os jovens. E isso não acontece só em Belo Horizonte. Acontece em todo o país. Portanto, vamos ficar de olho. Vamos acabar com isso, não vamos permitir que isso aconteça mais, ok?*

O autor do vídeo, e a página do “Escola Sem Partido”, sentem-se invadidos pelas fâchas colocadas pelo grêmio estudantil e um “eles” não muito bem especificado, mas que remonta à ideia *cliché* aqui do doutrinador, um Outro gozo. Assim, o autor do vídeo se dirige às autoridades – a um grande Outro –, primeiro à direção da escola e depois à Câmara Municipal de Belo Horizonte. A pergunta afirmativa, que o autor do vídeo chama de questão, “a vontade de um grêmio estudantil tem que prevalecer à vontade de um diretor?”, remonta o mito freudiano do Pai primitivo da horda primordial. Como não existe grande Outro, o autor propõe boicotar, por vontade própria, e não por uma lei federal que o próprio autor não cita especificamente (que não condiz com a autonomia do jovem garantida pelo Conselho Nacional da Juventude – CONJUVE, como escrito no segundo capítulo desta Dissertação), a escola como canal agonístico para o debate democrático entre estudantes. Ora, os estudantes remontariam aqui os “irmãos” do mito freudiano. Não é também o autor do vídeo um “canalha” de Lacan? Uma pergunta afirmativa. Mais uma vez, o corpo discursivo encontrado nos *posts* internos aos grupos conservadores prioriza a punição ao invés do debate. Não bastasse toda essa observação, o *netizen* B acredita que os responsáveis pelo processo democrático nas escolas deveriam se sentir envergonhados por terem um grêmio estudantil com autonomia democrática.

O oitavo *post* analisado (vídeo 4):

Figura 30 – Entrevista com Miguel Nagib realizada por Danilo Gentili



Link de acesso: <https://www.facebook.com/groups/532720436853369/permalink/1025804184211656/>

Transcrição do vídeo 4:

*Danilo G – Eu tô acompanhando muito essa discussão, de perto, na Internet, e um dos argumentos é “Não, o ‘Escola Sem Partido’ fere (...)” – Eu já ouvi gente falando – “(...) fere a Constituição porque, afinal de contas, vão ficar dizendo o que o professor pode, ou não pode, falar”. Ai... aí você cerceou a liberdade de expressão do professor. Acontece?*

*Miguel N – Bom, vamos lá. Isso é importante. Deixar isso claro, né?! Eles dizem que o nosso projeto de lei é a “Lei da Mordaça”. “Mordaça” evoca censura. E censura pressupõe que o professor tivesse, em sala de aula, liberdade de expressão. Porque censura é cerceamento à liberdade de expressão. Mas o professor tem liberdade de expressão em sala de aula? O que é liberdade de expressão? Para simplificar: “liberdade de expressão” é a liberdade que a gente exerce no Facebook. Você fala qualquer coisa sobre qualquer assunto. Isso é liberdade de expressão. Se o professor tivesse essa liberdade em sala de aula, ele não poderia ser obrigado, como ele é obrigado, a transmitir aos alunos o conteúdo de sua disciplina. Ele poderia passar a aula toda falando de qualquer assunto. Então, o professor de química, uma matéria*

*que algumas pessoas consideram que é aborrecida, poderia passar a aula inteira falando de futebol, de cinema, de literatura. Isso é liberdade de expressão. Se ele tivesse liberdade de expressão não existiria ensino.*

*D. G. – O que você tá querendo me dizer é que a própria natureza da profissão de professor limita a liberdade dele. Porque ele é contratado para dar aula daquela grade escolar. No Facebook ele fala o que ele quiser.*

*M. N. – Exato!*

*D. G. – Na sala de aula ele tem aquele trabalho que deve ser feito.*

*M. N. – Perfeito! E por uma segunda razão (...)*

*D. G. – Seria como se eu entrasse no táxi e o taxista me levasse para onde ele quisesse. Não, mas aqui eu tenho liberdade de direção.*

*M. N. – Exatamente! Basicamente é isso mesmo. Então, se o professor tivesse a liberdade de falar qualquer coisa sobre qualquer assunto, ele poderia obrigar os seus alunos a ouvi-lo falar qualquer coisa, sobre qualquer assunto. Veja só, nós aqui, estamos na televisão. Você pode falar qualquer coisa sobre qualquer assunto, porque ninguém é obrigado a escutar e a assistir o programa do D G. Mas o estudante em sala de aula é obrigado a escutar o discurso do seu professor. Então há uma diferença fundamental (...)*

*D. G. – E tem uma outra diferença, desculpa te interromper. É que se, na prova, ele responder uma coisa que o professor não quer ele toma 0 (zero).*

*M. N. – Exatamente! Ele erra a questão. Né?! Então é essa a diferença entre liberdade de (...) Porque a Constituição garante aos professores a liberdade de ensinar. Tá no artigo 206, da Constituição. Agora, como cidadão, é evidente que o professor tem liberdade de expressão. Como cidadão. No Facebook, na praça pública. Ele compra um megafone, por exemplo, e vai a um viaduto falar o que quiser. Mas na sala de aula é diferente*

O primeiro ponto a esclarecer nesta entrevista é o fato de M. N. confundir liberdade de expressão com o processo freudiano de “associação livre”, que garante um curso “espontâneo” da fala do sujeito (2002), como se os professores estivessem trocando, em sala de aula, o giz pelo divã. A liberdade de expressão não se trata de devaneios aleatórios, mas da possibilidade de um cidadão – e o professor, diferentemente de como coloca M. N., é um cidadão em sala de aula, e esta é um espaço democrático, como foi esclarecido no segundo capítulo desta Dissertação – expressar suas demandas políticas desde que de forma agonística. Ora, por que necessariamente este processo atrapalharia o curso e a ementa de uma disciplina é um mistério.

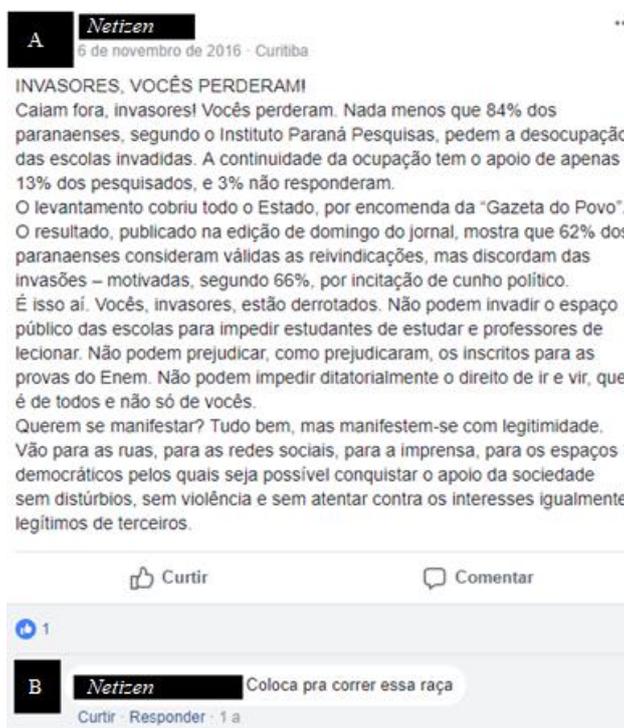
O ponto defendido neste último parágrafo fica claro a partir dos seguintes momentos da entrevista:

*M. N. – (...) E censura pressupõe que o professor tivesse, em sala de aula, liberdade de expressão. Porque censura é cerceamento à liberdade de expressão. Mas o professor tem liberdade de expressão em sala de aula? O que é liberdade de expressão? Para simplificar: “liberdade de expressão” é a liberdade que a gente exerce no Facebook. Você fala qualquer coisa sobre qualquer assunto. Isso é liberdade de expressão. Se o professor tivesse essa liberdade em sala de aula, ele não poderia ser obrigado, como ele é obrigado, a transmitir aos alunos o conteúdo de sua disciplina.*

Além do desconhecimento do que se trata a liberdade de expressão na experiência política, M. N. também não compreende o potencial da interdisciplinaridade. Ao afirmar que o ensino estaria comprometido pelo fato do professor não se limitar ao ensino de uma disciplina, por dizer que “o professor de química, uma matéria que algumas pessoas consideram que é aborrecida, poderia passar a aula inteira falando de futebol, de cinema, de literatura”, o autor do projeto “Escola Sem Partido” desconsidera contribuições da Literatura às demais áreas do conhecimento. Por exemplo, ao escrever “As afinidades eletivas” (1809), livro que influenciou autores como Max Weber e Carl G. Jung, Goethe propôs pensar as relações humanas a partir de uma linguagem romântica que considerasse os processos químicos como metáforas para as relações humanas. Assim, ao fazer uma analogia das atrações químicas com relação às humanas, Goethe (2014, p. 220) afirma que “toda atração é recíproca”. O porquê dessa contribuição literária ao ensino de química ser prejudicial, também é um mistério.

O nono *post* analisado:

Figura 31 – Um *netizen* intolerante invadido



Link de acesso: <https://www.facebook.com/groups/532720436853369/permalink/1013997738725634/>

O *netizen* A sente-se invadido por alunos secundaristas que ocuparam suas próprias escolas afim de utilizarem do espaço escolas como canal agonístico. Portanto, apropria-se do resultado de uma pesquisa realizada pelo Instituto Paraná Pesquisas para

justificar seu anseio em desocupar as escolas para que haja um período de aula comum, sem manifestações. A ênfase em caixa alta para a palavra “invasores”, que se repete ao longo do texto do *netizen A*, relembra o argumento de Dunker (2015) do intolerante como mestre invadido. A fantasia política do *netizen A*, a de desocupar as escolas, encara a ocupação escolar como um fragmento de gozo que o perturba. De fato, a democracia incomoda. Mas para manter-se “democrático”, o *netizen A*, como um conservador, evoca sua vontade como a da maioria. Ora, o Capítulo 2 desta dissertação já deixou clara a possibilidade de uma ditadura da maioria tão temida pelo pensamento liberal. O problema é que os invasores em questão são alunos insatisfeitos com medidas de austeridades que foram propostas em 2016 pelo governo Temer. E a escola é um espaço democrático primeiramente dos próprios jovens que nelas estudam, desde que esses não utilizem do espaço intolerantemente – nada é dito pelo *netizen A* sobre uma manobra anti-democrática dos jovens, além da prioridade política destes em relação à prioridade das aulas, o que é um direito de manifestação, também, democrática. Quando o *netizen A* afirma que a manifestação é legítima, desde que feitas nas “ruas”, nas “redes sociais”, na “*Intenet*” e nos demais “espaços democráticos”, ele reafirma a escola como um espaço não democrático.

Já o *netizen B* estigmatiza os estudantes ocupantes, ou “invasores” (segundo os conservadores), como “raça”. E sugere colocá-los “para correr”. Como num gesto de intolerância e punição.

Posts do Grupo Liberal A (GLA):

O décimo *post* analisado:

Figura 32 – Van Hattem panfleta

The image shows a Facebook post by a user named 'Netizen A' from August 9th. The post text reads: 'Fã na hora de parar de lambear esse lixo. Fervoroso defensor do projeto Escola Sem Partido, o deputado estadual Marcel Van Hattem (PP-RS) distribuiu folhetos referentes ao seu mandato em uma escola pública de Três Cachoeiras (RS). Segundo post na página do Facebook do próprio deputado, ele visitou a escola durante o recesso parlamentar e conversou com diretoria e professores. Alguns consideraram seu ato "contraditório".'

The flyer image, titled 'COMPROMISSOS', lists various liberal principles and commitments. A red box highlights the commitment: 'Redução da interferência do Estado na vida das pessoas'. Below the flyer, there are several comments from other 'Netizen' users:

- B:** 'Eu qro uma escola sem o partido [que eu não sou filad]'
- C:** 'Ainda tem liberal que defende isso pap'
- D:** 'O dia que lançarem um escola sem estado me avtem, por que isso sim vai dar certo'
- E:** 'Projeto " Escola apenas com meu partido"'

Link de acesso removido da página do GLA

O *netizen* A refere-se ao Deputado estadual, Marcel Van Hatten, como “lixo” e “fervoroso” por distribuir panfletos em frente a uma “escola” e, portanto, é intolerante com a demanda política pró “Escola Sem Partido” do Deputado mesmo em um processo agonístico e não enxerga a escola como um espaço democrático, um canal agonístico. Em seguida, o mesmo *netizen* compartilha a imagem de um folheto distribuído por Van Hattem, no qual há a demanda por “menos interferência do Estado na vida das pessoas”. É contraditório, do ponto de vista liberal, o Deputado procurar combater ideologias autoritárias cerceando a liberdade de expressão. O *netizen* F aponta uma inconsistência, com razão, relacionada a um projeto que propõe evitar doutrinação a partir da “supervisão do Estado”. Os *netizens* B, E e F, democraticamente e condizentes com as aspirações liberais de liberdades individuais, expostas tanto no Capítulo 2 quanto nos comentários

deles, ironizam um projeto que prevê frear doutrinas autoritárias a partir do poderio do próprio Estado.

O décimo primeiro *post* analisado:

Figura 33 – Mais problemas de doutrinação

**A** **Netizen** compartilhou um link.  
19 de julho de 2015

Não é lá muito difícil concordar com o Escola Sem Partido que existe um claro problema.

**5 exemplos de como a doutrinação ideológica atua na educação brasileira**

A doutrinação ideológica nas escolas é como uma praga numa lavoura. Aqui, 5 exemplos de como ela atua na educação brasileira.

**B** **Netizen** Libertário pedindo intervenção do Estado pra dizer o q pode e o q não pode em sala de aula?

**C** **Netizen** Concordar que existe doutrinação nas escolas é fácil mesmo. A solução que não é lá muito eficaz.

**C** **Netizen** Aliás, nem sei se existe uma solução tão simples assim.

**D** **Netizen** Concordo com os colegas. É fato que temos um problema de "doutrinação" nas escolas, mas o projeto de lei "Escola sem Partido" é a forma errada de abordá-lo. Pra mim, vai contra os ideais do liberalismo e será completamente ineficiente. Leis não acabaram com o tráfico de drogas e nem com a violência, talvez elas tenham até aumentado. Canetadas não resolvem nada. Eu sou talvez muito otimista, mas acredito que a solução já está ocorrendo. O liberalismo está ganhando muito mais espaço nos últimos meses. A solução, por mim, é continuar divulgando o liberalismo que, aos poucos, vai chegando aos estudantes. Soluções mirabolantes e imediatistas costumam não funcionar.

**E** **Netizen** Existe a doutrinação na escola. Sempre existirá. A questão é se essa doutrinação é a sua. Ou a da esquerda. Ou a da direita. Sei que a doutrinação da escola sem partido é da extrema direita. Tão temerária Qto a da esquerda.

Link de acesso:

<https://www.facebook.com/groups/liberalismo/permalink/1162830753777503/?match=ZXNjb2xhIHNIbS BwYXJ0aWRvLGVzY29sYXM%3D>

O problema, segundo o *netizen* A, seria a suposta doutrinação autoritária que ainda não apareceu em nenhum dos hiperdocumentos retratados aqui nesta Dissertação. O *netizen* C, embora afirme “concordar que existe doutrinação nas escolas”, não enxerga o programa “Escola Sem Partido” como eficiente, ao dizer que “a solução que não é muito

eficaz [o programa ‘Escola Sem Partido’]”. Ele está certo se considerarmos a horizontalização da informação e do conhecimento na Era da Informação, retratada no Capítulo 1 desta Dissertação. Por exemplo, no dia 22/02/2018, o atual Ministro da Educação, Mendonça Filho, procurou apurar “improbidade administrativa” no ensino da disciplina “O Golpe de 2016 e o futuro da Democracia no Brasil”, ofertada na Universidade de Brasília – UnB pelo Prof. Dr. Luis Felipe Miguel (O GLOBO, 2016). Como consequência, ciberativistas divulgaram o conteúdo em rede e muitas pessoas o compartilharam e se apropriaram<sup>34</sup>. O *netizen* D, um agonista, afirma haver um “problema de doutrinação” de esquerda nas escolas, mas não enxerga o *modus operandi* do “Escola Sem Partido” como meio liberal.

---

<sup>34</sup> *Link* de acesso ao conteúdo da disciplina:  
[https://m.box.com/shared\\_item/https%3A%2F%2Fapp.box.com%2Fs%2Fbm0d52sjav3e975hmz0sifjktrs%2Fz4too/browse/47037400507](https://m.box.com/shared_item/https%3A%2F%2Fapp.box.com%2Fs%2Fbm0d52sjav3e975hmz0sifjktrs%2Fz4too/browse/47037400507)

O décimo segundo *post* analisado (Vídeo 5):

Figura 34 – Militância em sala de aula



Link de acesso:

<https://www.facebook.com/groups/liberalismo/permalink/1215296528530925/?match=ZXNjb2xhIHNIbSBwYXJ0aWRv>

Transcrição do vídeo 5:

*Da mesma maneira que o que aconteceu em 1937, a classe trabalhadora, no caso, vocês, estão completamente [inaudível] e alienados do que aconteceu. Apenas a classe média, branca, é quem foi à rua, vestida de camisa do Brasil, querendo que o Governo fosse deposto. Mas é porque a classe média que foi à rua, galera, tava insatisfeita com pobre estar pegando avião no aeroporto. A classe média que usou camisa do Brasil estava insatisfeita com ter mais negro e gente de periferia em universidade. Gente da origem de vocês. A classe média que foi à rua vestida de verde e amarelo, tava insatisfeita porque pobre tava financiando carro. Infelizmente, como a gente tem uma sociedade de analfabetos políticos, as pessoas não se deram conta disso. As pessoas ficaram completamente alheias a tudo isso, e, devidamente, manipuladas pela Globo [Rede Globo de Televisão]*

Independente da discussão de contexto histórico e contemporâneo, é perceptível que o autor do vídeo (provavelmente um professor) estabelece um cenário político no qual os “estudantes” de uma escola pública, que o autor reconhece como “classe trabalhadora”, embora tal noção seja sociologicamente problemática vide a classe trabalhadora ser aquela que agrega valor à mercadoria através de sua força de trabalho – apenas para utilizar uma perspectiva marxista, embora outras também fossem discordar da professora –, são explorados, ou seja, produzem um mais-gozar conveniente, embora espúrio, a um Outro gozo que representa o “Heteros” da “classe média branca (...), vestida de camisa do Brasil”. Esse “Heteros”, segundo o professor, estava insatisfeito porque “pobre tava financiando carro”. O motivo pelo qual tal “Heteros” ainda perturba o professor e aqueles que ele identifica como “pobres”, é que temos “uma sociedade de analfabetos políticos, as pessoas não se deram conta disso (...)”, pois foram alienadas por um outro “Heteros”, a “*Globo*”. O professor descreve tais “Heteros” como “canalhas”, e é claramente intolerante com um fragmento de gozo em sua fantasia política, mas em nenhuma parte do vídeo sugere uma solução intolerante fora do processo democrático. Apenas define adversários que julga considerarem os “trabalhadores”, seus alunos, como inimigos. Mesmo o *netizen* D considera que o professor crê em sua fantasia política.

O *netizen* B destaca os risos da menina que grava o vídeo, mas nenhum dos *netizens* em questão questionam o porquê da sala de aula não ter sido o palco de um canal agonístico. Ou seja, o motivo da menina discordar ou o interesse de conhecer o posicionamento dela.

Análise dos *posts* do Grupo Liberal B (GLB)

O décimo terceiro *post* analisado:

Figura 35 – A política comunista na escola

The image shows a screenshot of a Facebook post and its comments. The post is from a user named 'Netizen' (labeled 'A') dated July 21st. The post text lists several items as 'things we learn from the Brazilian right' and labels them as 'communist'. The comments are from other users, also labeled 'Netizen' (B, C, D, E), who are replying to the post.

**A** Netizen  
21 de julho

Coisas que aprendemos com a direita brasileira:  
-blocos econômicos são coisas de comunista.  
-política na escola é coisa de comunista  
-Apoiar liberdade individual é coisa de comunista.  
-incentivar tolerância é coisa de comunista.  
-não apoiar bolsonaro é coisa de comunista  
-Ue foi um plano secreto dos comunistas para tomar o mundo.  
Malditos comunistas!roubaram meu cérebro.

19 8 comentários

Curtir Comentar

Ver mais 4 comentários

**B** Netizen - Karnal é comunista  
- Quem não apoia o Escola sem partido é comunista  
- João Soares é comunista  
- Lutar pelos direitos das mulheres é coisa de comunista  
- Ser mau implica em ser comunista  
- Barack Obama é comunista  
- Ser contra a redução da maioria penal é coisa de comunista  
- Direitos humanos é coisa de comunista

A lista é bem extensa, mas deu pra citar alguns pontos bem frequentes.  
Vivemos em um momento de "síndrome comunista". Depois vem um liberal e acha ruim de não nos aliarmos à direita.

Curtir · Responder · 8 · 22 de julho às 01:21 · Editado

**C** Netizen Disse tudo, meu amigo!! Disse tudo!!  
Curtir · Responder · 2 · 21 de julho às 23:40

Escreva uma resposta...

**D** Netizen Esqueceu "Sasha é comunista"  
Curtir · Responder · 3 · 21 de julho às 23:20

**C** Netizen hahaha.... Pois é...  
Curtir · Responder · 1 · 21 de julho às 23:38

Escreva uma resposta...

**A** Netizen Enfim, se não eh conserva, entao eh comunista  
Curtir · Responder · 4 · 21 de julho às 23:31

**E** Netizen Os libertários aplicam uma lógica parecida, nós somos os bons e eles os socialistas  
Curtir · Responder · 1 · 22 de julho às 09:19

Link de acesso:

<https://www.facebook.com/groups/libclass/permalink/1123232517735007/?match=ZNXjb2xhIHNibSBwYXJ0aWRvLGVzY29sYQ%3D%3D>

O curioso no décimo sétimo *post* é que os *netizens* A, B, C e E trazem à luz o Outro gozo, que não existe (tampouco como “Heteros” nos registros dos *posts* analisados), representado pelo “comunista”. “Política na escola é coisa de comunista”, ironiza o *netizen* A, ao se referir a uma “direita brasileira”. “Ser mau [ou seria “mal”?] é

coisa de comunista”, enfatiza o *netizen* B. Um inimigo, que não existe, é retratado lucidamente pelos *netizens*. Por fim, o *netizen* A qualifica o sujeito que é intolerante com o Outro gozo do comunista, representado no “Heteros” daqueles que são “mau[is]” (como disse o *netizen* B), como “conservador”. A intolerância que os *netizens* liberais em questão retratam é própria de um pensamento reacionário que precisa antagonizar identidades coletivas – também fictícias, como o “comunista” trazido aqui neste parágrafo – que divergem de suas demandas e articulações discursivas ao considerarem sempre o “Heteros” como uma ameaça imanente à ordem pré-estabelecida.

O décimo quarto *post* analisado:

Figura 36 – Enquete sobre “Escola Sem Partido”

A *Netizen* criou uma enquete.  
29 de julho às 18:33

Qual a sua opinião em relação ao projeto **Escola sem partido**?

Contra (Contra o **Escola sem partido**) +41

Favorável (A favor do **Escola sem partido**) +8

👍 Curtir    💬 Comentar

👍 1

B *Netizen* O Projeto tem seus pontos bons, quando entra a questão da pluralidade de ideias e de teóricos, mas em outros parece mais uma birra conservadora.  
Curtir · Responder · 29 de julho às 19:06 · Editado

C *Netizen* **Escola sem partido** é desespero de uma classe política que não suporta ser questionada.  
Curtir · Responder · 👍 2 · 29 de julho às 20:29

D *Netizen* É coisa de regimes autoritários.  
Curtir · Responder · 👍 3 · 29 de julho às 21:26 · Editado

Link de acesso: <https://www.facebook.com/groups/libclass/permalink/1128715050520087/>

Este *post* esclarece, em primeiro lugar, o posicionamento majoritário do GLB contra o programa “Escola Sem Partido”. O *netizen* B, um agonista, reconhece uma “birra conservadora” nas demandas discursivas do projeto e apenas elogia a demanda discursiva que menciona a pluralidade de ideias e posicionamentos políticos. O *netizen* C é ainda mais enfático na importância de um processo de debate vibrante. O *netizen* D conclui, no final do *post*, que a demanda por um projeto como o “Escola Sem Partido” é “coisa de regimes autoritários”.

O décimo quinto *post* analisado:

Figura 37 – Leandro Karnal entre os liberais

The image shows a Facebook post by Leandro Karnal, dated 04/07/2016. The post includes a video thumbnail and text: "No Roda Viva dessa segunda-feira, entrevistamos ao vivo o historiador Leandro Karnal. Ele falou sobre seu livro recém-lançado 'Felicidade ou Morte'...". Below the post are several comments from netizens, labeled A through G, discussing the post's content and the author's views on schools and politics.

**Netizen A:** Excelente!! Indico, especialmente, a pergunta e a resposta a partir de 11:38.

**Netizen B:** Um dos maiores intelectuais atualmente no Brasil. Estou ansioso pra ver!

**Netizen A:** Cara, vale MUITO a pena. É uma verdadeira aula!

**Netizen C:** Ele é genial. Depois veja ele no canal da Mariana Gabriela, é curto, mas muito produtivo!

**Netizen D:** Lucas Skull Parrini Ó Sasha, valeu pela atividade constante em compartilhar conteúdos. Agradeço sinceramente.

**Netizen A:** De nada!! Eu que agradeço por tê-lo compartilhando espaço (e ideias) com o grupo!!

**Netizen E:** 15:40 Escola Sem Partido. A lei é desnecessária, e o debate tem que avançar, nós liberais precisamos avançar.

**Netizen F:** Um baita pensador brasileiro.

**Netizen F:** Sobre a escola sem partido, como ele disse, não há ensino sem a visão política. A escola não pode ser simplesmente um repassador de fatos históricos, decorebas de datas, fatos e acontecimentos. Tem que se entender o pq, as causas e se analisar as diversas visões e versões através de um debate plural e amplo dentro da escola, formando assim um pensamento mais crítico dos alunos.

**Netizen G:** Felipe Techio Entendi corretamente? Ele afirma que o professor não influencia o aluno em questões políticas e ideológicas?

**Netizen A:** ele disse que melhor seria se os professores criassem um debate amplo nas escolas, com diferentes visões políticas. Mas ao mesmo tempo afirmou que é impossível uma escola neutra, sem posição política (o que concordo, visto que "neutralidade" JÁ É uma posição política). Ele também demonstrou que os jovens possuem suas próprias opiniões. Dificilmente, por exemplo, um professor fluminense convencerá um aluno flamenguista a torcer para o Fluminense.

**Netizen G:** Sim também acho que um professor não vai fazer um aluno mudar de time, mas dizer que um professor não influencia - e influenciar é o mínimo - em questões políticas e ideológicas é simplesmente negar a realidade. Recomendo para ele a leitura do livro Maquiavel Pedagogo ou de Radicais Nas Universidades, mas não sei se ele realmente acredita nessa fala dele.

**Netizen A:** Ele não disse que não influencia. Ele disse que os alunos tem suas próprias opiniões e que nem sempre (na maioria das vezes), seguem o professor como robôs hipnotizados.

**Netizen G:** Nesse assunto, discordo e muito dele. Mas legal o programa e obrigado pela indicação do mesmo

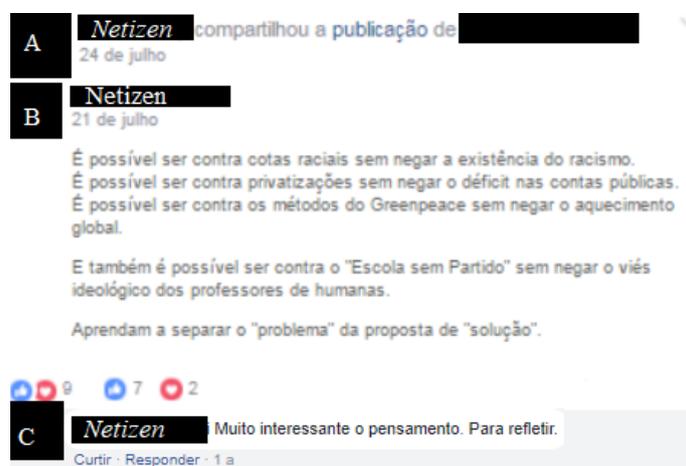
Link de acesso: <https://www.facebook.com/groups/libclass/permalink/1112677252123867/>

O importante na análise do décimo quinto *post* foi o fator do extenso debate agonista. Embora uma maioria tenha concordado com Leandro Karnal, figura contra o “Escola Sem Partido”, ainda há uma discordância do *netizen* G e que é debatida com o *netizen* A. Ambos os *netizens* conseguem dialogar apesar do *netizen* G afirmar discordar de Karnal, ao dizer “nesse assunto [Escola Sem Partido], discordo muito dele. Mas legal o programa e obrigado pela indicação do mesmo 😊”. Há uma clara importância da *netiquette* no grupo.

## Análise dos *posts* do Grupo Liberal C (GLC):

Análise do décimo sexto *post*:

Figura 38 – É possível separar o problema da solução



Link de acesso:

<https://www.facebook.com/groups/LiberalismoSolidario/permalink/1722242534695279/?match=ZXXNjb2xhIHNIbSBwYXJ0aWRv>

O *netizen* B afirma que, apesar de concordar que há um claro “viés ideológico [de esquerda (?)] dos professores de humanas”, o projeto “Escola Sem Partido” não se oferece como alternativa viável aos que compartilham de uma ideologia liberal. O *netizen* C, ao invés de concordar ou discordar, acrescenta a importância de se “refletir” sobre a separação entre o “problema” da proposta, a predominância de ideologias de esquerda nas escolas, com a “solução”. Esta não se confunde com a estigmatização dessas.

Análise do décimo sétimo *post*:

Figura 39 – Um petista tem mais é que...

**A** *Netizen*  
26 de julho às 09:40 · São Paulo

Sabe o que um petista tem mais que uma pessoa normal ? Tem mais é que se fuder. A cara de pau dessa gentalha, em acusar os outros do que fazem é sem limites. Petistas merecem mesmo morte lenta.

Dilma critica 'Escola sem partido' e diz que governo Temer quer transformar brasileiro em 'carneiro' - Política - [redacted]  
Em evento para defender seu mandato em Aracaju...

Curtir · Comentar · Compartilhar

3

**B** *Netizen*  
a locca e seus zurros....  
Curtir · Responder · 1 · 26 de julho às 09:42

**C** *Netizen*  
Dilma acusa temer de querer transformar os brasileiros em seus cordeirinhos" INCRIVEL.  
Curtir · Responder · 26 de julho às 09:43

**D** *Netizen*  
Em terra de Petista  
Quem tem cérebro é golpista!

**E** *Netizen*  
prove que a Dilma está errada.  
Curtir · Responder · 1 · 26 de julho às 10:42

**F** *Netizen*  
ela é dilma....ja esta errada por ter nascido, por ser petista , por ser terrorista, por ser ladra de banco, por apoiar ditaduras, por apoiar terroristas..etcetcetc  
Curtir · Responder · 3 · 26 de julho às 11:53

**G** *Netizen*  
😂  
Curtir · Responder · 27 de julho às 01:11

Escreva uma resposta...

**H** *Netizen*  
Num post você critica a censura, no outro você apoia. Se decida home  
Curtir · Responder · 3 · 26 de julho às 11:59

**I** *Netizen*  
não cansa das suas maluquices  
Curtir · Responder · 3 · 26 de julho às 14:14 · Editado

**J** *Netizen*  
Ele é um dos que dão graça a esse grupo  
kkkkkk  
Curtir · Responder · 26 de julho às 12:24

Ativar o Win  
Acesse Configura

Link de acesso excluído pelo grupo.

O *netizen* A, além de estigmatizar os “petistas”, sugere a morte desses por serem inimigos, e não pessoas normais. Os *netizens* B e E repreendem o *netizen* A democraticamente. O primeiro diz que o *netizen* A tem seus “zurros”. Como que uma lalação lacaniana, o próprio veículo do gozo. O *netizen* B considera, com razão, as demandas políticas do *netizen* A como impróprias para um debate democrático.

O *netizen* E, ao demandar um debate democrático, “prove que Dilma está errada”, recebeu do *netizen* F uma resposta intolerante com o propósito de estigmatizar Dilma pelos seus atos políticos durante o período brasileiro ditatorial e, também, “por ter nascido”.

Análise do décimo oitavo *post*:

Figura 40 – Para a tristeza dos obtusos



Link de acesso:

<https://www.facebook.com/groups/LiberalismoSolidario/permalink/1732161153703417/?match=ZXXNjb2xhIHNIbSBwYXJ0aWRv>

Para finalizar esta etapa de Análise do Discurso dos *posts*, mais especificamente do corpo discursivo pró e contra o programa “Escola Sem Partido”, eis um *post* cujo *netizen* que o compartilhou acusa aqueles à favor do projeto como “obtusos”, ou seja, suspeitos para a contribuição de um “espírito crítico de alunos” que têm para si a oportunidade de transformar o espaço de sala de aula em um canal agonístico.

#### 4.4. CONSIDERAÇÕES

Este capítulo ajudou a elucidar como *netizens* de identidades discursivas e coletivas liberal e conservadora abordam a questão e o tema do “Escola Sem Partido” de diferentes formas, até mesmo em abordagens internas a uma própria identidade, como no

caso dos grupos liberais. Para tanto, os métodos netnográfico e de Análise do Discurso francesa foram fundamentais.

O método netnográfico se mostrou de grande valia para guiar o pesquisador a como explorar o hipertexto que interessa a esta Dissertação. Além dos preceitos éticos que não foram excluídos desta dissertação, a técnica de *covert research* se mostrou de grande utilidade se considerada a postura pouco amistosa dos grupos conservadores,

A combinação do método netnográfico com a Análise do Discurso francesa foi frutífera para destrinchar o problema desta Dissertação; o de se há uma tolerância agonística da parcela liberal e conservadora, quando à favor do projeto “Escola Sem Partido”, condizente com as demandas deste.

A hipótese de que os grupos liberais se apresentariam menos favoráveis ao projeto “Escola Sem Partido” e, até mesmo, mais tolerantes e democráticos, pôde ser comprovada tendo em vista as análises dos discursos internos aos *posts* liberais e conservadores. E, ao mesmo tempo, a hipótese de que os grupos conservadores seriam mais intolerantes e antagonicos à identidades discursivas contra o projeto também pôde ser comprovada.

## CONCLUSÃO

A coerência no que diz respeito às demandas políticas do projeto “Escola Sem Partido” com relação ao *modus operandi* do ciberativismo de *netizens* liberais e conservadores dos seis maiores grupos nacionais de *Facebook* – representantes da guinada à direita contemporânea –, é o âmago do problema de pesquisa desta Dissertação. Tal problema pôde ser explorado através do desenvolvimento sociológico da importância da *Internet* como meio de ativismo político e da Análise do Discurso – permeada por ensinamentos da Teoria do Discurso e da psicanálise – do empírico, ou seja, do corpo discursivo e sua pluralidade discursiva em hiperdocumento recortada para esta Dissertação.

O esforço interdisciplinar, empregado aqui para buscar a resolução do problema de pesquisa desta Dissertação, foi fundamental na para a que se chegasse aos resultados obtidos. Tais esforços objetivaram e, sem dúvida, propiciaram indagar e conhecer, com certa profundidade questões tais como:

a) um olhar que possibilitou explorar formas contemporâneas de ativismos políticos de parte da guinada à direita, principalmente no que diz respeito aos *netizens* que se identificam com as identidades coletivas liberal e conservadora;

b) uma interpretação liberal e conservadora, a partir de uma leitura dos autores destacados no Capítulo 2, da (des)legitimidade de um programa como o “Escola Sem Partido” e da coerência no ativismo de *netizens* dos seis grupos importantes para esta Dissertação;

c) uma interpretação política e psicanalítica do que significaria um ativismo democrático e tolerante, em contraposição a um ativismo que antagoniza intolerantemente identidades coletivas agônicas;

d) uma análise mais aprofundada das demandas e articulações discursivas empreendidas pelos *netizens* dos seis maiores grupos nacionais liberais e conservadores de *Facebook* e do hiperdocumento que consta nos dezoito *posts* considerados mais relevantes para esta Dissertação.

Apesar de haver uma guinada à direita, as identidades coletivas que a representam não são fechadas, ou seja, não é toda a guinada à direita que apoia o programa “Escola Sem Partido”, é o que demonstra a análise do recorte *online* desta pesquisa. Esse esclarecimento concluiu essa hipótese desta Dissertação. A Teoria do Discurso

corroborou o ponto que concerne à questão das identidades coletivas como abertas, já o agonismo se apresentou como relativamente presente na militância da guinada à direita.

Foi possível conceber os grupos conservadores como aqueles que se mostraram muito mais simpatizantes do projeto “Escola Sem Partido” e, também, muito mais intolerantes e ilegítimos frente aos pressupostos agonísticos, por exporem um maior número de “identificações patológicas” com suas identidades coletivas. Já os grupos liberais, por admitirem princípios ideológicos tais como o da liberdade individual e de expressão, não foram seduzidos pelo projeto da mesma forma que os conservadores. Também é relevante o fato dos grupos conservadores, aqueles mais à favor do projeto, não possuírem uma *netiquette* que viesse a contribuir com o processo agonístico, mas pelo contrário. Foram os grupos liberais, na maior parte das vezes contra o projeto, que se provaram mais legítimos para o processo agonístico, ao estabelecerem em suas postagens uma postura mais adequada com um “Heteros” adversário. Assim, pôde ser confirmada outra hipótese desta dissertação: a de que a militância à favor do projeto “Escola Sem Partido” tem um tom contraditório com as demandas do próprio projeto.

Os métodos qualitativos usados foram de grande valia para abordar um tema que, justamente por ser discutido tanto na dimensão *online* quanto na *offline*, se mostrou demasiadamente amplo, mas que pôde ser pensado também em âmbitos como os grupos estudados. Vale relembrar que as duas abordagens metodológicas qualitativas aqui empregados foram a netnográfica e a de Análise do Discurso francesa. A primeira abordagem auxiliou a explorar aspectos hiperdocumentais dos grupos. A segunda abordagem foi importante para analisar os discursos presentes no hipertexto dos grupos.

O método netnográfico ofereceu excelentes coordenadas para manter o sigilo ético – tanto dos usuários quanto dos grupos –; construir o recorte empírico desta pesquisa e constatar o valor das formas dos diferentes documentos digitais para a pesquisa *online* – sejam na forma de hipertextos, *hyperlinks*, vídeos, imagens, *memes*. Apesar de haver um hipertexto *online* presente nas redes sociais que não poderia ser abordado integralmente neste trabalho, a escolha dos grupos como recorte empírico para esta Dissertação se mostrou feliz, justamente pelo recorte apresentar um modelo menor e mais recíproco de comunicação do que o do hipertexto presente em outras espécies de páginas. Ainda assim, mesmo abordando uma dimensão menor da guinada à direita representada nos grupos de *Facebook*, foi viável e possível a realização da análise de apenas três postagens de cada um dos seis maiores grupos escolhidos, que, diga-se de passagem, não esgotam o número de grupos liberais e conservadores representados na rede.

Também foram importantes as técnicas de mecanismo de busca, de *print* e o próprio olhar explorador do pesquisador para analisar os hipertextos internos aos grupos. Sua união com a Análise do Discurso ofereceu uma rica contribuição para os resultados desta pesquisa.

A Análise do Discurso francesa foi fundamental para constatar inconsistências nas articulações e demandas discursivas estudadas, e para contribuir com uma elucubração sobre a “fantasia” política dos *netizens* – como no caso dos conservadores que se sentem ameaçados e, por isso, podem se passarem por reacionários intolerantes.

A aplicação da Análise do Discurso mostrou-se como uma excelente experiência para se pensar como é possível conceber um social construído através da linguagem. Assim, as contribuições do lacanismo político, nesse ponto, também complementaram a Análise do Discurso ao contribuir com o as noções construídas a partir do conceito de gozo. Este não somente não se desprende dos discursos proferidos a partir de identificações coletivas, como os sustentam a partir de identificações coletivas, por vezes, patológicas e prejudiciais ao agonismo.

Os registros em hiperdocumentos foram fundamentais para compreender a relação do *netizens* liberais e conservadores, representantes fundamentais da atual guinada à direita, com uma caricatura, retratada por uma parte considerável de tais ciberativistas e pelo programa “Escola Sem Partido”, de um ensino brasileiro como majoritariamente de esquerda e, até mesmo, autoritário.

Embora a guinada à direita tenha como perspectiva discursiva hegemônica a noção de que há uma prevalência do pensamento de esquerda no ensino básico ao superior, os registros dos vídeos transcritos e analisados que apresentaram o *modus operandi* de professores em sala de aula e da utilização da escola como canal agonístico não foram o suficiente para concluir que a ideologia predominante nos espaços escolares seja autoritária, mas pelo contrário, embora alguns professores se mostrem revoltados com questões sóciopolíticas, suas soluções não significam um aliciamento político e ideológico deles com os jovens, como o programa “Escola Sem Partido” propõe pensar. Há, como foi visto no Capítulo 2, a possibilidade de uma esquerda democrática; há, também, conforme o que consta no Capítulo 3, identidades coletivas que consideram outras identidades coletivas democráticas como antagônicas, inimigas, e, por isso, ao proporem soluções que desejam inibir o debate democrático, se apresentam como intolerantes e ilegítimas para o processo agonístico.

Um ponto que cabe destacar aqui é o esforço interdisciplinar que se procurou fazer nesta Dissertação. Tal esforço interdisciplinar se mostrou um desafio ao pesquisador. A costura teórica entre os trabalhos de diversas áreas do conhecimento foi um processo explorado aqui e certamente muito desafiador.

Autores que permeiam áreas como as da sociologia, da filosofia, da teoria da política, da economia, da comunicação e da psicanálise foram trabalhados aqui para a construção de um olhar que pudesse capturar a importância dos *netizens* em suas posturas sócio-políticas. Tal esforço mostrou-se de grande valia tanto no sentido de contribuições teóricas entre as áreas, quanto no sentido de contribuições para os resultados apresentados por esta pesquisa de Dissertação.

Foi a partir de um olhar interdisciplinar que as contribuições desta Dissertação, como uma crítica ao ativismo pró “Escola Sem Partido” estudado, foi passível de ser realizada.

A sociologia e a filosofia digital ofereceram as bases para a questão da relevância do ciberativismo e da “Era da Informação” no que diz respeito aos temas e questões sóciopolíticos. Também ajudou a elucidar a forma pela qual os *netizens* se organizam em rede e a especular o potencial das redes sociais em prol de uma democratização que possibilite uma maior horizontalização do conhecimento e da informação a partir das mídias pós-massivas e da autocomunicação de massa.

A abordagem sobre o liberalismo e o conservadorismo prepararam o olhar do pesquisador e do leitor para a questão dos raciocínios, princípios, valores e interesses que regem o ativismo dos *netizens* de cada um dos dois tipos de grupo estudados. Além disso, com a exposição um pouco mais aprofundada do que se trata o programa “Escola Sem Partido”, no capítulo 2, foi possível pensar tal programa a partir do aparato teórico liberal e conservador exposto afim de trazer uma contribuição importante no que diz respeito a como deveria se apresentar a receptividade dos liberais e conservadores para com o “Escola Sem Partido”.

A Teoria do Discurso, o agonismo e a psicanálise foram essenciais para um diálogo da relação entre um tema essencialmente político, como o da Democracia, com um tema que permeia a área psicanalítica, o da intolerância. Este tema também é de interesse de muitos sociólogos, e, portanto, não deveria ser ignorado pela própria sociologia – como foi nas abordagens racionalistas que dominaram a teoria social do século XX.

A Teoria do Discurso ajudou a abordar as articulações, demandas, antagonismos, hegemonias e identidades relacionados à discursividade que permeia o social e o político. O agonismo, de Chantal Mouffe, foi esclarecedor com relação às condições democráticas que devem existir entre identidades coletivas agonísticas, ou seja, que podem estabelecer relações entre adversários mas não entre inimigos. A autora belga priorizou a sublimação das demandas políticas. Porém, a autora também apontou a importância do que o lacanismo veio a conceituar como gozo, um excesso espúrio que pode vir a se apresentar como antidemocrático.

A psicanálise, tanto freudiana quanto a presente no lacanismo político, forneceu pressupostos que ajudaram a pensar as relações de poder e o apego a este. As noções de falo, Complexo de Castração, *jouissance*, Outro e Outro gozo ajudaram a elucidar e identificar, por exemplo, o *modus operandi* de *netizens* que, apesar de participarem de grupos conservadores, podem ser considerados reacionários pelo desrespeito às condições agonísticas. Assim como ajudaram a compreender que há uma direita mais disposta e preparada para o modelo agonístico, representada principalmente nos nove *posts* dos grupos liberais abarcados aqui.

Esta Dissertação propõe avançar no debate do projeto “Escola Sem Partido” ao questionar e ilustrar um tom autoritário, ao menos em grande parte da militância estudada aqui, daqueles (ciber)cidadãos que se dizem ameaçados pelos inimigos da guinada à direita. Porém, como foi ilustrado em todos os *posts* recolhidos, tais inimigos têm mais uma existência mítica, abstrata, na figura do “comunista” que se manifesta como Outro gozo – e o Outro não existe –, do que àquela progressista ou liberal, mas, absolutamente, democrática, que aparece no conteúdo de muitos dos *posts* analisados.

A escola, para uma maioria dos *netizens* dos grupos conservadores, não deve ser vista como espaço democrático; ou pior, é uma espécie de instituição que ameaça a fantasia política de muitos intolerantes, que se pensam razoáveis mas se julgam invadidos pelos seus inimigos “comunistas”, assim como afirma o projeto “Escola Sem Partido”, tão preocupado com uma “contaminação ideológica”. Portanto, a maioria dos *netizens* de grupos conservadores possuem uma identificação coletiva “patológica” com o que acreditam ser o conservadorismo, ou seja, estigmatizam outras identidades coletivas sem considerarem a importância da relação entre adversários no modelo agonístico que seria a fantasia do programa “Escola Sem Partido” – ao menos como está descrito no *site* oficial do programa e nas demais páginas relacionadas em redes sociais da iniciativa de Miguel Nagib.

A escola, para uma maioria dos *netizens* dos grupos liberais, não deve ser pensada como um espaço que restrinja a liberdade política, individual e de expressão do professor em sala de aula. Por isso, embora os *netizens* liberais afirmem terem sua ideologia deturpada ou desvalorizada nas escolas de ensino básico ao superior, não acreditam que o projeto “Escola Sem Partido” poderia oferecer uma mudança ou uma solução legítima conforme os princípios liberais. Pelo contrário, muitos *netizens* afirmaram que há interesses autoritários e ameaçadores ao liberalismo nas aspirações de Nagib.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marco Antônio de. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2008.
- AMARAL, Caroline de Aquino; FERREIRA, Arnaldo Telles. Midiativismo: as redes sociais no movimento brasileiro. **Anais Eletrônicos de Comunicação Social**, Joaçaba, p. 91-104, 2015.
- BEIVIDAS, Waldir; RAVANELLO, Tiago. Identidade e identificação: entre semiótica e psicanálise. **Alfa**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 129-44, 2009.
- BERLANZA, Lucas. **Movimento Brasil Livre e o 15 de março**: tudo sobre o ato que reivindica o *Impeachment* de Dilma Rousseff. 2015. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/movimento-brasil-livre-e-o-15-de-marco-tudo-sobre-o-ato-que-reivindica-o-impeachment-de-dilma-rousseff/>. Acesso em: 17 jun. 2017.
- BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade**: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Edipro, 2017.
- BURITY, Joanildo. **Psicanálise, identificação e a formação de atores coletivos**. 1997. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/dipes-fundaj/20121203021343/joan2.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2017.
- CAMPANÁRIO, Isabela Santoro. Algumas considerações acerca do gozo nas toxicamânicas. Revista Reverso, Belo Horizonte, CPMG, n.47, set. 2000.
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a *Internet*, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- \_\_\_\_\_. **O poder da comunicação**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- \_\_\_\_\_. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- \_\_\_\_\_. **Redes de indignação e esperança**. Movimentos sociais na era da *Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- CASTORIADIS, Cornelius. **Sujeito e verdade no mundo social-histórico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CAVALCANTE, Marianne Carvalho Bezerra. Mapeamento e produção de sentido: os links no hipertexto. In: MARCUSCHI, Luiz Antonio; XAVIER, Antônio Carlos. (Orgs.). **Hipertextos e Gêneros Digitais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p.163-9.
- CHAVES, Tyara Veriato. **A militância no Facebook**. Uma análise discursiva da Marcha das Vadias. Apresentado no XVII Congresso Internacional Asociación de Lingüística y Filología de América Latina, João Pessoa, 2014.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

DAHRENDORF, Ralf. **As classes e seus conflitos na sociedade industrial**. Editora Universidade de Brasília, 1982.

DUNKER, Christian. **Políticas de identidade e a busca de um novo modelo de crítica**. 2016. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2016/02/17/christian-dunker-politicas-de-identidade-e-a-busca-de-um-novo-modelo-de-critica/>. Acesso em: 18 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Intolerância e cordialidade nos modos de subjetivação no Brasil. **SIG**, Porto Alegre, v. 4, n. 6, p. 81-102, jan./ jun. 2015.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa, 2005.

\_\_\_\_\_, Norbert. **Escritos & Ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FACEBOOK. 45% da população brasileira acessa o Facebook mensalmente. Acesso em: 13/06/2016. Link: <https://www.facebook.com/business/news/BR-45-da-populacao-brasileira-acessa-o-facebook-pelo-menos-uma-vez-ao-mes>. 2015.

FINGER, Sheila Skitnevsky. **O possível e o impossível perante a intolerância**. 2010. Disponível em: [http://xa.yimg.com/kq/groups/27642400/2020802767/name/aula\\_1\\_-\\_O\\_POSSIVEL\\_O\\_IMPOSSIVEL\\_PERANTE\\_A\\_INTOLERANCIA\\_.pdf](http://xa.yimg.com/kq/groups/27642400/2020802767/name/aula_1_-_O_POSSIVEL_O_IMPOSSIVEL_PERANTE_A_INTOLERANCIA_.pdf). Acesso em: 31 jul. 2017.

FLORENCE, Jean. As identificações. In: ROITMAN, Ari (Org.). **As identificações na clínica e na teoria psicanalítica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 115-146.

FREITAS, Maria Virginia de. Jovens, escola democrática e proposta do “Escola Sem Partido”. In: GADOTTI, Moacir; SAKAMOTO, Leonardo. **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

\_\_\_\_\_. **Personagens psicopáticos no palco**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

\_\_\_\_\_; BREUER, Josef. **Estudios sobre la histeria**. RBA Coleccionables, 2002.

\_\_\_\_\_. **Além do princípio do prazer**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GALETTI, Camila Carolina. Feminismo em movimento: a Marcha das Vadias e o movimento feminista contemporâneo. **Anais do 18º Encontro da REDOR**. Recife: UFRPE, 2014. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/533/771>. Acesso em: 26 jul. 2017.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologia política**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GLYNOS, Jason; Yannis, Stavrakakis. Encuentros del tipo real: indagando los límites de la adopción de Lacan por parte de Laclau. In: CRITCHLEY, Simon.; MARCHART, Oliver. **Laclau**: aproximaciones críticas a su obra. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

GOETHE, Johann Wolfgang von. **As afinidades eletivas**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

GROSSELLI, Grasiela; MEZZARROBA, Orides. A participação política e suas implicações para a construção de uma cidadania plena e de uma cultura política democrática. **Anais do XX Encontro Nacional do Conpedi**. Vitória: 2011. Disponível em: [https://s3.amazonaws.com/conpedi2/anteriores/XX+Congresso+Nacional+-+UFES+Vit%C3%B3ria+-+ES+\(16%2C+17%2C+18+e+19+de+novembro+de+2011\).pdf](https://s3.amazonaws.com/conpedi2/anteriores/XX+Congresso+Nacional+-+UFES+Vit%C3%B3ria+-+ES+(16%2C+17%2C+18+e+19+de+novembro+de+2011).pdf). Acesso em: 26 jul. 2017.

GUARESCHI, Pedrinho A. Mídia e cidadania. *Conexão-Comunicação e Cultura, Caxias do Sul*, v. 5, n. 09, p. 27-40, 2006.

\_\_\_\_\_; BIZ, Osvaldo. **Mídia & democracia**. Porto Alegre: Evangraf, 2009.

HAYEK, Friedrich. August von. “Por que não sou um conservador”. In: \_\_\_\_\_. **Os fundamentos da liberdade**. São Paulo: Visão, 1983.

HINE, Christine. How can qualitative internet researchers define the boundaries of their projects? In: MARKHAM, Annete N; BAYM, Nancy K. **Internet Inquire**: conversations about method. Los Angeles: London, Sage, 2009.

HOHLFELDT, Antonio. As origens antigas: a comunicação e as civilizações. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz; FRANÇA, Vera. (Orgs.). **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis (RJ): Vozes, 2015.

JUNIOR, Antonio Carlos Dias. Classe, política e conflito social no capitalismo: a contribuição de Ralf Dahrendorf. *Dossiê: Teoria Política e Social na Contemporaneidade*. 2010.

KOZINETTS, Robert V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica *online*. Porto Alegre: Penso, 2014.

LACAN, Jacques. **Mais, ainda**. Seminário, livro 20. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. Formulações sobre a causalidade psíquica, *in Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LEMONS, André. Nova esfera Conversacional. In: DIMAS, A. et al. (Orgs). **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro, *E-Papers*, 2009.

\_\_\_\_\_. Celulares, funções pós-midiáticas, cidade e mobilidade. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 155-66, 2010.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da Inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

\_\_\_\_\_. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2011.

LOCKE, John. Carta acerca da tolerância. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MACHIAVELO, António; REIS, Rogério. **Turing e a Enigma**. 2012. Disponível em: <http://www.dcc.fc.up.pt/~rvr/resources/Textos/EnigmaTuring.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2017.

MAGNABOSCO, Gislaiane Gracia. Hipertexto: algumas considerações. In: CELLI – Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários. Maringá. **Anais...** Maringá, 2009, p. 1389-98.

MANHAS, Cleomar. Nada mais ideológico que “Escola Sem Partido”. In: GADOTTI, Moacir; SAKAMOTO, Leonardo. **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

MARCONDES, Valéria. **Novas tecnologias de conexão e o futuro da esfera pública**. Trabalho apresentado no VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul. Passo Fundo: SBEIC, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0195-1.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2017.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. O hipertexto como um novo espaço de escrita em sala de aula. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 4, n. 1. 79-111, 2012.

MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Cronos**, Natal, v. 12, n.2, p. 09-22, jul./dez. 2011.

\_\_\_\_\_. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. **Contemporânea**, São Carlos, v. 6, n. 2 p. 275-97, jul./dez. 2016.

MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. Do estruturalismo ao pós-estruturalismo: entre fundamentar e desfundamentar. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Em torno de Ernesto Laclau: pós-estruturalismo e teoria do discurso. *In*: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

\_\_\_\_\_. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 479-97, 2010.

\_\_\_\_\_. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 43, n. 3, 2007.

MERQUIOR, José Guilherme. **O liberalismo**: antigo e moderno. São Paulo: É Realizações, 2014.

MISES, Ludwig von. **A mentalidade anti-capitalista**. Campinas, SP: Vide Editorial, 2015.

\_\_\_\_\_. **Marxismo desmascarado**. Campinas, SP: Vide Editorial, 2015.

MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Cronos**, Natal, v. 12, n.2, p. 09-22, jul./dez. 2011.

\_\_\_\_\_. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. **Contemporânea**, São Carlos, v. 6, n. 2 p. 275-97, jul./dez. 2016.

MORAIS, Maria Carolina. Faces da intolerância na contemporaneidade. **Leitura Flutuante**, São Paulo, n. 4, p. 195-206, 2012.

MOUFFE, Chantal. **En torno a lo político**. Buenos Aires: *Fondo de Cultura Económica*, 2007.

\_\_\_\_\_. **Agonistics**: thinking the world politically. United States of America: Verso Books, 2013.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras, v. 2, p. 101-142, 2001.

NASIO, Juan David. **Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

NOVELI, Marcio. Do *off-line* para o *online*: a netnografia como um método de pesquisa ou o que pode acontecer quando tentamos levar a etnografia para a *Internet*?. **Organizações em contexto**. Ano 6, n. 12, julho-dezembro de 2010.

O GLOBO. MEC vai acionar MPF contra disciplina da UnB sobre ‘Golpe de 2016’. 22/02/2018. Acesso em: <https://oglobo.globo.com/brasil/mec-vai-acionar-mpf-contradisciplina-da-unb-sobre-golpe-de-2016-22420187>.

OAKESHOTT, Michael Joseph. **Ser conservador**. Lisboa: Gabinete de Estudos Gonçalo Begonha, 2012.

OLIVEIRA, Anna Cynthia; HADDAD, Sergio. As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 112, p. 61-83, mar. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16101.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

PATROCÍNIO, Tomás. Para uma genealogia da cidadania digital. **Educação, Formação & Tecnologias**, Braga (Portugal), p. 47-65, 2008.

PENNA, Fernando de Araujo. **Entrevista com Fernando de Araújo Penna** | "Escola sem partido" | Série "Conquistas em Risco". Entrevista concedida à ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). Link: <http://www.anped.org.br/news/entrevista-com-fernando-de-araujo-penna-escola-sem-partido-serie-conquistas-em-risco>. Data de publicação: 20/04/2016. Acesso em: 22/05/2017.

PESSOA, Carlos. Hegemonia em tempos de globalização. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

PRATA, Maria Regina. Pulsão de morte: mortificação ou combate. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 115-35, 2000.

PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. **E-Compós**, Brasília, v. 9, p. 1-21, 2007.

QUINET, Antonio. **A heteridade de Lacan**. Texto apresentado no colóquio "2001 - Uma odisséia lacaniana". Disponível em: [http://www.antroposmoderno.com/antroposmoderno.php?id\\_articulo=728](http://www.antroposmoderno.com/antroposmoderno.php?id_articulo=728). Acesso em: 31 jul. 2017.

RATIER, Rodrigo. Perguntas e respostas sobre o "Escola Sem Partido". In: GADOTTI, Moacir; SAKAMOTO, Leonardo. **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

ROTHBARD, Murray Newton. **A ética da liberdade**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. Esquerda e direita: perspectivas para a liberdade. Campinas, SP: Vide Editorial, 2016.

SARAIVA, Alessandra. **Mais da metade da população brasileira acessa a Internet, aponta IBGE**. 2016. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4513070/mais-da-metade-da-populacao-brasileira-acessa-internet-aponta-ibge>. Acesso em: 26 jun. 2017.

SCHNAPPER, Dominique. Os limites da expressão 'empresa cidadã'. In: MORIN, Edgar.

PRIGOGINE, Ilya. (orgs.). **A Sociedade em Busca de Valores**: Para Fugir à Alternativa entre o Cepticismo e o Dogmatismo. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

SCRUTON, Roger. Uma filosofia política: argumentos para o conservadorismo. São Paulo: É Realizações, 2017.

\_\_\_\_\_. O que é conservadorismo. São Paulo: É Realizações, 2015.

SICHES, Luis Recaséns. **Tratado de sociologia**. Vol. 2. Porto Alegre: 1970.

SILVA, Michelle Sprandel da. **Webmarketing**: processos interativos no site Barbie.com. Florianópolis: Insular, 2009.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Nova Fronteira, 2017.

STAVRAKAKIS, Yannis. **La izquierda lacaniana**: psicoanálisis, teoría, política.

Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

\_\_\_\_\_. **Lacan and the Political**. USA: Routledge, 1999.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América**. Os Pensadores. São Paulo: Abril. 1973.

TRIGUEIRO, Gabriel Romero Lyra. Conservadorismo: perspectivas conceituais. **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 97-118, 2015.

VALAS, Patrick. **As dimensões do gozo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

VAN DIJCK, José. **La cultura de la conectividad: Una historia crítica de las redes sociales**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2016.

VASCONCELLOS, Joana Salém. A escola, o autoritarismo e a emancipação. In: GADOTTI, Moacir; SAKAMOTO, Leonardo. **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.